

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Dissertação

A Profissionalização política do poder executivo
estadual: uma análise do perfil social e da carreira
dos governadores brasileiros (1994-2010)

Leandro Pribernow Massia

Leandro Pribernow Massia

A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2013

Agradecimento

Agradeço primeiramente aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, que desde a graduação foram fundamentais na minha formação acadêmica e que durante o mestrado se dedicaram ao máximo para o crescimento do Mestrado em Ciência Política da UFPel. Ao meu orientador, professor Alvaro Barreto, que tanto na monografia de conclusão de curso quanto nesta dissertação me ajudou sempre que precisei.

Aos meus colegas de curso e amigos, não posso citar todos aqui, entretanto não posso deixar de citar Rafael de Lima, Matheus Muller e Felipe Corral, que me acompanham desde 2007, quando ingressamos no curso de Ciências Sociais e também formamos a primeira turma do Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas.

Agradeço à Capes pela bolsa de estudos.

Finalmente, agradeço aos meus familiares pelo apoio de todas as horas, meu irmão Henrique, minha mãe Isabel e meu pai Wanderlei.

Resumo

MASSIA, Leandro Pribernow. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A dissertação tem como objetivo analisar o perfil social e as trajetórias de carreira política dos governadores eleitos no Brasil, entre 1994 e 2010. O perfil corresponde a quatro atributos: gênero, faixa etária, escolaridade e profissão de origem dos políticos. Por carreira se entende os cargos públicos ocupados por indicação e/ou conquistados nas urnas antes da chegada à chefia do executivo estadual, além de cargos de liderança nos partidos e casas legislativas. As fontes do estudo são: dados da Justiça Eleitoral, sites institucionais e pessoais, e recursos bibliográficos, como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. A hipótese é que o cargo de governador, por ocupar um lugar central na hierarquia política dos estados, pertencer ao poder executivo e ser definido pelo sistema majoritário, é pouco permeável a novatos, exige de seus ocupantes longos anos dedicados à atividade política e mandatos eletivos prévios, o que aponta a necessidade de profissionalização para a obtenção do posto.

Palavras-chave: Governadores; Profissionalização política; Perfil social; Carreira política

Abstract

The dissertation aims to analyze the social profile and career paths politics of the governors elected in Brazil between 1994 and 2010. The profile corresponds to four attributes, gender, age, education and profession of origin politicians. It meant by career government positions occupied by indication and / or won at the polls before arrival to the head of the state executive, and leadership positions in political parties and legislatures as well. The sources of the study are: data of Elections, institutional and personal sites, and bibliographic resources, such as the Historical-Biographical Dictionary Brazilian. The hypothesis is that the office of governor, to occupy a central place in the political hierarchy of the states belonging to the executive branch and to be defined by the majority system, is not very open to newcomers, requires its occupants long years devoted to political activity and elective terms prior, which indicates the need for professionalism to obtain the post.

Keywords: Governors; Professionalization Politics; Social Profile; Careers policies

Lista de Figuras

Gráfico 1	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero (Brasil, 1994-2010)	86
Gráfico 2	Governadores eleitos por faixa etária (Brasil, 1994-2010)	95
Gráfico 3	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução (Brasil, 1994-2010)	102
Gráfico 4	Governadores eleitos por profissão (Brasil, 1994-2010)	108
Gráfico 5	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira (1994-2010)	123
Gráfico 6	Tempo de carreira política prévio à eleição para governador no Brasil (1994-2010)	125
Gráfico 7	Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)	130
Gráfico 8	Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)	135
Gráfico 9	Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)	141
Gráfico 10	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleito pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)	147
Gráfico 11	Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos (Brasil, 1994-2010)	157
Quadro 12	Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)	169

Lista de Tabelas

Tabela 1	Governadores eleitos por gênero (Brasil, 1994-2010)	86
Tabela 2	Candidatos a governador por gênero (Brasil, 1994-2010)	87
Tabela 3	Governadores eleitos por gênero e por pleito (Brasil, 1994-2010)	88
Tabela 4	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero e por região (Brasil, 1994-2010)	91
Tabela 5	Governadores eleitos por gênero e por região (Brasil, 1994-2010)	91
Tabela 6	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	92
Tabela 7	Governadores eleitos por gênero e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	92
Tabela 8	Governadores eleitos por faixa etária (Brasil, 1994-2010)	94
Tabela 9	Média de idade dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	96
Tabela 10	Média de idade dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	96
Tabela 11	Governadores eleitos por faixa etária e por pleito (Brasil, 1994-2010)	97
Tabela 12	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por faixa etária e por região (1994-2010)	98
Tabela 13	Governadores eleitos por faixa etária e por região (Brasil, 1994-2010)	99
Tabela 14	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por faixa etária e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	99
Tabela 15	Governadores eleitos por faixa etária e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	100
Tabela 16	Governadores eleitos por grau de instrução (Brasil, 1994-2010) .	101
Tabela 17	Governadores eleitos por grau de instrução e por pleito (Brasil, 1994-2010)	103

Tabela 18	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução e por região (Brasil, 1994-2010)	104
Tabela 19	Governadores eleitos por grau de instrução e por região (Brasil, 1994-2010)	105
Tabela 20	Grau de instrução do eleitorado por região (Brasil, 2010)	105
Tabela 21	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010) ...	106
Tabela 22	Governadores eleitos por grau de instrução e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	106
Tabela 23	Governadores eleitos por profissão (Brasil, 1994-2010)	108
Tabela 24	Governadores eleitos por profissão e por pleito (Brasil, 1994-2010)	110
Tabela 25	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por profissão e por região (Brasil, 1994-2010)	112
Tabela 26	Governadores eleitos no Brasil por profissão e por região (1994-2010)	114
Tabela 27	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por profissão e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	114
Tabela 28	Governadores eleitos por profissão e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	115
Tabela 29	Governadores eleitos por tempo de carreira (Brasil, 1994-2010)	123
Tabela 30	Governadores eleitos por tempo de carreira e por eleição (Brasil, 1994-2010)	124
Tabela 31	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira e por região (Brasil, 1994-2010)	127
Tabela 32	Governadores eleitos por tempo de carreira e por região (Brasil, 1994-2010)	127
Tabela 33	Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	128
Tabela 34	Governadores eleitos por tempo de carreira e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	129
Tabela 35	Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)	130
Tabela 36	Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	132
Tabela 37	Quantidade de mandatos exercidos pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)	132
Tabela 38	Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos no Brasil por região (1994-2010)	133

Tabela 39	Quantidade de mandatos exercidos pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	134
Tabela 40	Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	134
Tabela 41	Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)	135
Tabela 42	Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	137
Tabela 43	Natureza da carreira eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)	138
Tabela 44	Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)	138
Tabela 45	Natureza da carreira eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	139
Tabela 46	Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	140
Tabela 47	Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)	141
Tabela 48	Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	142
Tabela 49	Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)	143
Tabela 50	Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)	143
Tabela 51	Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	145
Tabela 52	Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	145
Tabela 53	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)	146
Tabela 54	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos deputados federais (2003) e senadores (1990-2006) e governadores (1990-2010)	148
Tabela 55	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa (Brasil, 1994-2010)	149
Tabela 56	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder (Brasil, 1994-2010)	149
Tabela 57	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	150

Tabela 58	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa por pleito (Brasil, 1994-2010)	150
Tabela 59	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder (Brasil, 1994-2010)	151
Tabela 60	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos pela primeira vez eleitos governador por região (Brasil, 1994-2010)	151
Tabela 61	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos no Brasil por região (1994-2010)	152
Tabela 62	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por esfera federativa e por região (Brasil, 1994-2010)	152
Tabela 63	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa e por região (Brasil, 1994-2010)	152
Tabela 64	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por poder e por região (Brasil, 1994-2010)	153
Tabela 65	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder e por região (Brasil, 1994-2010)	153
Tabela 66	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	154
Tabela 67	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)	154
Tabela 68	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por esfera e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	155
Tabela 69	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	155
Tabela 70	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por poder e por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)	156
Tabela 71	Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder e por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)	156
Tabela 72	Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos (Brasil, 1994-2010)	157
Tabela 73	Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por pleito (Brasil, 1994-2010)	158
Tabela 74	Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos por região (Brasil, 1994-2010)	159

Tabela 75	Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por região (Brasil, 1994-2010)	159
Tabela 76	Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	160
Tabela 77	Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	160
Tabela 78	Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)	162
Tabela 79	Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos (1994-2010) em comparação a dos deputados federais (1987-2004) e dos senadores (1989-2010)	163
Tabela 80	Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos (1994-2010) em comparação a dos deputados federais (1987-2004) e dos senadores (1989-2010)	164
Tabela 81	Atividades da carreira política não eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)	165
Tabela 82	Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)	165
Tabela 83	Atividades da carreira política não eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	166
Tabela 84	Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	167
Tabela 85	Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)	169
Tabela 86	Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)	170
Tabela 87	Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)	171
Tabela 88	Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)	171
Tabela 89	Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	172
Tabela 90	Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)	172

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
Art.	Artigo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Resumo	3
Abstract	4
Lista de Figuras	5
Lista de Tabelas	6
Lista de Siglas e Abreviaturas	11
Introdução	14
Capítulo 1 Governadores e profissionalização das carreiras políticas	24
1.1 Organizando o campo	25
1.2 Profissionalização política	30
1.3 Carreira política	37
1.4 Características da carreira parlamentar	46
1.5 E os governadores?	56
Capítulo 2 A Discussão em torno do papel dos governadores no sistema político brasileiro	63
2.1 O Papel histórico (1890-1988)	63
2.2 A Tese do ultrapresidencialismo estadual	71
2.3 A Contraposição	74
2.4 Síntese	80
Capítulo 3 Perfil social dos governadores eleitos no Brasil de 1994 a 2010	83
3.1 Gênero	85
3.2 Faixa etária	93
3.3 Grau de instrução	101
3.4 Profissão de origem	107
3.5 Síntese	118
Capítulo 4 Carreira política dos governadores eleitos no Brasil de 1994 a 2010	121
4.1 Tempo de carreira	122
4.2 Número de mandatos	130

4.3 Tempo de carreira eletiva	135
4.4 Cargos eletivos ocupados	140
4.5 Primeiro cargo eletivo	146
4.6 Cargo eletivo prévio	156
4.7 Carreira política não eletiva	161
4.8 Migração partidária	168
4.9 Síntese	173
Conclusão	175
Referências	181

Introdução

O Brasil é hoje constitucionalmente uma nação republicana e federal, composta por 26 estados mais o Distrito Federal. Segundo a Constituição de 1988, a partir da utilização do método proporcional elegem-se os cargos legislativos em todos os níveis da federação: no nível municipal, os vereadores; no nível estadual, os deputados estaduais (e os deputados distritais no Distrito Federal); e no âmbito federal os deputados federais. Os membros do Senado são os únicos legisladores que são definidos pelo sistema majoritário.

Os chefes dos poderes executivos nos três níveis da federação são escolhidos via eleições populares diretas, por meio da fórmula majoritária. Os prefeitos e os vice-prefeitos dos mais de 5.500 municípios do país são eleitos para um período de quatro anos, sendo possível, desde 1998, apenas uma reeleição consecutiva. Os estados, mais o Distrito Federal, elegem o governador também para um período de quatro anos, renováveis para mais quatro mediante reeleição, igualmente desde 1998. Estas regras valem, ainda para a escolha do Presidente da República.

Em termos de fórmula eleitoral, os candidatos aos cargos executivos devem ser eleitos por maioria simples dos votos válidos em distritos eleitorais com até 200 mil eleitores. Nos distritos eleitorais que superam esse patamar, é exigida a maioria absoluta e, caso ninguém a atinja no primeiro turno, os dois candidatos mais votados se enfrentam em um segundo turno.

Esta dissertação tem como objeto um desses cargos políticos: o de governador, especificamente aqueles que foram eleitos para tal no período 1994-2010. Chefe do poder executivo dos estados, o principal nível subnacional da federação brasileira, o governador foi criado no sistema político brasileiro a partir da

proclamação da República e é considerado, desde então, o cargo mais importante do país, depois da Presidência da República, obviamente.

No entanto, é importante destacar um pouco mais detalhadamente quem é essa personagem. Se o termo governador for concebido como referente a aquela autoridade política responsável pela administração de uma divisão de um Estado, correspondente a um amplo território (chamada de província, departamento, estado etc.), e que, em razão dessa responsabilidade, exerce especialmente, mas não necessariamente exclusivamente, as atribuições hoje reconhecidas como do poder executivo, pode-se, então, dizer que este é um cargo muito antigo, utilizado por várias civilizações, embora nesse amplo período possa ter recebido diversas outras denominações. Já na Antiguidade, os grandes reinados e impérios contavam com a figura de administradores de confiança que executavam as ações do governo central e resolviam as questões imediatas. Deste modo, a função era dinamizar o processo administrativo, o exercício do poder e o cumprimento das leis.

No Brasil, esse cargo vivenciou profundas alterações no que tange à denominação, à forma de indicação e aos poderes associados. No dicionário, por exemplo, encontram-se como definições a genérica “que ou aquele que governa”, bem como “que ou aquele que governa um Estado, uma província e [em referência específica], no período colonial, governava a colônia ou parte dela”.

Da época da colonização até o ano de 1821 a denominação era “donatário” e “capitão-mor”, e o sistema de sucessão era hereditário. Durante o período imperial os governantes, agora denominados “presidente de província”, eram nomeados diretamente pelo Imperador do Brasil, o tempo de permanência no posto não estava pré-determinado conforme é hoje e o ocupante podia pedir afastamento ou ser exonerado a qualquer momento.

Durante a República Velha novamente a denominação mudou e o termo utilizado era “presidente de estado” ou “governador”. Durante os anos de 1930 e 1947, com um curto intervalo entre 1935 e 1937, ele foi chamado de “interventor federal”, pois não era eleito, e sim indicado pelo governo central. Somente a partir da República Nova é que a denominação passou a ser “governador de estado”, o que permanece até hoje.

Obviamente, até mesmo pelo recorte temporal adotado, no âmbito dessa dissertação o cargo de governador está diretamente relacionado à denominação, ao significado, à forma de indicação e aos poderes previstos no atual sistema político

brasileiro. Assim, a Constituição de 1988 arrola dentre as funções do cargo, segundo o art. 23: zelar pela guarda da Constituição; cuidar da saúde pública; proteger documentos e obras de valor histórico, cultural e artístico; proporcionar meios de acesso à cultura, educação e ciência; promover programas de construção de moradias e saneamento. Conforme o art. 24, as competências dos governadores visam legislar sobre: matérias de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural; educação, cultura, ensino e desporto (BARRIENTOS, 2009).

O intuito da dissertação é analisar o perfil social e a carreira política dos governadores dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal durante o recorte temporal proposto, o qual abarca cinco pleitos: 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Tal recorte se justifica por uma razão em especial: foram os governadores eleitos em 1994 aqueles que, pela primeira vez, tiveram a possibilidade de concorrer à reeleição. Na mesma medida, o conjunto de pleitos analisados produz uma quantidade significativa de casos a serem observados: 135 foram os governadores eleitos e o cargo foi conquistado por 91 indivíduos diferentes.

Nesse sentido, é importante esclarecer que a pesquisa considera tão somente aqueles que, além de eleitos, tomaram posse no cargo, excluindo os que vieram a ocupar o posto posteriormente. Ou seja, não serão incluídos aqueles que assumiram o cargo durante o mandato, como os vice-governadores ou os presidentes da Assembleia Legislativa, ainda que isso tenha ocorrido de modo definitivo (em razão de morte, renúncia ou cassação do eleito)¹.

O regime democrático brasileiro vem frequentemente sendo objeto de estudos que versam a respeito da institucionalização e da consolidação dele. Grande parte dos prognósticos da literatura na época da redemocratização via com restrições o modelo adotado pelo país, que combinava uma série de fatores que fragmentariam os partidos políticos, gerariam alto grau de instabilidade institucional e más condições de governabilidade, como: presidencialismo, federalismo, bicameralismo, sistema eleitoral proporcional e o pluripartidarismo. Entretanto, passadas mais de duas décadas, o cenário brasileiro atual tende para a maior

¹ Há, ainda, a situação de cassação do governador que, eleito, estava no exercício do cargo e a transmissão do posto ao segundo colocado nas eleições, caso ocorrido no Maranhão no período 2006-2010. Jackson Lago foi afastado e Roseana Sarney empossada como governadora.

consolidação e estabilidade institucional do que para um novo colapso do sistema (MARENCO, 2006).

Uma das vertentes dos estudos recentes a respeito da institucionalização dos sistemas políticos percorre a análise da composição do âmbito político. O objetivo principal de tais investigações é desvendar quem são os indivíduos que conquistam postos públicos eletivos, quais grupos da sociedade têm mais ou menos chances de vencer uma eleição, o quão diversificado é o território político.

Os resultados confirmam a notória disparidade daqueles que ocupam os assentos públicos com as características da população. De forma geral, estudos apontam que grande parte das cadeiras é ocupada por: homens, com ensino superior completo, bons aportes financeiros, na faixa dos 40 a 60 anos, vindos de setores profissionais ligados às áreas da comunicação, educação, funcionalismo público, medicina e principalmente aqueles com formação superior em Direito.

Outra temática que vem ganhando terreno situa-se sobre as trajetórias e as experiências dos membros da elite política. Estudar a carreira política é importante para verificar: os caminhos percorridos pelos indivíduos até alcançar as posições de poder, as experiências prévias que acumulam, as cadeiras ocupadas anteriormente, cargos não propriamente políticos exercidos, partidos aos quais foram filiados e o tempo dedicado à vida pública. Enfim, quais exigências estes atores tiveram de atender ao longo da sua trajetória até a conquista de um posto eletivo determinado.

No entanto, a maior parte dos trabalhos que tratam sobre esta temática dedica suas atenções e esforços aos parlamentos, em termos mais específico pode-se dizer que o universo de tais pesquisas são os deputados federais. Em menor medida aparecem os estudos voltados para os senadores. Os cargos executivos em especial, e o governador em particular, têm sido deixados para segundo plano, ao menos nos estudos referentes ao Brasil. Contudo, é possível encontrar alguns dados sobre carreira de governadores brasileiros em estudos de Miguel (2003) e de Lodola (2009).

Ao propor o estudo sobre os governadores, a dissertação espera reduzir essa carência e lançar luzes sobre um ator político tão relevante ao mesmo tempo em que tão pouco estudado em termos das peculiaridades de seus perfis sociais e políticos. Um estímulo a tal empreendido decorre da própria literatura sobre carreiras políticas: o reconhecimento de que, mesmo que existam certos padrões, são percebidas diferenças significativas a partir do cargo em análise. A importância

deste trabalho situa-se, portanto, na possibilidade de identificar um panorama acerca especificamente dos representantes no executivo estadual, de notória importância no sistema político nacional.

Para a formulação do perfil social dos governadores os atributos selecionados condizem com aqueles tradicionalmente encontrados na literatura sobre o tema, que correspondem a: gênero, idade, profissão e escolaridade. Alguns estudos trabalham com outras variáveis também importantes a fim de captar o universo social dos eleitos, como por exemplo: cor e religião. Entretanto, além de serem menos comuns os estudos que se dedicam ao estudo destes atributos, estas são características menos acessíveis aos pesquisadores, uma vez que tanto as biografias quanto os dados declarados pelos próprios políticos à Justiça Eleitoral não contêm especificamente esses dados. A utilização de entrevistas seria o método mais indicado para captar tais particularidades. Contudo, como este tipo de estudo muitas vezes é realizado com um número expressivo de políticos, torna-se quase inviável entrevistar os 513 deputados que compõem a Câmara dos Deputados, por exemplo, e até mesmo os governadores de cada estado do país.

O material para análise foi recolhido no portal eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesses portais foram coletadas as informações declaradas pelos próprios políticos sobre: idade, sexo, profissão e escolaridade. Subsidiariamente, também foram utilizadas informações colhidas da internet (sites pessoais, de empresas jornalísticas ou institucionais, Wikipédia etc.), ou em material bibliográfico (biografia, teses, dissertações etc.).

Depois de formulado o perfil dos governadores, ele foi comparado com outros trabalhos, a fim de verificar similaridades ou diferenças quanto aos perfis presentes em outros cargos políticos. Neste sentido, tem-se como foco a percepção ou não de um perfil específico dos governadores, em que medida o dos governadores estaduais brasileiros tem semelhanças ou diferenças com outros cargos eletivos. Os trabalhos que guiam a análise e a comparação dos dados variam de acordo com as características investigadas, mas de forma geral o norte foi dado pelos trabalhos de Costa (2010) sobre os senadores brasileiros e de Rodrigues (2002) a respeito da origem profissional de deputados federais. Ainda serão utilizados os estudos de Clara Araújo (2010) sobre a questão de gênero e os dados sobre dos deputados federais trazidos por Perissinotto e Miríade (2009).

No que tange à carreira política, os dados foram coletados e organizados a partir de duas fontes principais. A primeira delas refere-se ao portal eletrônico do TSE. Nesta fonte foi realizado o levantamento de todas as informações presentes na Justiça Eleitoral e disponíveis ao grande público, ou seja, aquelas referentes às eleições ocorridas entre os anos de 2010 até 1994. Para cada governador eleito analisado foi feita a busca eleição por eleição a fim de desvendar os cargos que ele disputou e conquistou ou não durante este período. As informações anteriores a 1994 foram também procuradas no portal da Justiça Eleitoral, entretanto, os dados mais antigos só correspondem a alguns cargos: deputados federais, senadores, governadores e presidentes. Os postos de deputado estadual, vereador e prefeito exercidos pelos governadores antes de 1990 tiveram de ser encontrados na segunda fonte principal.

Esta foi formada pelas biografias dos governadores presentes no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30 (DHBB). Contudo, as biografias de alguns não constavam no Dicionário, especialmente as daqueles que chegaram ao posto após a edição da obra, cuja segunda edição é de 2001. Tornou-se necessário, então, buscá-las em outras fontes, como as páginas pessoais dos candidatos e as biografias presentes nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de fontes secundárias em outros sites (pessoais e institucionais).

Para análise da carreira política dos governadores foram investigados os mandatos eletivos exercidos anteriormente pelos políticos. Sendo assim, foram observados os cargos exercidos a partir da eleição anterior ao mandato de governador até o início da carreira. Para os governadores que se elegeram no ano de 1994, por exemplo, foram tomadas para análise desde a primeira disputa até as eleições ocorridas em 1992.

A configuração das carreiras políticas teve como base os trabalhos de Marengo dos Santos (2000), Bourdoukan (2006), Santana (2008), Oliveira (2009) e Pegurier (2009) sobre os deputados federais, e dos estudos referentes às carreiras políticas dos senadores brasileiros de Costa (2010) e de Silva (2010). A fim de captar os padrões de carreiras políticas dos governadores brasileiros foram utilizadas as seguintes ferramentas: a) o primeiro contato com a política compreendido pelo primeiro cargo político eletivo e em qual a esfera da federação isto ocorreu; b) o cargo prévio ao governo, o trampolim para o executivo estadual; c) o índice de cargos eletivos ocupados, supondo-se que quanto maior o índice, maior

o nível de profissionalização dos atores; d) a natureza destes cargos, indicador de qual a experiência dos governadores, se somente em cargos executivos, legislativos, em ambos, ou nenhuma experiência; e) quais cargos de fatos foram ocupados previamente ao governo; f) o tempo da carreira política, tendo como pressuposto que quanto maior a quantidade de tempo (medido em anos) de dedicação à vida política, mais próximo se está de um campo no qual os indivíduos estão profissionalizados na política, tornando-o mais restrito aos inexperientes e novatos; g) verificação dos cargos ocupados na política não necessariamente eletivos, como cargos de secretarias estaduais, municipais, pastas ministeriais, lideranças partidárias etc., e o contato com atividades relacionadas à política, com funções semelhantes ao campo político, como a chefia de cargos em órgãos profissionais, liderança de sindicatos, movimentos sociais e agremiações estudantis; h) a fidelidade partidária, dimensionada por quantas agremiações políticas os governadores passaram antes do cargo subnacional.

Com a coleta destes dados foi possível formar, em um primeiro momento, o perfil social e político destes indivíduos. Em seguida, estes governadores estaduais foram distinguidos em três blocos. O primeiro deles os separou por pleito, a fim de identificar se o perfil dos governadores se transformou ou permaneceu inalterado de 1994 a 2010. O segundo bloco diz respeito à divisão entre as cinco regiões do país, com vistas a verificar a existência ou não de um perfil díspar entre os territórios da nação. Por fim, a última divisão diz respeito às legendas partidárias. A ideia inicial era realizar a análise pelos partidos, mas isso se mostrou inviável diante da diversidade de legendas pelas quais os governadores se elegeram e a consequente baixa incidência de casos em muitas delas, o que inviabilizava a generalização. Sendo assim, optou-se por agrupar os partidos em grupos ideológicos: direita, centro e esquerda. A junção por espectros ideológicos também foi motivada pelo fato de outros estudos utilizarem este método, sendo viável a comparação com outros. Tal definição dos partidos em cada grupo ideológico seguiu as orientações da literatura especializada neste quesito, em especial Limongi e Figueiredo (1995), e Rodrigues (2002).

Inicialmente, a intenção era considerar tão somente os 91 indivíduos que foram eleitos para o cargo entre 1994 e 2010. No entanto, a possibilidade de reeleição imediata ou de retorno ao cargo após um interstício – o que se reflete em 135 vagas ocupadas por 91 indivíduos –, e o impacto que essa variação tem ou

pode ter frente às variáveis elencadas, levou a dissertação a também considerar 135 casos.

Em decorrência disso, na prática foram trabalhadas duas concepções de governador e construídos perfis calcados em bases de dados diferentes. Ao considerar 91 casos, a concepção de governador corresponde aos que chegaram ao cargo pela primeira vez no período em análise². Ao se servir de 135 casos, a concepção se refere a quem ocupou o cargo nesse período.

É importante explicitar alguns dos impactos possíveis que a base de dados formada por 91 ou 135 casos poderia ter sobre as variáveis utilizadas ou as demandas que essas variáveis apresentavam e que só poderiam ser bem atendidas por uma determinada concepção de perfil de governador.

Quando se trata de captar eventuais diferenças entre as eleições, é necessário considerar as 27 vagas em disputa a cada pleito, o que redundaria em 135 casos, pois a intenção é captar o perfil dos eleitos a cada eleição, e não somente quem ascendeu ao cargo pela primeira vez naquele ano eleitoral (91 casos). Na mesma medida, como os governadores reeleitos poderiam ter trocado de partido (e de bloco ideológico) entre um pleito e outro, também nesse quesito era preciso trabalhar com 135 casos para poder captar essas migrações.

Além disso, dentre as variáveis trabalhadas, a rigor, apenas sexo, profissão de origem e primeiro cargo eletivo não seriam passíveis de mudança entre o debut como governador e a reeleição ou o retorno ao cargo. Idade é uma que obrigatoriamente sofreria alteração. No caso de outras, considerando-se essas mudanças possíveis, pode-se cogitar que quem tinha nível médio poderia concluir um curso superior enquanto exercia o cargo ou no intervalo entre um mandato e outro³; o reeleito que não tinha experiência política ao vencer o pleito pela primeira vez passaria a ter etc. Logo, passava a ser viável que existissem perfis diferentes se fossem considerados os eleitos pela primeira vez ou os que ocuparam a vaga no mesmo período.

² Não foram considerados os eventuais casos de quem já tivesse sido eleito ou indicado ao cargo antes de 1994, como Miguel Arraes (Pernambuco), por exemplo. Assim, todos os eleitos no período 1994-2010 foram considerados “estreantes”.

³ Este é o caso de Marconi Perillo (Goiás). Ele se graduou em direito em 2010, antes de ser eleito para o seu terceiro mandato como governador de Goiás.

Por outro lado, apesar de serem requisitos passíveis de variação, eles poderiam não sofrer modificação alguma entre a chegada ao poder e o retorno para um segundo ou eventualmente terceiro mandato. Nessa hipótese, ao utilizar tão somente 135 casos, a dissertação estaria duplicando as informações referentes aos reeleitos e talvez produzindo alterações importantes no quadro geral.

A opção por um único perfil – seja ele qual for – não daria a segurança necessária de ter abarcado os diferentes modos possíveis de conceber os governadores eleitos no Brasil entre 1994 e 2010. A construção desses dois perfis, então, permite realizar a comparação entre eles, com vistas a verificar se foram registradas distinções significativas, bem como a de dimensionar o impacto que a reeleição teve sobre o perfil dos que “chegam lá”.

No que se refere ao perfil social dos governadores (seja ele construído como for), a dissertação trabalhou com a hipótese de que os resultados atingidos não serão drasticamente divergentes daqueles que compõem o perfil social da elite política em geral e estão consagrados em vários estudos sobre o tema. Assim, esperava-se encontrar a predominância de homens, de meia idade, altamente escolarizados, vindos das profissões liberais. Na realidade, ao partir do pressuposto que ser chefe do executivo estadual é um cargo de maior expressão, a expectativa é de que tais características sejam ainda mais predominantes do que a registrada entre os deputados federais ou os senadores, por exemplo.

Quanto às carreiras políticas, a hipótese a ser trabalhada diz respeito à constatação de que os governadores eleitos no período em estudo (1994-2010) são atores com carreiras mais longevas e sólidas. Neste sentido, não se espera encontrar um governador de estado que não tenha exercido qualquer tipo de cargo eletivo anteriormente. Por carreira política longeva e sólida, ou seja, consolidada, entende-se um indivíduo com um vínculo precoce com partidos políticos, muitos anos dedicados à vida política como atividade profissional principal e com acúmulo de experiências em cargos legislativos e executivos, em especial experiência no exercício dos cargos de deputado e de prefeito.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, os dois iniciais promovem uma revisão de literatura e os dois seguintes se referem aos dados empíricos coletados e analisados. O capítulo 1 gira em torno da questão da profissionalização e da carreira política. Ele procura resenhar as principais linhas de investigação sobre a composição e a trajetória das elites políticas, tendo como foco primordial, como

não poderia deixar de ser, o cargo de governador. Contudo, como há uma diversidade de estudos sobre parlamentares, mas poucos voltados especificamente ao governador, tornou-se necessário fazer referências a tal cargo e apontar quando as análises acerca dos membros dos legislativos podem ser ampliadas para o objeto dessa dissertação.

Por sua vez, o capítulo 2 é todo dedicado aos governadores, porém não se refere ao recorte analítico da pesquisa, e sim ao importante debate existente na Ciência Política acerca do papel institucional desempenhado pelos governadores no sistema político brasileiro. Embora paralela à dissertação, tal discussão é importante para caracterizar mais detalhadamente o cargo de governador no elenco da política nacional ou, ao menos, o modo como ele tem sido analisado pela bibliografia especializada.

Os dois capítulos seguintes trazem a contribuição específica da pesquisa e têm um caráter mais fortemente empírico, pois baseados nos dados coletados pela dissertação. O capítulo 3 apresenta os dados e as análises sobre o perfil social dos governadores eleitos, seja calculado sobre os 91 indivíduos que se elegeram, seja sobre os 135 que ocuparam o cargo. Como já destacado, são quatro as variáveis consideradas: sexo, faixa etária, escolaridade e atividade profissional, as quais são analisadas: (a) no cenário geral; (b) por região do país; (c) por eleição e (d) por bloco ideológico partidário dos eleitos.

Por fim, o capítulo 4 está articulado do mesmo modo que o anterior, contudo aborda a carreira política dos governadores eleitos. São oito os quesitos observados, igualmente distinguidos pelo quadro geral, por região do país, por eleição e por bloco ideológico das legendas: tempo de carreira; número de mandatos exercidos; tipo de carreira eletiva; cargos eletivos ocupados; primeiro cargo eletivo; último cargo eletivo ocupado antes de ser escolhido governador; carreira em postos não eletivos e migração partidária.

A reunião das informações coletadas e a construção da visão de conjunto sobre os governadores eleitos entre 1994 e 2010 no país são realizadas na conclusão do trabalho.

Capítulo 1 Governadores e profissionalização das carreiras políticas

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma resenha das principais linhas de investigação sobre a composição e a trajetória das elites políticas, assim como das contribuições que elas têm produzido para a compreensão desse fenômeno. O interesse principal está nas pesquisas voltadas ao cargo de governador, objeto da dissertação, porém, como ficará evidente ao longo da exposição, além de ser necessário um diálogo com as investigações que tratam de outros postos eletivos para que se possa dimensionar a especificidade do cargo de governador, há que se registrar tanto a profusão de estudos sobre parlamentares (deputados, sobretudo) quanto a reduzida quantidade de pesquisas nesse campo voltadas especificamente ao governador brasileiro.

O texto está estruturado em cinco seções. A primeira se propõe a delimitar os diversos caminhos que se cruzam quando o assunto principal são as elites políticas, tentando especificar cada linha de pesquisa e os resultados que elas buscam. A seção seguinte versa sobre a profissionalização política, entendida como um desses caminhos, aquele que apresenta um processo histórico e social a partir do qual a atividade política se torna uma atividade que exige dedicação exclusiva. Igualmente, aponta os resultados que tal “profissionalização” produz. A terceira seção trata das reflexões em torno de como se constrói uma carreira política, quais elementos influenciam na composição da estrutura de oportunidades que a configura e, por fim, discute as questões referentes ao modelo de carreira existente no Brasil. A seção quatro está centrada na carreira parlamentar – de deputado, em verdade –, pois, embora este não seja o foco do trabalho, as principais reflexões nacionais (mas também em âmbito internacional) sobre carreira política acabam por discutir

prioritariamente este cargo. Mais do que isso, muitas das reflexões sobre os deputados podem ser ampliadas à classe política como um todo e ao governador em particular. A última seção se volta ao cargo de governador e procura reunir as informações e análises centradas neste cargo político.

1.1 Organizando o campo

Um ponto inicial a ponderar é a inexistência de uma denominação consensual para indicar esse tipo de estudos, a revelar também diferentes agendas de pesquisa (com distintos objetivos, delimitações de objeto, metodologias para coleta e tratamento de dados etc.). Como anota Oliveira (2009, p17), “historicamente, a fragmentação e a disparidade das pesquisas sobre a seleção de elites políticas têm sido o grande empecilho para o avanço dos estudos comparativos”. Soma-se a isso a utilização de uma diversidade de termos, os quais nem sempre são sinônimos ou se referem ao mesmo recorte analítico, bem como as divergentes abordagens abrigadas em um mesmo termo⁴. Assim, esse campo é chamado de: “recrutamento político”, “recrutamento de elites políticas”, “seleção de lideranças políticas”, “carreira política”, “trajetória política”, entre outros termos que poderiam ser agregados⁵.

Se nas Ciências Sociais ainda não se estabeleceu esse consenso, não seria pretensão dessa dissertação realizar tal feito. No entanto, até para que possa promover e justificar as escolhas sobre quais trabalhos analisar, esboça-se a seguir uma distinção entre alguns desses termos e das delimitações do campo de estudo que lhes são inerentes.

⁴ Da mesma forma, Costa (2010, p.36) comenta em relação aos estudos referentes ao Brasil: “ainda estamos em uma situação de muita descontinuidade dos estudos, não apenas no que diz respeito aos tipos de questões e subtemas tratados, mas sobretudo no que diz respeito à cobertura de diversos objetos não contemplados, ou alguns períodos não tratados”.

⁵ Estudos focados em determinadas categorias ou processos ainda utilizam: “recrutamento legislativo”, “recrutamento parlamentar” (quando se referem especificamente a parlamentares, normalmente deputados do parlamento nacional); “seleção de candidatura”, “seleção de candidatos”, “recrutamento de candidatos”, “recrutamento de candidaturas”, “recrutamento partidário” (quando se refere à definição dos candidatos).

Inicialmente, é inegável dizer que a temática compõe o grande tema dos estudos em torno das elites, especificamente, as elites políticas⁶. O conceito mais amplo é o de “recrutamento político”, o qual, conforme as indicações de Czudnowski (1975), refere-se a todo o processo de formação de elites e, como tal, compreende experiências familiares de socialização, passagem por instituições diversas até chegar à carreira política em si, sendo demarcado por uma sequência de seleções, em que cada uma elimina uma larga proporção dos “aspirantes” e conduz os ‘sobreviventes’ ao estágio seguinte (BOLOGNESI, 2009, p.12-19)⁷.

No entanto, quando este ou outros termos próximos são aplicados, como “recrutamento das elites políticas” ou “seleção de lideranças políticas”, normalmente eles se referem aos que ocupam os postos políticos nas liberais-democracias. O foco recai, então, sobre duas temáticas: a análise do processo de seleção propriamente dito, isto é, o modo como os partidos definem quem serão os seus candidatos; ou, o que é mais comum, o resultado desse processo, o perfil dos eleitos, da própria elite política em questão⁸. O objetivo principal é desvendar quem são os indivíduos que conquistam postos públicos eletivos, quais grupos da sociedade têm mais ou menos chances de vencer uma eleição, o quão diversificado é o território político.

É possível delimitar distinções também no tipo de perfil dos eleitos a ser considerado. O campo mais usual, com larga tradição e muito vinculado à chamada sociologia política, busca identificar o perfil dessa elite política por meio do

⁶ Porém, até nesse âmbito mais geral de denominação do campo de estudos há polissemia. Outro termo utilizado é “classe política”, inspirada em Mosca, um dos pais da teoria das elites (PEGURIER, 2009, p.46-48).

⁷ Embora indique o horizonte metodológico da pesquisa, Bolognesi (2009, p.24) anota que “o grande problema de uma pesquisa que busca determinar o ponto inicial do recrutamento e que a mesma é inviável do ponto de vista operacional. Mesmo nos primeiros anos do século XXI, onde contamos com um grande aparato tecnológico e com equipes de pesquisas relativamente grandes dedicadas a ciência política, é impossível um investimento que dê cabo dos primeiros anos de vida até a idade em que o indivíduo torne-se candidato”.

⁸ Uma das críticas ao procedimento de centrar o estudo nos que “chegam lá” é formulada por Perissinotto e Miriade (2009, p.302): “um verdadeiro estudo sobre recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tais, comparando-as com os atributos da população em geral. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite e, dessa forma, poderemos ver que grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobrerrepresentados na elite política. Nessa perspectiva, muitos estudos se voltam à etapa anterior do processo de seleção ou de recrutamento e analisam como são definidos os candidatos, o perfil social e os repertórios sociais deles, assim como quem os seleciona”.

levantamento de algumas características sociais, especialmente: idade, sexo, profissão ou atividade profissional e escolaridade.

Os resultados – voltados especialmente para cargos parlamentares – apontam para uma notória disparidade entre aqueles que ocupam os assentos e as características da população. Não se confirmam, então, as “premissas do tipo *espelho*, pelas quais a composição parlamentar deveria ser comparada, segundo suas propriedades sociais, às características ocupacionais, demográficas ou culturais do eleitorado” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.82). Estudos calcados no *background* social tendem a encontrar quase sempre o mesmo perfil, independentemente do período em análise. Santos (2000, p.98-99) anotou que é possível prever as características sociais e econômicas dos deputados brasileiros de 1946 a 1999: homem, com idade entre 40 e 60 anos, com instrução superior e advogado. Rodrigues (2002) chegou às mesmas conclusões: grande parte das cadeiras é ocupada por homens, com ensino superior completo, bons aportes financeiros, na faixa dos 40 a 60 anos, vindos de setores profissionais ligados às áreas da comunicação, educação, funcionalismo público, medicina e principalmente aqueles com formação superior em Direito⁹.

Marenco dos Santos (2000, p.82) vai mais longe e aponta que esse perfil não se modificou ao longo das últimas décadas,

a despeito das profundas transformações na estrutura social, como resultado de urbanização, complexa rede ocupacional, maior escolaridade, incremento do eleitorado, os dados revelam um quadro irresistível para um diagnóstico sobre a assimetria entre representantes e seus constituintes.

Como reforço a esta perspectiva, Oliveira (2009, p.28) lembra que perfis sócio-econômicos e partidários podem ser reproduzidos, apesar da alta circulação pessoal de parlamentares. Coradini (2012, p.114), que trabalha a relação entre recursos de posições sociais e formas de ingresso na carreira política, apresenta uma das razões para que a repetição desse perfil ocorra:

⁹ O *background* social dos senadores apresenta o mesmo cenário, porém com indicadores ainda mais “elitistas”: homem (nunca menos de 87,7%), com mais de 50 anos (acima de 74% ou média de 56,1 anos), nível superior completo (nunca menos de 87,6%) e advogado por formação (pelos menos 30%). Resultados esses obtidos em pesquisas com distintos recortes temporais: Costa (2010) observou os eleitos de 1986 a 2006; Araújo (2009), os de 1990 a 2006; Llanos e Sánchez (2008), apenas os de 2002; Lemos e Ranincheski (2008), os da década de 1990 (pleitos de 1990, 1994 e 1998). Neiva e Izumi (2012) analisaram tão somente a formação superior dos senadores eleitos entre 1986 e 2006.

como destacado por Best e Gaxie (2000, p.117-125), o processo de maior 'profissionalização' das atividades de representação política é paralelo à crescente homogeneização dos ocupantes dos cargos mais altos. Simultaneamente, aumenta a distância entre os representantes e os representados, conjuntamente com o aumento da seletividade social dos primeiros. Esse aumento da seletividade tem como principal implicação o aumento da super-representação de determinadas esferas e posições sociais mais próximas do espaço político, que se manifesta, inclusive, nas condições ocupacionais e educacionais dos eleitos para os principais cargos.

Perissinotto e Codato (2007, p.36) apontam outra limitação desse tipo de estudo: nem todos os indivíduos pertencentes aos grupos que formam a elite política chegam às posições de elite, seja porque não se interessam por tais posições, seja porque não são capazes de atingi-la. “Ora, se pertencer a esse grupo é condição necessária, mas não suficiente, para ter acesso à elite política, torna-se imprescindível identificar os mecanismos que selecionam, dentro desse grupo privilegiado, os indivíduos que chegarão de fato àquela posição”.

Assim, outros caminhos analíticos têm sido procurados. Uma temática que ganha terreno situa-se sobre as trajetórias e as experiências dos membros da elite política e de como estes alcançam os postos públicos (SANTANA, 2008). O foco agora é a explicação de como estes indivíduos conseguiram alcançar as posições de poder que ocupam, que exigências estes atores tiveram de atender ao longo da sua trajetória até a conquista de um posto eletivo. Essa abordagem busca identificar, então, a experiência política prévia dessa elite, demarcada pelo ativismo ou a militância em organizações sociais (sindicatos, Igrejas, entidades artísticas, culturais, filantrópicas, esportivas etc.) e, principalmente, pela ocupação de cargos políticos e a vivência partidária. Como indica Oliveira (2009, p.14),

sob influência da teoria do ator racional, um dos elementos distintos do neoinstitucionalismo, operou-se uma importante mudança nos estudos sobre recrutamento legislativo: a carreira política pregressa, bem como a estrutura de oportunidades disponível para a progressão na carreira – e não mais os atributos sócio-econômicos dos deputados – tornaram-se a ferramenta heurística fundamental¹⁰.

Com vistas a evidenciar que o foco se dá à trajetória política prévia à conquista do cargo ocupado, a expressão “trajetória política” talvez fosse a mais precisa para identificar essa segunda abordagem. Contudo, a denominação mais

¹⁰ Como se percebe pelo texto, a autora faz referência aos estudos relativos aos deputados federais, mas a observação é extensível a todos os cargos.

comum é “carreira política”, concebida como “expressão da convergência ao longo do tempo das escolhas dos políticos, dos constrangimentos institucionais a que estão submetidos e do resultado das eleições” (BOURDOUKAN, 2006, p.1). A dificuldade com a denominação “carreira” é a sua relativa imprecisão, pois ela pode envolver duas abordagens distintas, e o termo não permite identificar a qual delas ele se refere: além da trajetória prévia, pode abranger as perspectivas de manutenção e de continuidade da própria carreira, ou seja, os próximos passos nessa trajetória. Há abordagens que se voltam apenas a um desses temas, enquanto outras abrangem a ambos. Não haveria a necessidade de qualquer distinção se fossem estudados apenas políticos definitivamente retirados, por desistência ou por falecimento¹¹, porém, como o mais comum é estudar aqueles ainda em desenvolvimento da carreira, a questão ganha relevância.

As pesquisas que se centram na continuidade da carreira costumam se voltar às escolhas referentes a essa continuidade e à identificação dos elementos que influenciam a escolha e do modo como o fazem. A questão gira em torno da chamada “ambição política”, seguindo o trabalho seminal de Schlesinger (1966)¹². A própria noção de ambição indica a busca prioritária pela manutenção na carreira, o continuar a ser político, seja no mesmo cargo, seja em um cargo de mais prestígio.

Tal perspectiva gera um campo correlato de estudos que é denominado “profissionalização política”, o qual versa tanto sobre o processo histórico e sociológico a partir do qual a política se torna uma profissão (ou uma carreira¹³), quanto sobre os resultados que ele gera. Desse modo, para fins de apresentação, eles serão tratados distintamente: primeiro a “profissionalização” e depois a “carreira política”.

¹¹ Embora, a rigor, apenas o falecimento indique a retirada definitiva. Nas demais situações, o que é pretendido como retirada definitiva pode se tornar uma interrupção, caso o político retome ou tente retomar a carreira.

¹² Evidentemente as abordagens estão inter-relacionadas, pois a noção de “ambição política” pode ser utilizada para analisar a trajetória política prévia daqueles que ocupam um determinado posto político e identificar de que modo e em que tempo ele chegou lá. O que se quer frisar é o fato de ser possível realizar a investigação a partir do cargo ocupado e da pretensão de continuidade, sem necessariamente incluir a trajetória pregressa.

¹³ Como pondera King (apud OLIVEIRA, 2009, p.34), carreira diz respeito ao compromisso de longo prazo com uma determinada vocação ou ocupação, mas não constitui em si mesmo uma profissão, pois não exige treinamento específico. Assim, haveria “político de carreira”, e não “político profissional”. A questão não é consensual, pois, como será visto mais adiante, fala-se muito na “profissionalização da política”, assim como na necessidade de um treinamento específico sim para o exercício da atividade, embora tal treinamento tenha suas peculiaridades e não seja necessariamente educacional.

1.2 Profissionalização política

Com o surgimento e a consolidação das democracias representativas durante os séculos XIX e XX, cresceu o fenômeno da profissionalização política, isto é, o surgimento de pessoas assalariadas e dedicadas de modo integral e permanente à atividade política (VEIGA; PERISSINOTTO, 2009). Segundo autores como Freire (2001) e Oliveira (2009), com a consolidação democrática, é possível notar um crescimento da profissionalização política por parte dos indivíduos que ingressam na política. Ou seja, assim como em outras profissões, há uma espécie de treinamento específico para este segmento.

Nas palavras de Oliveira (2009, p.36), inspiradas em King (1981), independentemente de diplomas e de profissões fora da vida política, homens e mulheres que são médicos, advogados e fazendeiros e que, ao mesmo tempo, tornam-se políticos de carreira, têm em comum o fato de comerem, dormirem e sonharem com política. De modo convergente, Marengo dos Santos (2000, p.85) anota que “quanto mais se estende na carreira parlamentar, assumindo funções e tarefas próprias desta atividade, mais o indivíduo é levado a desfazer-se de sua prática profissional, a ponto desta constituir mera referência em repertórios biográficos do legislativo”. Ou, ainda, ocorre a

[...] autonomização relativa da esfera política, que se expressa no domínio de uma competência específica e na objetivação de uma atividade que têm em si sua própria finalidade, qual seja, a conquista dos lucros por meio da conquista dos cargos de representação política. Assim como os diversos domínios de atividades especializadas, a ‘política’ impõe seus modos de apreensão legítimos, acionando determinadas disposições ou competências (BORDIGNON, 2011, p.15).

O profissionalismo político já fora mencionado por Max Weber em “*A Política como vocação*”. Segundo o autor, existem múltiplas formas de dedicação à política, havendo assim várias formas de se participar da divisão do poder. A política pode ser praticada tanto de modo ocasional – ao introduzirmos o voto nas urnas e exprimirmos nossas vontades numa reunião política, manifestando aprovação ou desaprovação através do discurso político – como pode ser transformada em atividade profissional secundária ou principal. Aqueles que fazem da política sua atividade principal, podem ser distinguidos em dois grupos, os que vivem “para” a

política e aqueles que vivem “da” política, não sendo necessariamente separados entre si, geralmente são até simultâneos.

Quem vive “para” a política a transforma no sentido da sua vida e quem vive “da” política, vê nela uma fonte permanente de rendas. Nas palavras de Weber:

quem vive ‘para’ a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem sentido a serviço de uma ‘causa’. [...] A distinção, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma fonte de renda permanente vive ‘da’ política como vocação, ao passo que quem não age assim não vive ‘para’ a política (WEBER, 1993, p.68).

Dogan (1999, p.171-172) é quem aprofunda a noção de “profissionalização” e a apresenta como o predomínio na política de um agente que exhibe as seguintes características: vocação precoce para essa atividade; longa carreira política; recursos extraídos das posições políticas ocupadas; e qualidades políticas da boa figura, do domínio da retórica, da capacidade de negociação. Nesse sentido, Marengo dos Santos (2000, p.85) comenta que

à medida em que adota uma dinâmica mais profissionalizada, a instituição legislativa¹⁴ exige, de seus aspirantes, dedicação em tempo integral e especialização em assuntos públicos, excluindo, voluntariamente ou não, aqueles que não se adaptam às suas rotinas. Instituições políticas possuem rotinas e normas próprias, não diretamente assimiláveis às de outras esferas, que, quando sedimentadas, constituem padrão para a conduta de seus integrantes individuais. Com frequência, isto também explica porque a condição profissional de origem não preenche todo o significado do mandato parlamentar. Quanto mais se estende na carreira parlamentar, assumindo funções e tarefas próprias desta atividade, mais o indivíduo é levado a desfazer-se de sua prática profissional, a ponto desta constituir mera referência em repertórios biográficos do legislativo.

Na realidade, como procura desenvolver Oliveira (2009), a chamada “profissionalização parlamentar” ou “legislativa” implica processos interligados, mas discerníveis do ponto de vista analítico: a “profissionalização do parlamento” e a “dos parlamentares”, sendo a primeira, por sua vez, parte da “profissionalização política” ou do advento da “política como profissão” (carreira, na perspectiva de King). De um

¹⁴ O autor se refere especificamente à “profissionalização parlamentar”, antes que à “profissionalização política”, embora haja pontos inegáveis de intersecção entre aquela exercida no legislativo nacional e aquela exercida em todos e qualquer cargo público que o político possa almejar ou conquistar. No caso de Marengo dos Santos, a ênfase ao parlamento deve-se ao objeto de pesquisa do autor.

lado, historicamente, o legislativo se torna autônomo frente a outras instituições, passa a seguir regras próprias, a envolver uma série de procedimentos específicos que exigem treinamento para serem bem desenvolvidos e implicam a profissionalização de seus membros em um processo também chamado de “institucionalização”. De outro, aqueles que pretendem nele construir a carreira ou dele participar como parte da carreira política se especializam e se dedicam para atender às demandas da instituição.

A maioria dos autores que estuda as elites políticas parte da premissa de que o campo político cada vez mais passou a recrutar atores experientes e treinados para exercerem tais funções, isto é, o campo político começou a exigir dos seus membros mais especialização (“profissionalização”). Conforme expõe Oliveira (2009, p.19-22), inspirada em Cotta e Best, um dos reflexos diretos dessa profissionalização da política foi a redução da permeabilidade à circulação de pessoas na elite parlamentar, ou seja, progressivamente a política tornou-se um espaço privilegiado daqueles que a ela se dedicam e a elegem como prioritária.

Para Freire (2001), ao se referir especificamente à profissionalização da função parlamentar, ela é notada a partir de diversos indicadores, dentre eles: o índice de deputados reeleitos entre as legislaturas; especialização técnica (nível de instrução e origem sócio-profissional) e política (evolução do peso dos dirigentes partidários nos grupos parlamentares) ao longo das legislaturas. Sendo assim a modernização política se traduz numa institucionalização (autonomização e profissionalização) da esfera política face aos outros subsistemas, representando o fechamento da arena política perante as outras esferas da vida social, em termos de recrutamento.

Embora esta seja a premissa geral, os trabalhos demonstram também que não há impedimentos formais para que os mais inexperientes ou novatos (*freshmen*) se elejam, os chamados *outsiders* ao campo político. O que ocorre é uma dificuldade de ordem prática para que eles consigam ter sucesso nessa empreitada.

Em um campo correlato de análise, Bourdieu (1989) forneceu os elementos que podem ajudar a compreender como se dá o ingresso e a manutenção na política daqueles que a ela se dedicam. Segundo o teórico francês, a posse do capital político é fundamental para aqueles que desejam ingressar neste segmento. Este é concebido como “uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no

reconhecimento, ou precisamente nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa” (BOURDIEU, 1989, p.189).

O capital político é, em geral, o principal atributo que o aspirante necessita ter. Miguel explica o que caracteriza um indivíduo dotado de tal capital a partir da ideia de Bourdieu, o qual seria uma espécie de crédito social:

o capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (MIGUEL, 2003, p.121).

Ele pode ser constituído por duas espécies: o primeiro é o *capital pessoal*, que diz respeito à notoriedade e à popularidade daqueles que são reconhecidos pelo nome ou pela reputação; é acumulado durante toda vida, geralmente está presente naqueles que o adquirem fora da política, como por exemplo: profissionais liberais, médicos e advogados. Nessa mesma perspectiva, Miguel chama-o de *capital convertido*, aquele existente quando o indivíduo, sem ter exercido nenhum cargo eletivo e sem nenhuma participação prévia na política, adquire o capital político e o reconhecimento da sociedade devido à popularidade conquistada em outros segmentos, como é o caso de artistas, líderes religiosos e esportistas. Kuschnir (2000, p.25) lembra a existência da notoriedade adquirida por “empréstimo”, através de alianças e/ou parentesco com políticos famosos que, em alguns casos, é a única fonte de prestígio e justificativa da candidatura¹⁵.

O segundo refere-se ao *capital delegado*, este é o capital detido e controlado pela instituição e só por ela, no caso os partidos. Sendo que a instituição irá investir naqueles fiéis a ela. Como expõe Marengo dos Santos (2000, p.41), “suporte financeiro, apoio militante, emblemas e interpelações ideológicas compensam a carência de atrativos individuais, ao mesmo tempo que submetem seu beneficiário à organização capaz de provê-los”.

¹⁵ Conforme Grill (2008, p.31), “a inscrição de agentes em um ‘família de políticos’ contribui como fonte de crédito e de notoriedade, possibilitando que os membros sejam reconhecidos como portadores de ‘qualidades’, ‘atributos’, ‘imagens’, além de ‘direitos que lhe são reconhecidos em nome da origem familiar [...] mas também de deveres que são impostos pela posição ocupada’ (BRIQUET, 1992, p.159)”.

A partir do modelo analítico de Bourdieu, podem-se construir dois padrões de recrutamento da elite política. Há a alocação endógena, quando predomina o capital delegado, o que significa que

a estrutura partidária fornece os meios necessários para a arregimentação eleitoral. Significa que para obtê-los, o aspirante à carreira deve adaptar-se às regras e diretrizes da organização. Neste caso, a indicação para uma candidatura segue um padrão *centrípeto*, premiando lealdades confirmadas após anos de dedicação ao partido. Carreiras adquirem a forma de um *cursus honorum*, em que ingressando nos níveis mais inferiores da hierarquia partidária, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até uma cadeira parlamentar é, em regra, longo. Com uma reduzida circulação entre ocupantes de cargos, a progressão na hierarquia da carreira torna-se lenta. O postulante deve esperar, prudentemente, que se ofereça uma vaga, com poucas perspectivas de desafiar, com êxito aos veteranos. Ambiente que constitui uma escola política, onde o aspirante é socializado, adquirindo regras e valores deste mundo (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.36-37).

Se quem prevalece é o capital pessoal convertido em capital político tem-se o a alocação lateral, a qual

tende a valorizar atributos adquiridos *fora* das fronteiras organizacionais. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de apoios. Detendo recursos *próprios*, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido. Carreiras políticas são, com isto, mais rápidas e descontínuas, recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência política (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.37)¹⁶.

Desse modo, um dos caminhos adotados a partir do referencial propiciado por Bourdieu analisa a acumulação de experiência política anterior ao ingresso na carreira, importante para a construção da própria carreira. Diversos segmentos proporcionam aos indivíduos meios de socialização e de atividades que desenvolvam as características presentes também na esfera política. Envolvimento prévio em entidades de representação – como sindicatos, associações de bairro, de

¹⁶ Em benefício dos partidos e em contraposição à vinculação que Marengo dos Santos faz entre recrutamento lateral e maior fragilidade dos partidos, Pegurier (2009, p.98) argumenta: “no Brasil, pelo menos, a seleção e a aprovação dos candidatos de cada partido a cadeiras na Câmara é – e nunca deixou de ser – uma prerrogativa da direção partidária regional, a qual escolhe candidatos que correspondam ao seu objetivo de eleger a maior bancada partidária possível. Se a escolha recai sobre um indivíduo de menor experiência política, em comparação com antigos militantes do partido, só pode ser porque esses dirigentes reconhecem que esse indivíduo reúne mais recursos eleitorais que esses militantes e, conseqüentemente, oferece maior possibilidade de consecução dos objetivos partidários”.

funcionários públicos, trabalhadores rurais, organizações estudantis, religiosas – servem de recurso de legitimação na esfera política (SEIDL, 2006).

Para Cordero (apud SANTANA, 2008), a configuração das carreiras políticas também considera experiências de socialização prévias aos cargos eletivos, como a participação em: (a) cargos de liderança em entidades estudantis, (b) nos partidos políticos, (c) na administração pública, (d) em organizações da sociedade civil ou (e) em outros postos de representação popular. As trajetórias dos políticos antes de ocupar seus postos eletivos são importantes por revelarem a experiência adquirida e fornecerem uma sinalização a respeito da ambição deles e do padrão de carreira. A socialização escolar é um exemplo do nítido engajamento político:

a apresentação de 'origens precoces' de envolvimento ou 'interesse' em atividades coletivas ou propriamente nomeadas 'políticas' pelos entrevistados remete – em boa parte dos casos – a formas iniciais de participação como lideranças em atividades de grêmios estudantis e jornais escolares. Para uma fração desses, o ingresso posterior em cursos superiores marcaria, portanto, uma continuidade nessa modalidade de envolvimento através dos comandos de diretórios acadêmicos estudantis (DCEs), espaços sabidamente próximos da lógica das disputas partidárias e de recrutamentos análogos (SEIDL, 2006, p.10).

Segundo Marengo e Serna (2007), a mobilização de *recursos associativos* representa um tipo de capital social nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários, podendo ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a questões sociais. Segundo os autores, este tipo de capital pode mudar conforme os diferentes padrões de carreiras parlamentares.

Ao estudar comparativamente países latino-americanos, Marengo e Serna (2007) encontraram um percentual de 52% dentre os deputados brasileiros e chilenos que antes do ingresso na cadeira legislativa apresentavam uma participação de destaque em algum tipo de associação coletiva. Já no Uruguai, 75% dos parlamentares mantinham uma participação em associações, além da política institucional.

Os tipos de organização e de associação mais comuns são os movimentos e as agremiações de estudantes (secundaristas e universitários), as associações de profissões universitárias e do campo intelectual, os sindicatos dos trabalhadores e as organizações do capital, dos produtores rurais e dos comerciantes (MARENGO; SERNA, 2007, p.97).

Além disso, é possível notar que as experiências prévias podem se distinguir conforme a legenda partidária em análise. Deputados de partidos mais conservadores revelam um uso mais reduzido desse tipo de capital, dado que 60% não haviam tido nenhuma participação nessas associações. Nas bancadas dos partidos de esquerda, mais de 70% dos deputados participaram de algum tipo de associação coletiva antes de ingressar ao Congresso. Marengo e Serna (2007) formulam, assim, a hipótese de que partidos à esquerda utilizam mais recursos coletivos e de identidade para constituir bases sociais, já partidos conservadores baseiam-se fundamentalmente nos capitais e nos recursos individuais dos políticos.

A corroborar essa hipótese, ao analisar o conjunto de candidatos a deputado no Rio Grande do Sul no período 1998-2006, Bordignon (2010, p.92-93) observou:

o polo mais diretamente relacionado ao 'capital político associativo', decorrente da atuação prévia em atividades de representação e mobilização de interesses, tem associação mais forte com aqueles partidos tidos como mais de esquerda, dentre os quais o PT, os outros partidos de 'esquerda' e o PSB. [...] O polo oposto desse eixo do primeiro fato tem uma associação mais direta com a aquisição e acumulação do 'capital político pessoal'. [...] No caso daqueles com entrada via exercício prévio de atividades artísticas, culturais ou esportivas, em termos de vinculação partidária, há uma relação mais direta com o PL, com o PSDB, com o PPB/PP, com o PMDB, com o PTB e com os outros partidos 'menores'.

É importante frisar que a experiência prévia é valorizada desde o momento de filiação e de ingresso nos partidos. Segundo Álvares (2008), existem dois processos de recrutamento de candidatos que tem como bases uma maneira formal e outra informal. Para a autora, a base formal é caracterizada por variáveis independentes, que são as regras eleitorais legais do país e as leis partidárias. Na base informal encontram-se as variáveis dependentes que influenciam os selecionadores a optar pela escolha de um candidato ao invés de outro. O recrutamento do plano informal configura-se como um processo de indicação de candidatos em que os selecionadores buscam aqueles mais propensos a angariar votos para o partido. Eles dão preferência, assim, para indivíduos com antecedentes pessoais ou profissionais ligados à política e com passagens por sindicatos, agremiações estudantis, associações de bairro, bem como que disponham de tempo, de dedicação e de recursos para a atividade política, dotados de potencial eleitoral e "*status político*" (ÁLVARES, 2008; BOLOGNESI, 2009).

1.3 Carreira política

Os fundamentos que balizam as pesquisas sobre a “carreira política” ou a “trajetória política” giram em torno da contribuição de Schlesinger. Com a publicação do livro “Ambition and politics” (1966), este autor tornou-se a principal referência em trabalhos sobre decisões de carreiras políticas.

Para ele há três tipos de ambição: a discreta, quando o político pretende ocupar o cargo por pouco tempo (um mandato), retirando-se da vida pública, o que configuraria um “político amador”; a estática, quando a intenção é permanecer no mesmo cargo por vários mandatos; e a progressiva, quando o político tem por objetivo chegar a um posto tido como mais alto na carreira (BOURDOUKAN, 2006).

Em complemento a essa perspectiva, Rodhe (apud LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003) lembrou que se o político não tiver constrangimentos, custos ou riscos, ele efetivamente buscará postos mais altos. Esse corolário, no entanto, não se verifica na prática, porque sempre há custos ou riscos envolvidos. Logo, as escolhas dos atores a respeito das suas carreiras não se dão de maneira aleatória. Dentro de uma perspectiva racional, supõe-se que os indivíduos têm preferências em função da utilidade, ou seja, suas ações visam à maximização dessa utilidade. Sendo assim, os políticos sabem que há custos maiores ao almejar cargos maiores, fazendo com que estes ponderem obter um cargo mais alto com as probabilidades (menores) de ganhar a eleição (LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003). Por isso, Oliveira (2009, p.51) anota que a “ambição” nessa teoria se refere mais sobre oportunidades do que sobre motivação dos indivíduos, ao contrário do que o termo sugere em uma primeira leitura.

No caso dos Estados Unidos, tendo em vista o alto grau de institucionalização do Congresso, os estudos sobre o comportamento parlamentar partem da premissa quase unânime de que a principal meta a ser atingida pelos políticos é a reeleição para o mesmo cargo, manter-se no próprio Congresso, ou seja, a “ambição estática” (LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003; SANTANA 2008).

Entretanto, exatamente por causa da medição de custos e de oportunidades dos políticos atores racionais, é preciso cautela ao pressupor que a “ambição estática” e a busca da reeleição estejam presentes em qualquer região, independentemente do contexto institucional. Como o arranjo político dos países da América Latina é diferente do norte-americano, podem-se esperar distintas

ambições políticas nessas regiões. Desta forma, algumas ponderações e adaptações devem ser feitas para que a teoria da ambição seja aplicável a outros ambientes.

No Brasil, por exemplo, a escolha que os legisladores fazem com relação ao cargo ao qual vão concorrer na próxima eleição é orientada às chances de ter êxito nas eleições e aos custos e riscos do cargo almejado, juntamente com uma autoavaliação do desempenho no cargo (LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003). As carreiras políticas são condicionadas pela estrutura de oportunidades do sistema político, logo têm influência: o número de cargos disponíveis, a frequência com que são disputados estes cargos e como as regras eleitorais afetam diretamente na estrutura da competição eleitoral e, portanto, direcionam as ambições dos políticos ao definirem a que cargos eletivos irão se lançar, bem como as chances efetivas de vitória (BOURDOUKAN, 2006).

De acordo com a legislação eleitoral brasileira, por exemplo, um deputado federal que vislumbre concorrer a prefeito, por exemplo, não tem a necessidade de deixar o cargo. Neste caso, a legislação dá certa segurança ao parlamentar, pois como as eleições municipais não são realizadas em conjunto com as gerais, mesmo que o candidato perca a eleição, ou posteriormente queira deixar o cargo, ele pode retornar a seu antigo posto sem custos¹⁷. A situação já é diferente se este mesmo parlamentar desejar se candidatar ao cargo de governador, pois as eleições se correspondem no tempo. Logo, necessariamente o indivíduo deve optar entre o cargo executivo estadual e o cargo legislativo e, caso perca a eleição, não tem a garantia de retorno. É claro que esta é apenas uma das muitas ponderações a serem feitas pelo candidato ao calcular os riscos e custos de lançar uma candidatura ao governo de um estado.

Santana (2008) agrega outras condicionantes: a natureza do cargo, se legislativo ou executivo, e também a existência ou não de segundo turno. Tais fatores devem ser ponderados ao aplicar teorias e métodos de análise. Desta

¹⁷ Oliveira (2009, p.87) observou que “a abertura de mais oportunidades para eleições às prefeituras, associada ao incremento de verbas para esses endereços, favoreceu a intenção, por parte dos deputados interessados em retornar à Câmara ou em progredir na carreira, de passar a segunda parte do mandato longe de Brasília e mais perto dos locais onde se encontram os votos e o dinheiro”. A autora ainda pondera que “o interesse em interromper a carreira parlamentar para disputar uma prefeitura continuou aumentando expressivamente à medida que as chances de vitória diminuíram, isto é, a partir da aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República, em 1997” (OLIVEIRA, 2009, p.87-88). Sobre essa questão específica ver: Matos (2010) e Pinto (2012).

maneira, o formato do sistema político de cada país tem impacto na estrutura de oportunidades em termos de carreira e de ascensão política. É imprescindível observar com atenção o formato político-administrativo do Estado (se federativo ou unitário), as características dos partidos, bem como o formato e a dinâmica do sistema partidário e do formato do sistema eleitoral.

Como já visto, carreiras políticas são impulsionadas, ainda, pela disponibilidade de acesso a uma série de recursos, tais como: reputação pessoal; experiência política; redes de amizade e fontes de financiamento de campanha, que permitem ao seu portador transformar estes recursos em apoio e votos. De um lado, renda e relações estabelecidas no espaço profissional, por exemplo, são alguns meios que impulsionam as carreiras com menor dependência do aval partidário. Essas carreiras são mais rápidas e descontínuas, e oferecem oportunidades aos aspirantes com menor experiência política, o chamado recrutamento lateral. Por outro lado, para os candidatos desprovidos de recursos materiais e sociais há uma dependência maior da organização partidária para que esta forneça os meios necessários de ingresso e de mobilidade nos postos institucionais, o recrutamento endógeno (MARENCO DOS SANTOS, 2000; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; MARENCO; SERNA, 2007).

Leoni, Pereira e Rennó (2003) incluem outras variáveis que afetam a opção de candidaturas a cargos eletivos mais altos. Uma delas diz respeito à magnitude do distrito. A hipótese formulada pelos autores é de que quanto maior a magnitude do distrito, menor é a probabilidade de o deputado se candidatar a postos mais altos, pois o conjunto de “candidatos fortes” nesse amplo distrito é maior. Num território eleitoral disperso existe um eleitorado muito diversificado e vários municípios, portanto, os candidatos com votos muito concentrados têm a tendência a concorrer menos aos cargos mais altos, uma vez que esses atores podem não ser conhecidos o suficiente em todo o distrito eleitoral para almejar um cargo majoritário. Espera-se, assim, que candidatos com menor concentração de votos concorram com maior probabilidade de vitória a cargos mais altos. Por consequência, os legisladores de estados menores concorrem mais a cargos mais elevados, pois, para estes, é mais fácil serem reconhecidos em todo o distrito e torna-se menos arriscado concorrer a um cargo majoritário.

Na perspectiva de Bourdoukan (2006), além dos dispositivos institucionais e dos cálculos de custo benefício, outro fator que influencia na ambição política é se o indivíduo está presente na coalizão do governo. Um exemplo pode ser verificado quando um deputado de oposição deseja se candidatar a prefeito ou, em certos casos, até o ingresso numa secretaria municipal de um grande município pode conter mais atrativos do que o cargo de deputado. Já os deputados que integram a coalizão do governo podem estar mais satisfeitos com o acesso aos recursos públicos e, para estes, é mais vantajoso continuar na Câmara. Segundo dados da autora, alguns partidos com representantes na Câmara dos Deputados na coalizão do governo não lançaram nenhum candidato, já no caso dos da oposição, a grande maioria dos deputados se candidatou a um cargo da prefeitura municipal, o que demonstra que os parlamentares da oposição tiveram maior propensão a buscar cargos no Executivo que os deputados da situação.

Em razão dessas questões, alguns autores acrescentaram outros tipos de ambições para melhor compreensão de casos além da esfera política dos Estados Unidos. Uma delas pode ser encontrada em trabalho de Leoni, Pereira e Rennó (2003) como a “ambição regressiva”, ou seja, a busca por cargos mais baixos, ou de menor prestígio. Embora essa denominação seja um oxímoro, reflete a estrutura de oportunidades presente no modelo brasileiro, pois, por exemplo: um deputado federal pode concorrer a estadual¹⁸, um deputado estadual concorrer a vereador.

Já Santana (2008) insere a “ambição dinâmica”. Nesta categoria podem ser enquadrados aqueles políticos que não necessariamente traçam uma linha ascendente na disputa por cargos públicos, não sendo possível perceber objetivos de forma muito nítida. A caracterização de Santana pode ser enquadrada no comportamento daquele indivíduo que não possui objetivos muito definidos de carreira, seja pela meta em manter-se efetivamente na arena legislativa, transitando entre Câmara dos Deputados e o Senado, seja se revezando entre cadeiras legislativas e mandatos executivos, não havendo um sentido único. Para a autora, “ambição dinâmica” pode denominar um político que tem como seu objetivo manter-se em instâncias de poder eleitoralmente instituídas, não importando o cargo. Essa é uma situação que pode ser notada em países onde há pouca disponibilidade de

¹⁸ No estudo dos autores, relativo às eleições de 1998, dos 564 deputados considerados, 12 ou 2,1% tomaram essa decisão, dos quais apenas metade teve sucesso (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). Conforme Barreto (2011), em 2006, dos 513 deputados, 11 concorreram a deputado estadual. Santos (2010, p.118) informa que, em 2010, houve 12 casos.

cargos eletivos disputados, fazendo com que tal indivíduo não vislumbre ascensão política por falta de alternativa.

Anastasia, Correa e Nunes (2012, p.111) ainda agregam os cargos não eletivos, aqueles de nomeação política, como um elemento a ser considerado no elenco de postos ambicionados pelos políticos. Logo, também é “ambição progressiva” não concorrer a nenhum cargo eletivo, mas aceitar a nomeação para alguma pasta ou posição de prestígio, como um ministério, uma secretaria estadual, a presidência de uma empresa pública. No dizer dos autores: “refere-se à busca de cargos públicos de maior prestígio do que o que o legislador ocupa, sejam eles eletivos ou não”. Igualmente, a “ambição regressiva” inclui cargos de nomeação desde que esses tenham menor prestígio do que o posto então ocupado pelo político.

No entanto, para que todas essas proposições ganhem sentido, é inevitável a existência de uma hierarquia delimitada dos postos políticos que seja capaz de indicar o que é mais alto ou baixo e, assim, definir como se pode conceber a ascensão e/ou a regressão. Schlesinger (apud BOURDOUKAN, 2006, p.3) estava atento a tal situação e apresentou os elementos que permitem dimensionar tal hierarquia. Ele propõe a valorização de um cargo em função de aspectos como: (a) os poderes concedidos ao seu ocupante; (b) salário e outros benefícios; (c) tamanho da circunscrição; (d) duração do mandato; (e) potencial de detenção do cargo; (f) potencial de avanço na carreira. Com base nestes critérios haveria a possibilidade de traçar uma hierarquia de cargos na carreira política, tornando estes mais ou menos desejáveis.

Da mesma forma que os modelos de ambição, a configuração de cada sistema político faz com que nem todos os cargos considerados “altos” ou “baixos” nos Estados Unidos forneçam os mesmos incentivos e a mesma visibilidade aos políticos de outros países (SANTANA, 2008). Portanto, um cargo “alto” numa determinada situação ou localidade pode não ser considerado em outra. Como ponderam Borchert e Zeiss (2003, p. 16-17 apud Coradini, 2012, p.110)

não há necessariamente uma ordem das coisas que privilegiam o nacional sobre o nível do estado ou regional e do último sobre o local. Em muitos países alguém passar de legislador nacional para o Executivo do Estado ou então da legislatura regional para Prefeito de cidade grande é considerado uma ascensão, enquanto em outros tais deslocamentos poderiam ser vistos como uma degradação inconcebível¹⁹.

No caso brasileiro, um exemplo desta variação, para Santana (2008), é que recursos e incentivos providos pelas prefeituras no Brasil são diferenciados, devido ao porte do município e à importância econômica deste para o país. Deve-se considerar, ainda, a importância eleitoral no estado e a importância do município diante das cidades vizinhas. No caso de prefeituras, fica impossível atribuir à tipologia de “ambição estática” para o prefeito, uma vez que há a possibilidade de apenas uma reeleição. Já para os cargos legislativos a tipologia pode ser utilizada.

Por todas essas questões, definir concretamente uma hierarquia dos cargos públicos no Brasil é um exercício bastante complexo, dado a múltipla possibilidade de se trilhar caminhos “ascendentes” ou “progressivos” e caminhos “descendentes” ou “regressivos” nessa estrutura. Segundo Pipa Norris, o recrutamento em um sistema federalista, como o caso brasileiro, permite carreiras mais flexíveis, sendo possível a constatação de uma elite mais permeável e sem um caminho fixo a seguir (apud BOLOGNESI; TRIBESS, 2009, p.5). No Brasil, devido ao modelo de sistema político, é notada alta maleabilidade de carreiras políticas. A incerteza característica das disputas eleitorais permite “saltos” de patamar, ou seja, é perfeitamente possível tanto a entrada na vida política em cargos mais elevados quanto a transição de um posto para outro, sem que haja uma linha necessariamente ascendente. Conforme salienta Miguel (2003), em uma eleição é possível sair da esfera municipal para a esfera federal.

Na perspectiva mais clássica, Samuels (2003) optou por um modelo simplificado e afirma que há apenas duas modalidades de carreira no Brasil: para cima ou para baixo, ou seja, da esfera local-estadual para a federal e vice-versa. No entanto, como os cargos não são equivalentes entre os poderes executivo e legislativo, o modelo se torna mais complicado do que o autor desejaria, pois há

¹⁹ Em reforço, Lodola (2009, p.262-263) explica que “especialmente en el caso de algunas provincias pobres y/o pequeñas de Argentina, pasar de una diputación provincial a una diputación nacional significa un castigo antes que un premio político. En palabras de un ex legislador de la provincia de Formosa que ocupó ambas posiciones: ‘Existe un viejo adagio aquí: quien se va al nivel nacional pierde su poder en la provincia, se convierte en un muerto político. A la Cámara de Diputados [y al Senado] la llamamos el cementerio de los elefantes. Si vas allá, alguien ocupa tu espacio acá, donde se realizan los verdaderos negocios”.

situações em que “descer” pode ser “subir”, isto é, deixar a Câmara dos Deputados (federal) para ser Governador (estadual).

Lodola (2009) propõe um modelo em que se cruzam dois elementos: o nível de governo em que o cargo está localizado (federal, estadual ou municipal), o que gera uma movimentação de carreira horizontal (quando se mantém no mesmo nível) ou vertical (quando alterna o nível); e se o cargo pretendido é “superior” ao anteriormente ocupado, o que corresponde ao modelo de Schlesinger de “estático” (ficar no mesmo cargo) ou “progressivo” (ascender). Assim, existem quatro movimentos hipotéticos: horizontal-estático (permanecer no mesmo cargo); horizontal-progressivo (pretender um cargo mais importante no mesmo nível de Estado); vertical-progressivo (avançar a um cargo mais importante em um nível superior de Estado) e vertical-estático (possível apenas no modelo teórico, mas não correspondente à realidade).

O problema da proposição de Lodola é que, além de não contemplar ambições regressivas, ela não pondera a importância dos cargos entre os níveis de Estado, logo não responde as questões indicadas anteriormente e que, no caso do Brasil são importantes, como: qual a correspondência hierárquica entre ser prefeito de um município e ser deputado federal? Da mesma forma, essa proposição é redundante, pois a combinação “horizontal-estático” se refere simplesmente a quem permanece no cargo em que está, logo o “estático” é sempre horizontal²⁰. Na realidade, a referência a horizontal ou a vertical só tem sentido no caso de uma “ambição progressiva” (ou “regressiva”, se o autor a considerasse em seu modelo). Assim, o mais correto seria considerar o movimento como “estático” ou “progressivo”, sendo que apenas este pode ser apreciado como horizontal ou vertical.

Mais recentemente, Pegurier (2009), Santos (2010) e Pinto (2012) agregaram o modelo formulado por Borchert, voltado para países federais e que se mostra mais sensível às peculiaridades do Brasil, no qual as oportunidades são maiores e mais diversificadas. Nessa perspectiva, Fabiano Santos pondera que Borchert segue o modelo básico de Schlesinger, calcado na estrutura de oportunidades, mas amplia o escopo de análise e desenvolve a percepção de que em países multinível

²⁰ Na mesma medida, é por isso que não existe “vertical-estático”.

os políticos podem se movimentar de maneira intensa ou adotarem postura mais estática, podem se movimentar em direção a um cargo específico ou podem tentar acumular diversas posições. Podem alçar voos mais ambiciosos ou promover idas e vindas pelos diversos níveis de governo existentes no sistema. A cada diferente tipo predominante de movimentação, com as respectivas variações em termos de direção (se unidirecional, integrada ou alternativa) e vinculação (se por sucessão ou acumulação), correspondem distintos 'tipos' de ambição política e, por conseguinte, de carreiras políticas (SANTOS, 2010, p.111).

O modelo compreende dois critérios: se os cargos pretendidos são acumulados ou ocupados sucessivamente; e o tipo de movimento na carreira. Neste caso, as possibilidades são: (1) unidirecional, aquele no qual o ator possui o objetivo de ascender na carreira e a hierarquia dos cargos está bem definida, de modo a fixar a trajetória para cumprir tais objetivos; (2) alternativo, o qual não possui um padrão estabelecido, e sim vários, com hierarquias distintas e igualmente caminhos diferentes a serem seguidos; (3) integrado, no qual não existem fronteiras definidas entre os diferentes níveis estatais, bem como um padrão hierárquico entre os cargos, de modo a permitir movimentação entre os três níveis. Como destaca Pinto, em referência ao tipo integrado, que é aquele mais adequado ao padrão de carreira brasileiro,

há uma oferta de muitos postos, com níveis de atratividade equivalentes e relativa acessibilidade à maioria dos políticos. Esse tipo proporciona uma alta frequência de mudanças de posição, e sua permeabilidade proporciona a todos boas chances de permanecer na carreira política, mesmo que a sua direção seja frequentemente alterada (PINTO, 2012, p.5).

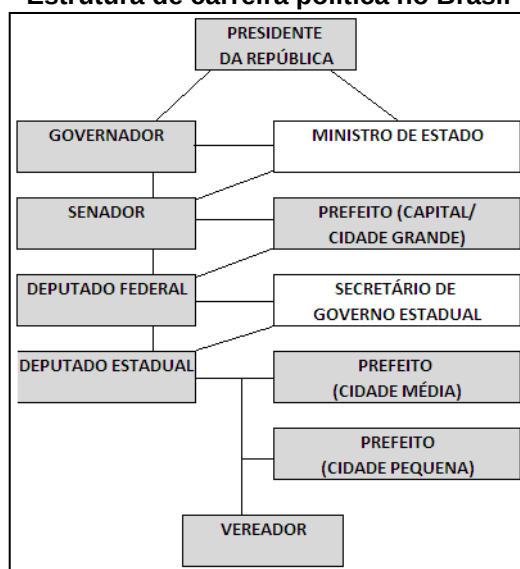
A combinação desses critérios gera seis tipos: alpinista (unidirecional com sucessão); guardião (unidirecional com acumulação); saltador (integrada com sucessão); coletor (integrada com acumulação); fiel (alternativo com sucessão); barão (alternativo com acumulação). Apesar de ser uma ferramenta importante para avançar nessa questão e fornecer os elementos para interpretar as carreiras possíveis, por si só o modelo de Borchert não hierarquiza os cargos, tão somente indica o trânsito entre eles.

Apesar da falta de estudos específicos ou aprofundados, segundo Miguel (2003), é possível estabelecer, de maneira intuitiva, uma estrutura de carreira política no Brasil. O cargo de vereador ocupa a base de tal estrutura, sendo este posto eletivo o de menor prestígio político diante dos demais. O ocupante de uma cadeira legislativa municipal que deseja ascender na sua carreira cogita, assim, se

eleger deputado estadual ou então prefeito. E assim por diante até a Presidência da República, que é indiscutivelmente o topo da carreira política no Brasil.

Porém, se os pontos inicial e final da carreira são facilmente estabelecidos, o mesmo não pode ser dito dos pontos intermediários, no qual uma série de fatores pode fazer com que um cargo seja mais importante do que outro – aliás, como pondera Borchert. Miguel (2003) propôs a seguinte estrutura:

FIGURA 1
Estrutura de carreira política no Brasil



Obs. As caixas em cinza representam cargos eleitos por votação popular. Fonte: (MIGUEL, 2003)

Na visão de Santana (2008, p.145-146), a qual tem o deputado federal como referencial, os cargos mais altos seriam: (a) Presidência da República (Presidente ou Vice), (b) governos estaduais (Governador ou Vice), (c) prefeituras de “grande porte”, ou seja, capitais de estados; (d) Senado, (e) Ministro de Estado ou primeiro escalão na Administração do Governo. Os mais baixos envolveriam sair da Câmara e passar para legislativos subnacionais (assembleias legislativas e câmaras municipais) e cargos no executivo com menos prestígio e menor disponibilidade de recursos, ou seja, prefeituras ou postos não eletivos nas unidades subnacionais de porte médio ou pequeno e com pouca visibilidade regional ou nacional. Já para os membros de legislativos em unidades subnacionais (deputados estaduais e vereadores) e de executivos municipais, excetuando os de capitais (prefeitos e

vices, cargos não eletivos, como secretários), tornar-se deputado federal (e todos os demais cargos superiores a este) implicam ascensão.

A questão não é consensual, pois Maluf (2006, p.25, nota 16) discorda que vice-governador seja encarado sem ressalvas como ascensão na carreira de um deputado federal. Em realidade, sem considerar as circunstâncias de cada cargo e de cada escolha, especialmente em relação ao cenário em que ela dá, e o resultado dessa escolha, torna-se difícil determinar aprioristicamente o que é mais “valioso”. Citam-se dois casos recentes de vices, ambos com carreira política anterior, que, por circunstâncias distintas, tornaram-se titulares e, nessa nova condição, reelegeram-se ao cargo que, em condições normais, provavelmente teriam muitas dificuldades para alcançar: Geraldo Alckmin governador de São Paulo e Gilberto Kassab prefeito de São Paulo. Pode-se discutir que, quando deixaram de ser deputado federal para ser vice eles regrediram ou cresceram na carreira, mas é inegável que, ao final, a escolha se mostrou a base para a ascensão e, assim, foi vantajosa.

1.4 Características da carreira parlamentar

No caso específico do parlamento, a discussão gira em torno do status ocupado pela instituição no sistema político, a capacidade que ela tem de reter seus componentes, especialmente os mais experientes e capacitados, de oferecer a eles retorno político, especialmente pelo papel que desempenha, e, assim, mostrar-se institucionalizada. Como declara Santos (2000, p.106), “a capacidade de reter os políticos na casa relaciona-se positivamente com as oportunidades de intervir no processo decisório, vale dizer, quanto maior o poder de agenda do Legislativo, maior a capacidade de retenção”.

Em resposta a essa problemática, Marengo dos Santos (2000), Santos (2000, 2002) e Samuels (2003) apontam que o parlamento brasileiro tem baixa capacidade de retenção, pois prevalece a ambição executiva, afinal, chefiar o executivo (nacional, estadual ou municipal) proporciona melhores oportunidades de intervir no processo decisório.

Samuels (2003) é o principal proponente dessa interpretação: o legislativo é só um apêndice na estrutura de oportunidades de carreira, um desvio da rota vis-à-vis à meta central de construção de carreiras, que são os cargos executivos. Logo,

os mais capazes se retiram em busca de outros cargos. A reeleição é ambicionada somente pelos deputados mais fracos, vulneráveis eleitoralmente e menos competentes. Esses dois fenômenos conjugados explicariam o alto índice de insucesso nas tentativas de reeleição e a consequente alta rotatividade dos membros da Câmara.

Leoni, Pereira e Rennó (2003), por outro lado, mostram que há um conjunto de deputados que decide permanecer e que têm sucesso nessa tentativa, logo

não é a 'natureza' da ambição política que determina a predominância da ambição estática no caso dos Estados Unidos, mas a avaliação dos riscos e custos decorrentes da decisão tal como percebidos por legisladores presumidamente racionais. Portanto, é provável que os mais qualificados busquem cargos mais altos, mas isso não significa que somente os menos qualificados sejam forçados a buscar a reeleição. O risco de concorrer a um posto mais difícil de conquistar é um constrangimento no rol de escolhas de carreira com que se defrontam os deputados, inclusive os mais competentes (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003, p.49-50).

Ainda segundo os autores, os candidatos fortes, que ocupam posições de poder na Câmara, como os líderes de comissões especiais e os presidentes de comissões permanentes, acabam consequentemente tendo distintas escolhas sobre as suas carreiras. Se, por um lado, a visibilidade nas comissões especiais ajuda o deputado a alçar voos mais altos, presidir uma comissão permanente pode aumentar o poder intra-Câmara, fazendo com que este ator busque a manutenção de seu poder mediante a reeleição.

Pegurier (2009) também discorda da assertiva de Samuels, seja no que se refere à reduzida quantidade de parlamentares que decidem permanecer na Câmara, seja no que tange à dificuldade de reeleição dos que pretendem continuar. Debruçando-se sobre os dados apresentados pelo próprio autor (1946-1988), acrescido de informações sobre as duas eleições posteriores (2002 e 2006), ele observa:

sempre que as regras constitucionais que regulam a estrutura de oportunidades políticas no Brasil foram mantidas por um período suficientemente longo, a porcentagem de deputados que se candidatam a um mandato consecutivo subiu para um nível da ordem de 80%. Uma porcentagem tão elevada de deputados desejosos de se reelegerem forçosamente nega a hipótese de Samuels, de que os políticos brasileiros desprezam o mandato de deputado federal, em comparação com cargos executivos a nível estadual e municipal. Ao contrário, os dados disponíveis revelam que a posição de deputado federal é atraente, para a grande maioria dos políticos que a alcançaram, e tão importante em sua carreira que desejam mantê-la. Outra inferência também permitida por esses dados é que, à medida que as regras constitucionais e as regras internas do Congresso se mantêm por um tempo razoável, os deputados federais aprendem a usá-las em seu benefício, inclusive para aumentar a sua 'vantagem de incumbência'. Isto resulta em um aumento da sua probabilidade de sucesso na obtenção de um mandato consecutivo, de cerca de 50% para cerca de 70% (PEGURIER, 2009, p.85-86).

Para além de identificar qual interpretação é a mais procedente – e a dos autores brasileiros é a que parece prevalecer, a partir dos dados por eles apresentados –, todos falam de fenômenos inter-relacionados. Ou seja, a rotatividade de membros no parlamento implica a chegada de quem não estava na legislatura anterior. Então, também é procedente perguntar sobre quem ingressa na Câmara, frente à saída de outros. Duas são as possibilidades, não necessariamente excludentes: atores com pouca experiência política prévia (*freshmen*) e o retorno daqueles que anteriormente haviam se retirado para disputas estaduais ou municipais.

Nessa questão, são muito valiosos os dados empíricos da pesquisa de Marengo dos Santos (2000) referente aos deputados federais eleitos de 1946 a 1998. O autor identificou a intensa renovação parlamentar, cuja taxas

constituem um fenômeno endêmico da política brasileira. Oscilando por mais de quatro décadas em torno à 50% das cadeiras, o *turnover* legislativo não pode ser explicado por variações conjunturais – crises, conflitos, alternâncias eleitorais (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.64).

Uma das faces dessa moeda indica a presença expressiva de parlamentares em primeiro mandato. O recrutamento de candidatos sem ou com breve experiência política apresenta uma tendência ascendente a partir de 1974, que se estende até 1994, revelando uma disputa por vagas parlamentares franqueada em condições favoráveis a aspirantes que chegam à Câmara dos Deputados após escasso treinamento em cargos políticos (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.97). Igualmente, pondera que

mais do que experiência breve, um expressivo contingente de novos parlamentares (que atinge 30,9% em 1994) sequer possuiu alguma carreira anterior. [...] Coincidindo com os picos de renovação parlamentar, o ingresso, nesta escala, de *freshmen*, sugere que o *turnover* não consiste na mera substituição ou revezamento entre quadros políticos já experimentados, mas na franquia de cadeiras legislativa a indivíduos estranhos ao mundo político (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.97).

Se os que têm experiência restrita na carreira são os calouros (*freshmen*), esses sem qualquer experiência poderia ser chamados de “supercalouros”, conforme a denominação do DIAP/Congresso (2007)²¹.

A outra face da moeda, como não poderia deixar de ser, é a baixa continuidade na carreira parlamentar para a maioria dos deputados federais eleitos nesses pouco mais de 50 anos. É nessa linha que Figueiredo e Limongi (1996, p.26) indicam (ao menos até o período em que eles escreveram o texto) que “não se pode falar propriamente em uma carreira parlamentar [...] não há uma profissionalização dos políticos enquanto parlamentares”. Mas os autores também fazem um alerta que ajuda a compreender como se estabelece a dinâmica da carreira no país:

entretanto, também não cabe falar de ‘amadores’ ou ‘diletantes’. Os dados mostram que a carreira parlamentar é parte da carreira política, um ponto de passagem para postos mais atrativos no Executivo [...] [pois] sair do Parlamento para a ele retornar pode ser, por paradoxal que pareça, a melhor estratégia do ponto de vista eleitoral (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1996, p.26-28).

Assim, Santos (2000, p.105) fala ser verdade que os políticos de mais alta visibilidade deixam rapidamente a Câmara, porém, esses mesmos políticos sistematicamente retornam ao legislativo. Logo “se a ambição política sinaliza ao político brasileiro que o Congresso não é prioritário, nem por isto este deixa de ser fundamental”.

²¹ O mesmo não pode ser dito sobre os senadores. Nessa categoria, a possibilidade de ingresso de novatos é mais restrita: 10% tiveram no próprio senado o primeiro cargo político eletivo, segundo Costa (2010), que analisou a carreira política deles entre os anos de 1987 e 2007. Silva (2010) apresenta dados relativos aos senadores eleitos no período 1990-2006 que apontam para um cenário mais matizado: 25,9% ou não têm experiência ou a carreira atinge no máximo oito anos, enquanto 29,5% têm de nove a 16 anos; 20,2% têm entre 17 e 24 anos e 24,4% têm mais de 25 anos de experiência. Contudo, em 1990, quando principia o estudo, 35,5% tinha de zero a oito anos de carreira e 19% mais de 25 anos de experiência, o que indica uma categoria em “processo de formação”. Ao final do período, a quantidade dos que possuem carreira curta é a menor (atingindo 14,8% em 2006) e o dos mais experientes a maior (40,7%). Assim, Silva (2010, p.50) conclui que o quadro “aponta para um conjunto de senadores que longe de ser homogêneo, com traços indicativos de permeabilidade no que se refere aos seus filtros de acesso. Os movimentos num plano geral se direcionam para a solidificação de políticos com carreiras mais longas, visto a direção assumida pelas diferentes curvas de tempo”.

Tais ações produzem o que a Ciência Política brasileira convencionou chamar de “padrão ziguezague” (a ambição “dinâmica proposta” por Santana, 2008): o legislativo é uma rota de passagem procurada pelos políticos tendo em vista cargos mais importantes; eventualmente, os políticos deixam cargos no Executivo (o qual enfrenta uma clara limitação temporal de no máximo dois mandatos) e retornam ao legislativo como forma de se manter na carreira política. O importante nesse equilíbrio é que o político busca permanecer na vida política, sem que haja exclusividade no que concerne ao posto de investimento (SANTOS, 2000, p.107)²². Oliveira (2009, p.49) também observa que o padrão ziguezague é consequência dos baixos custos para o entra-e-sai do legislativo, o que torna não necessariamente associar tal padrão de comportamento da classe política como desvalorização da carreira parlamentar, como o faz boa parte da literatura, em especial Samuels²³. Na síntese apresentada por Pegurier (2009, p.58):

os políticos profissionais se movem sucessivamente entre mandatos legislativos e executivos, nos três níveis – federal, estadual e municipal – mudando de direção ao longo de suas carreiras, conforme as possibilidades que se abrem à sua frente. É comum um político começar com um cargo executivo a nível municipal, para depois passar a um mandato legislativo nesse mesmo nível, evoluindo posteriormente para o nível estadual e federal. É frequente o uso de mandatos de deputado estadual e federal como trampolim para cargos executivos, a nível local ou estadual.

Em certa medida, Marengo dos Santos já havia acenado para essa perspectiva. Analista atento, ele observou que os dados relativos a 1998, o último pleito de recorte temporal de sua tese de doutoramento,

não deixam de ser enigmáticos. Aparentemente, eles sugerem uma reversão do padrão constituído nas quatro décadas anteriores. Queda na renovação, aumento de parlamentares em segundo ou terceiro mandatos, reforço no grupo daqueles que ingressaram mais cedo na política, diminuição na proporção dos *freshmen*, ao lado de incremento no número de deputados com carreiras médias e longas (MARENGO DOS SANTOS, 2000, p.104).

²² O primeiro autor a falar em trajetória ziguezague foi Fleischer (1976, p.58), ao indicar que “muito longe de ser um retorno à política local, esta nova sequência de carreira reflete os baixos níveis de prestígio político e de envolvimento na política nacional do Congresso”.

²³ Em outra passagem do seu texto, a autora afirma a perspectiva alternativa e que incorpora trânsito entre o parlamento e cargos fora do parlamento, sem que isso implique desvalorização da Câmara dos Deputados: “os indicadores apresentados nesse estudo [...] permitem sugerir que a intensificação do fenômeno da descontinuidade da carreira parlamentar no Brasil pós-1988 deva ser entendida como um recurso adotado por políticos profissionais interessados em reforçar o controle sobre a carreira eleitoral” (OLIVEIRA, 2009, p.123).

No entanto, não haveria como, naquele momento, confirmar a contundência e a permanência daquela reversão. Estudos posteriores constataram a mudança de tal padrão e a construção de outra imagem da composição da Câmara dos Deputados, a qual indica a maior institucionalização do parlamento e profissionalização da elite política brasileira. Esses estudos são os de Oliveira (2009) e de Pegurier (2009), que abrangem o período 1946-2007 e, portanto, puderam avançar uma legislatura em relação à pesquisa do professor da UFRGS.

De um lado, Oliveira coloca em outro prisma a presença cada vez mais intensa de novatos:

desde a redemocratização, pode-se considerar uma exceção o fato de um novato chegar ao Parlamento brasileiro sem nunca ter ocupado cargos de confiança no primeiro escalão da hierarquia política – federal, estadual ou municipal – ou nunca ter vencido uma eleição para cargos legislativos, executivos ou para a presidência de partidos políticos ou sindicatos. Em suma, os estreantes à Câmara Federal não podem ser considerados novatos na carreira política. Mais ainda, o candidato a deputado federal tem sido levado a investir cada vez mais recursos na sua profissionalização, assumindo posições políticas que funcionam como um *cursus honorum* para as suas aspirações de carreira (OLIVEIRA, 2009, p.62).

Pegurier (2009) anota, de modo convergente, que a experiência política prévia dos deputados em primeiro mandato, que apresentou média de 52% nos períodos de 1946-1966 e de 1970-1978, subiu para 68% no atual período democrático, com tendência crescente, pois era de 53% em 1986 e atingiu 73% em 2006. Logo, afirma que “90% da Câmara, hoje em dia, compõem-se de políticos que podem ser classificados como profissionais. Mostra também que, no segundo período democrático, de 1988 a 2006, houve uma intensificação da profissionalização da Câmara” (PEGURIER, 2009, p.105).

De outro lado, Oliveira identifica maior retenção de quadros, especialmente nas três últimas legislaturas consideradas (1995-2007), associada ao fenômeno do zigzague, ou seja, constatou empiricamente que a saída de membros do parlamento também significou o retorno daqueles que, sendo políticos de carreira, haviam deixado o parlamento para ocupar postos executivos em âmbito federal, estadual ou municipal, sejam eletivos, sejam de nomeação política. Assim, como ela explica:

a carreira passou a ser mais longa [...]. Mais deputados encerram a sua carreira na idade própria de aposentadoria – e não antes. Por outro lado, a retenção de deputados experientes trouxe consigo o aumento da instabilidade na Câmara dos Deputados: mais representantes passaram a servir mandatos não-consecutivos e um percentual ainda maior passou a preferir um outro cargo no poder executivo ao mandato parlamentar (Ministérios, Secretarias de Estados das capitais). Portanto, os diversos indicadores autorizam um segundo diagnóstico: o fechamento da circulação parlamentar e a profissionalização da Câmara Federal têm andado de mãos dadas, de forma ainda mais notória durante o segundo ciclo democrático. É verdade que existe uma fonte de instabilidade no processo de restrição da circulação parlamentar, mas, uma vez que a desestabilização seja causada pela descontinuidade no mandato e não pela redução do tempo de permanência na carreira (já que tanto a reeleição de deputados experientes quanto a taxa de oportunidade nunca foram tão altas), podemos pensar que exista uma correlação entre permanência na Câmara e frequência de interrupção do mandato (OLIVEIRA, 2009, p.77, grifos no original)²⁴.

Em outra perspectiva analítica, não necessariamente divergente da apresentada acima, mas paralela a ela e que, portanto, evidencia outros elementos, Marengo dos Santos (2000) dá ênfase às condições de ingresso e de mobilidade na carreira, para caracterizar em “carne e osso” os deputados federais brasileiros de 1946 a 1998 – embora essas variáveis possam ser estendidas a outros cargos eletivos. Três são os indicadores utilizados pelo autor: a) a faixa etária em que há o ingresso na política; b) o cargo em que esse ingresso se dá; c) tempo que o político leva para chegar à Câmara dos Deputados. Os pressupostos analíticos são os seguintes:

o momento em que o futuro deputado debuta na carreira, oferece uma pista que ajuda a identificar os laços subjetivos e materiais que o ligam à política. Um início precoce – e sua continuidade posterior – sugere uma afinidade eletiva, a disposição vocacional para entregar-se à atividade política, fazendo dela seu projeto de vida. Revela, ainda, a possível influência de um ambiente familiar e social estimulante a uma opção pela política. Um interesse tardio pode ser interpretado como a inclinação contingente, em que a busca do cargo constitui uma incursão eventual sobre o campo político, em face à uma oportunidade irrecusável, para a realização de um fim derivado de sua posição privada, ou como corolário de uma vida profissional bem sucedida (MARENGO DOS SANTOS, 2000, p.86-87).

²⁴ No Senado, Silva (2010) observou que, no período 1990-2002, a ambição dos senadores em final de mandato aponta para um equilíbrio: 36,4% não concorreram; 29,1% progressiva, ou seja, buscaram cargo mais elevado (governador ou presidente); 32,1% estática (reeleição) e apenas 2,4% regressiva (um cargo de menor status, como deputado federal ou estadual). Para o autor, o índice dos que querem ficar mostra a importância da casa, assim como, em certa medida, o dos que almejam “subir”. A posição do senado na hierarquia de carreiras aponta a razão pela qual poucos se dispõem a “descer”. Da mesma forma, seria o motivo (juntamente com a faixa etária elevada da categoria) para que um contingente expressivo não concorresse, isto é, procurasse a aposentadoria ou, percebendo a impossibilidade de continuar na Casa, preferisse uma retirada estratégica (a não ser indicado pelo partido ou sofrer uma derrota eleitoral).

Enfim, como complementa, “carreira precoce e treinamento específico constituem uma das faces de um tipo-ideal do homem político profissional”²⁵.

Quanto ao segundo “existem diferenças significativas no tempo necessário para fazer o percurso, entre deputados que ingressam na carreira através da política local, especialmente ocupando uma cadeira no legislativo municipal, e aqueles que tiveram como porta de entrada, cargos na administração estadual ou federal” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.93). A explicação é que:

[1] indivíduos que entram na política através do legislativo municipal possuem, provavelmente, recursos (como o alcance de sua notoriedade pessoal, contingente eleitoral potencial, suporte material) mais escassos, correspondentes à escala da competição local e, talvez, insuficientes para uma empreitada mais ousada. Dispondo de um capital inicial mais reduzido, as possibilidades de mobilidade na carreira são, senão mais reduzidas, ao menos mais dependentes quanto ao talento para conquistar novos apoios e obter a boa vontade das lideranças partidárias. Da mesma forma, [2] o tempo gasto na ampliação do capital eleitoral representa uma oportunidade para o treinamento político, favorecendo a assimilação das regras implícitas neste campo, como a deferência às lideranças, habilidade para trocas e compromissos e a incorporação de linguagem e valores do mundo político. (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.93-94).

No que tange ao terceiro indicador – o tempo decorrido entre o primeiro cargo e a obtenção de uma cadeira na Câmara dos Deputados – ele fornece uma medida da estabilidade existente no interior da classe política (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.95). Segundo o autor, existem dois tipos notáveis de carreira: as longas, que são identificadas naqueles políticos mais experientes e com muitos cargos no currículo; e as breves, que são percebidas nos mais novatos, com menor acúmulo de cargos.

A existência de carreiras longas sugere a ocorrência de uma circulação mais restrita, com uma lenta progressão na hierarquia de cargos públicos e escassas probabilidades de desafio eleitoral aos ocupantes de postos políticos. Neste contexto é que se pode pensar a constituição de um grupo de *homens políticos*, nos termos identificados por Dogan: dotados de vocação precoce para a atividade política,

²⁵ O autor ainda relaciona a idade de ingresso às profissões, e verifica que advogados, funcionários públicos e trabalhadores rurais ingressam mais cedo no “mundo da política” – embora esses dados variem ao longo do tempo de análise –, enquanto empresários ingressam mais tardiamente. Os precoces também se iniciam principalmente em cargos “mais baixos” na hierarquia: vereador, prefeito, deputado estadual. Entre os retardatários, ao contrário, há uma maior incidência daqueles que “estreiam” diretamente na Câmara dos Deputados, “constitui, assim, um grupo de deputados sem os atributos conferidos por uma prática profissional vizinha à política, desprovidos do treinamento oferecido pela passagem por diversos cargos e jornadas eleitorais e indiferentes até mais tarde a uma carreira política” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.92).

longas trajetórias e experiência pública, recursos eleitorais *endógenos*, quer dizer, gerados pelas próprias organizações políticas, e acentuada especialização (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.86). As carreiras longas se vinculam ao já referenciado recrutamento endógeno, no qual vínculos com os partidos e o capital coletivo predominam. Para isto, o aspirante tem de adaptar-se às regras e às diretrizes da organização partidária. Assim, a indicação para uma candidatura segue um padrão centrípeto, reconhecendo as lealdades após anos de dedicação ao partido. A progressão na hierarquia da carreira torna-se assim lenta e o tempo alto até a chegada a cargos elevados²⁶.

Por outro lado, ao se constatar a presença de indivíduos sem experiência prévia dentro dos parlamentos, isto significa que se está diante de um sintoma que “sugere uma precária estabilidade, frágeis hierarquias internas e uma situação de acentuada incerteza que ronda os portadores de um mandato parlamentar” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.86). É o chamado recrutamento lateral, aquele que tende a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras organizacionais. Detendo recursos próprios – o capital pessoal –, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Na mesma linha, Costa (2010, p.68) aponta:

quanto maior o tempo e a diversificação das carreiras políticas, mais próximos estamos de um campo político rígido, constituído com regras próprias de seleção de seus quadros. Por outro lado, carreiras políticas incipientes, curtas ou descontínuas são indícios de uma maior abertura das instituições políticas aos indivíduos desprovidos das características típicas exigidas para o exercício da atividade política profissional.

Saindo do contexto brasileiro, a percepção de carreiras parlamentares é um pouco distinta, como mostra estudo de Santana (2008), que compara a carreira no Brasil com a de Argentina, Chile e Uruguai. Para a autora, a combinação institucional da Argentina aponta para um padrão mais fechado de carreira. Lá, o

²⁶ Nas palavras do autor: carreiras longas revelam “uma estrutura de oportunidades que favorece a continuidade na representação parlamentar. Com uma circulação reduzida entre ocupantes de cargos públicos, a progressão na hierarquia da carreira torna-se lenta [...] O postulante deve aguardar, prudentemente, que surja a disponibilidade de uma vaga. Neste momento, a habilidade testada previamente para tecer relações, a lealdade e deferência provadas ao longo de muitos anos serão valiosas para ungir um indivíduo à condição de herdeiro de um patrimônio eleitoral. Este contexto constitui, ainda, a escola política, onde o aspirante é *curtido*, adquirindo as regras e valores deste mundo político. Experiência política representa, nesta situação, um recurso eleitoral relevante, condição capaz de oferecer oportunidade para a mobilidade na carreira.” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.95).

líder partidário concentra amplos poderes sobre a escolha de carreiras dos candidatos, podendo este líder influenciar diretamente no destino do parlamentar. Mesmo que o político queira se reeleger, é necessário o aval do partido. Nesse caso, o modelo de sistema político, que agrega federalismo e representação proporcional de lista fechada em províncias, faz com que os parlamentares tenham menor poder de decisão sobre o próprio futuro, pois este é transferido parcialmente para os líderes das províncias. São esses que decidem se os deputados irão compor a lista para o legislativo nacional ou para outros cargos e a posição que ocuparão na própria lista.

Já no Brasil, com a combinação de sistema federalista com lista aberta, os políticos ampliam seu grau de liberdade nas escolhas de carreira, uma vez que é constatado elevado número de cargos eletivos disponíveis, e não existe o mesmo controle das lideranças sobre as listas conforme o sistema argentino. Tais diferenças constituem padrões de carreiras políticas mais dinâmicas no Brasil, com alternância entre cargos no Legislativo e no Executivo, e em diferentes níveis²⁷. Contudo, países como Uruguai e Chile apresentam uma estrutura de oportunidade em termos de carreira bastante restrita:

em termos comparativos, percebe-se que a variável estrutura político-administrativa afeta as escolhas dos deputados. Os países federalistas favorecem uma carreira política mais diversificada em termos de cargos eletivos ocupados do que países unitários. As estruturas de oportunidades são maiores do que nos países unitários. Ademais, o Uruguai apresenta a estrutura menos diversificada (SANTANA, 2008, p.143).

Outros estudos comparativos de carreiras parlamentares latino-americanas foram realizados por Marengo e Serna (2007) e por Costa (2010), sendo o primeiro referente aos deputados e o segundo, aos senadores. Ambos os trabalhos relacionam a trajetória desses políticos com os partidos (ou melhor, blocos ideológicos dos partidos). O pressuposto é que “uma vez que as sequências de

²⁷ Lodola (2009), ao estudar comparativamente os deputados subnacionais de Brasil e da Argentina, chega às mesmas conclusões: os sistemas eleitorais de cada país dão incentivos distintos nas carreiras. Por um lado, no caso argentino, o sistema eleitoral de representação de lista fechada combinado com regras internas cuja seleção de candidatos fica a cargo dos líderes provinciais, tem como objetivo premiar lealdades e incentivar a participação dos militantes na organização, o que vai acarretar em carreiras políticas descontínuas e estáticas. Em contraponto, no Brasil, devido ao sistema proporcional de lista aberta e sem normas de seleção de candidatos, há incentivos para um maior individualismo eleitoral, bem como fragilização do poder das organizações partidárias sobre as carreiras políticas destes membros. Deste modo o país tem uma tendência a apresentar carreiras contínuas e dinâmicas.

carreira estão associadas às oportunidades oferecidas dentro de cada organização partidária, conforme sua estrutura hierárquica, centralização e controle sobre a seleção de candidaturas” (MARENCO; SERNA, 2007, p.101).

Por um lado, Marengo e Serna (2007) constataram que as carreiras mais longevas e sólidas de deputados são mais nítidas em partidos de esquerda do Brasil, do Chile e do Uruguai; por outro, Costa (2010), ao tomar os senadores para análise, encontrou resultados semelhantes, só que em partidos mais conservadores. Ou seja, conforme o estudo desse autor, parlamentares de esquerda não tiveram de dedicar longos anos ou exercer vários mandatos eletivos para conquistar uma cadeira no senado, tendo os esquerdistas apresentado padrões de carreiras mais rápidas e descontínuas.

1.5 E os governadores?

Como foi visto até o momento, a literatura que trata sobre as elites políticas – mais especificamente sobre o recrutamento e a composição delas, a profissionalização e a carreira política – traz contribuições e elementos referentes ou aplicáveis a essa elite em sentido amplo. Porém, inegavelmente, há uma concentração de estudos sobre os parlamentos, em especial os deputados. No caso das pesquisas sobre o Brasil, isso não é diferente.

Estudos no âmbito nacional têm como foco principalmente o cargo de deputado federal, como foi resenhado na seção anterior (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1996; MARENCO DOS SANTOS, 2000; LEONI; PEREIRA; RENNÓ; 2003; BOURDOUKAN, 2006; SANTOS, 2000, 2002, 2010; SAMUEL, 2003; MIGUEL, 2003; OLIVEIRA, 2009; PEGURIER, 2009; BOLOGNESI; TRIBESS, 2009; VEIGA; PERISSINOTTO, 2009). Alguns comparam esses deputados com os de outros países da América Latina, como: Chile, Uruguai, Argentina ou México (MARENCO DOS SANTOS, 2003; MARENCO; SERNA, 2007; SANTANA, 2008). Em medida muito menor são encontrados estudos que se dedicam a analisar padrões de carreira dos senadores (LLANOS; SÁNCHEZ, 2008; LEMOS; RANINCHESKI, 2008; ARAÚJO, 2009; COSTA, 2010; SILVA 2010). Paulatinamente, surgem estudos voltados aos deputados estaduais (ARRAES FILHO, 2000; PERISSINOTTO et al., 2007; LODOLA, 2009; PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009; RESENDE, 2010;

MOTA, 2011; ANASTASIA; CORREA; NUNES, 2012) e aos vereadores (KERBAUY, 2005; MALUF, 2006; MARQUES, 2007; NOLL; LEAL, 2008; LEAL, 2010; ALTMANN, 2010).

O que se pode dizer acerca dos governadores como cargo político e um dos estágios da carreira e da profissionalização política, objeto específico desta dissertação? Em realidade, pouco, pois raros são os estudos que trazem referências mais substanciais ou analíticas sobre este ator político em particular, de modo que Abrucio (1998), autor de um estudo clássico sobre os governadores, afirmou ter vasculhado o material bibliográfico e encontrado apenas um trabalho focado exclusivamente nessa personagem: um breve artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, publicado em 1971.

O próprio trabalho de Abrucio, assim como outros que ele publicou (1994, 1998a), um deles em parceria com Samuels (1997), não tratam especificamente sobre a carreira política dos governadores. O mesmo se pode dizer de outros trabalhos realizados nos 15 anos que separam hoje da publicação do livro de Abrucio, como o de Cardarello (2009), que está centrado na tentativa de reeleição dos governadores do Brasil e da Argentina e dos intendentos uruguaios; e o de Barone (2009), que se volta para a responsabilização política dos governadores. Assim, ao trabalho de Santos (1971) podem ser acrescidas pesquisas que trazem informações sobre o cargo de governador, embora não se dediquem exclusivamente a ele, como as de: Nunes (1978), Miguel (2003) e Lodola (2009).

Grande parte dos trabalhos na literatura referente aos governadores de estado brasileiros trata de outras questões também relevantes, como: o papel e a força política destes atores nos períodos democráticos e do regime militar (ABRUCIO, 1994, 1998; ABRUCIO; SAMUELS, 1997); as relações entre eles e as assembleias legislativas (ANDRADE, 1998; SANTOS, 2001; GROHMANN, 2006; TOMIO, 2006; BRAGA, 2008; CARREIRÃO; PERONDI, 2009; CASTRO; ANASTASIA; NUNES, 2009; TOMIO; RICCI, 2012; SILVA, 2012) ou com o Executivo Federal, nesse caso notadamente em torno do teor e do funcionamento do federalismo brasileiro (SOUZA, 2002; GABIATI, 2006; YOSHIDA, 2006; BARRIENTOS, 2009; CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009). Alguns desses estudos serão resenhados no próximo capítulo.

Como não há muitos estudos sobre o governador como cargo político, é importante destacar que a mesma cautela recomendada ao transpor para o caso brasileiro tipologias e métodos de pesquisa sobre carreiras no exterior – e que está presente em muitos dos estudos referenciados até aqui –, deve prevalecer quando se trata da passagem de um cargo para outro. Afinal, cada posto político possui a sua especificidade (uma dinâmica própria na disputa eleitoral, decorrente da magnitude, da posição ocupada na hierarquia dos cargos políticos e, ainda, das exigências legais para o ingresso dos políticos, entre outras), a qual deve ser ponderada no momento da análise, e se isso não ocorrer, o risco é de a pesquisa não captar essa especificidade.

Uma das contribuições é a de Miguel (2003), decorrente do esboço de uma estrutura da carreira política no Brasil. Ao justificar as escolhas feitas, o autor acabou por se esforçar em distinguir ao mesmo genericamente os cargos e, assim, destacar as peculiaridades deles. São poucos os comentários referentes apenas ao cargo de governador, normalmente ele está incluso na categoria dos “cargos executivos”, “únicos” ou que estão “no alto” da hierarquia²⁸, mas, ainda assim, o autor traz elementos importantes para captar a especificidade desse cargo.

A primeira é que “o Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é ‘único’. Chefiar um Poder Executivo, em especial, significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também com grande publicidade potencial” (MIGUEL, 2003, p.118). No caso do governador, pode-se agregar a abrangência do exercício do poder, a quantidade de recursos a serem administrados e de cargos a serem distribuídos para incluí-lo em um dos postos mais altos da hierarquia²⁹. Na descrição de Power e Mochel (2008, p.2), os governadores ganham destaque na estrutura política brasileiros, pois

at the subnational level, executive power accrues to the 27 state governors (until 1930, revealingly called ‘presidents’) who are the chief executives of what are essentially hyperpresidential mini-political systems. The governors are surrounded by their own ‘ministers’, known as secretários estaduais, many of whom are technocrats who will eventually use their state-level executive portfolios to launch political careers³⁰.

²⁸ Sobre a especificidade dos senadores, por exemplo, ver: Llanos e Sánchez (2008) e Silva (2010).

²⁹ Na classificação de Miguel (2003), o governador está abaixo apenas da Presidência da República e ao lado dos ministros de estado.

³⁰ “No nível subnacional, o poder executivo recai sobre os 27 governadores (até 1930 chamados, de modo revelador, de ‘presidentes’) que são os atores chave do que são essencialmente sistemas políticos hiperpresidencialistas em escala mini. Os governadores são cercados de seus próprios

Igualmente, as disputas para cargos majoritários são competições em que o vencedor leva tudo. Logo, ao contrário das cadeiras proporcionais, elas não permitem um amplo número de atores na disputa, bem como não há a possibilidade de transferência de votos. Somado a isto, a legislação estipula em todas as eleições para governador (e, no caso de prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores) que o candidato deve obter a maioria dos votos válidos para vencer a disputa.

Enfim, quanto maior o cargo almejado, maiores são os custos e as exigências para o ingresso (em votos, recursos econômicos, reconhecimento inter e extrapartidário). Por ser considerado um cargo relativamente básico e com maior número de vagas ofertadas, o de vereador é obviamente mais acessível e mais propício à entrada de novos atores do que o de governador. Neste sentido, além da consideração a respeito das funções ou da posição hierárquica do cargo em vista, também é necessário estar atento a essas regras que condicionam a obtenção da cadeira.

Como reflexo dessa situação, ao falar sobre aqueles que alcançam posto políticos sem possuir uma experiência prévia e ao analisar os dados referentes às eleições de 1986 a 1998, Miguel reconhece que isto não é um impedimento para quem ambiciona uma cadeira na Câmara dos Deputados³¹. Porém, o mesmo não pode ser dito para aqueles que ambicionam cargos mais altos (senador³² e governador). Segundo o autor, isso indica que o campo político brasileiro alcança certo grau de sucesso no fechamento sobre si mesmo, ou seja, que o cenário político nacional impõe determinadas exigências a quem almeja cargos eletivos de maior destaque. Por isso, se em eleições proporcionais o número amplo de vagas ofertadas permite que diferentes tipos de candidatos logrem êxito, nas eleições majoritárias os filtros do campo político agem com mais intensidade.

‘ministros’, conhecidos como secretários estaduais, muitos dos quais são tecnocratas que eventualmente irão utilizar essa experiência no executivo estadual para lançar a carreira política” [tradução própria].

³¹ Obviamente, o autor fala de restrições políticas, pois, formalmente, esse impedimento não existe para nenhum cargo eletivo. Sem contar as restrições referentes a situações particulares, as únicas existentes dizem respeito a possuir direitos políticos, ser eleitor, filiado a um partido político em determinado prazo e, a depender do cargo, determinada faixa etária.

³² Dados referentes aos senadores, ver: Lemos e Ranincheski (2008), Llanos e Sánchez (2008), Costa (2010).

Por possibilitar a entrada de apenas um indivíduo, cargos executivos tornam a disputa mais acirrada, com maiores custos e exigências, indicando que tal assento pode ser menos acessível àqueles mais inexperientes. De modo convergente, Power e Mochel (2008, p.14) afirmam que “like presidential candidates, gubernatorial aspirants normally have to construct multiparty coalitions. Candidates should also possess the statewide name recognition usually afforded by longer political careers”³³. Na mesma medida, Maluf (2006, p.16) comenta que aqueles que pretendem uma vaga nos executivos (ele faz referência a prefeito e a governador) têm uma empreitada mais difícil para conseguir concorrer porque: a) o que é mais escasso na vida econômica e política tende a ser mais valorizado e, “nesse caso, à escassez agregam-se as atribuições constitucionais do cargo”; b) a exigência para a indicação é maior, seja no que se refere aos interesses entre os vários agentes, como também aos compromissos, recursos materiais a serem obtidos para a campanha e, igualmente, ao nível de popularidade exigido.

Assim, estima-se que aqueles que se tornam governadores trazem consigo uma carreira política prévia longa, com a passagem por vários cargos e diversas eleições vencidas. A principal exigência é a de um tempo de treinamento e de socialização política em funções inferiores³⁴. É também curioso notar que é relativamente pequena a quantidade de senadores e de governadores que exerceram cargos como de vereador ou de secretário de município (MIGUEL, 2003). No geral, estes atores já começaram suas carreiras em postos mais elevados, o que não é uma tendência recente, e sim histórica.

Nunes (1978, p.53-55) constatou que, desde 1947 até 1974, o cargo de governador vem sendo preenchido essencialmente por políticos com passagem pelos legislativos estadual e federal. Entre 1947 e 1962, 70% deles tinham tal trajetória, e apenas 1% chegou ao posto através de carreira técnica e sem registro de experiência legislativa prévia. No período de 1970 a 1974, em plena vigência da ditadura militar, a situação sofreu alguma alteração e 40% dos governadores chegaram ao posto através de carreiras técnico-burocráticas, embora 68% continuassem a ter passagem pelo legislativo.

³³ “Como os candidatos presidenciais, os aspirantes a governador normalmente têm de construir coalizões multipartidárias. Os candidatos também devem possuir reconhecimento em todo o estado geralmente oferecido por longas carreiras políticas” [tradução própria].

³⁴ Este cenário é praticamente o mesmo na Argentina, onde raramente se elegem governadores sem contar com algum tipo de experiência política prévia (LODOLA, 2009).

Dados referentes aos governadores eleitos de 1986-1998 indicaram um cenário muito semelhante:

dois terços dos governadores estaduais tiveram passagem pelo Congresso Nacional, na qualidade de deputados federais e/ou senadores. Mais de 70% deles possuíam experiência prévia na chefia de um Poder Executivo. E quase a metade – 49,6% – combinava as duas experiências, Congresso e Executivo. Apenas três candidatos sem passagem anterior pelos cargos públicos alcançaram um governo estadual. Em dois casos, isso ocorreu em unidades da federação que haviam conquistado autonomia política apenas após a Constituição de 1988 e, portanto, ofereciam pouca oportunidade de treinamento político (MIGUEL, 2003, p.127)³⁵.

Um estudo que traz referências específicas ao cargo de governador é o de Power e Mochel (2008), mas está centrado exclusivamente no processo de seleção de candidatos a este posto. Ele relaciona o tipo de candidato selecionado com duas características: o partido que disputa o pleito e o estado no qual a eleição ocorre. O modelo, bastante formalista, trabalha com dois tipos de partido (os de esquerda, mais disciplinados, e os *catch-all*) e dois tipos de estado (oligárquicos e pluralistas), o que gera quatro tipos de candidatos: *party insiders*, *insider proxies*, *oligarchy proxies*, and *free-wheeling independents*.

As conclusões indicam que os partidos de esquerda (o PT é o exemplo utilizado no texto) impõem uma série de condições aos pretendentes e procuram controlar o processo de nomeação, o que vai implicar candidatos largamente vinculados e identificados com a legenda. No caso dos *catch-all*, por conta de todas as características associadas a tal tipo de partido, bem como inspirados pelas afirmações de Mainwaring (2001), os autores indicam que são candidatos autônomos, sem vínculos intensos com o partido, e que, se eleitos, não terão muitas razões para reconhecer a autoridade da legenda.

No caso dos estados oligárquicos, as elites que controlam tal mercado são os verdadeiros selecionadores dos candidatos, ou seja, sem o aval do grupo dominante, muitas vezes com bases familiares e centrados em um “boss” (Antônio Carlos Magalhães na Bahia e José Sarney no Maranhão são citados como exemplos), ninguém consegue ser indicado candidato a governador. Assim, esses chefes costumam indicar parentes, aliados leais ou apadrinhados políticos como candidatos. E, quando a indicação não vem, o pretendente tem a possibilidade de

³⁵ Essas questões serão retomadas nos próximos capítulos, quando serão apresentados e discutidos os dados empíricos da pesquisa.

trocar de partido e de viabilizar a sua eleição por outra legenda já existente ou organizada especialmente para esse fim.

* * *

Este capítulo procurou apresentar um apanhado da literatura internacional e nacional que trata de profissionalização e/ou carreira política, ou seja, aborda o processo de seleção e composição das elites políticas, e analisa a trajetória dessas personagens. Como há poucos estudos voltados especificamente ao cargo de governador no Brasil, além de indicar tal carência, a resenha apresentada acompanhou a bibliografia e acabou por destacar mais os cargos parlamentares, notadamente os de deputado federal. Ressalve-se que, apesar de muitas das informações se referirem a aspectos específicos desse cargo, uma série de outros dados e análises são passíveis de serem aplicados também ao governador, o que torna essa revisão importante, ainda mais frente a carência de estudos específicos sobre o objeto dessa dissertação.

O próximo capítulo pretende minimizar, de alguma forma, tal carência. Desse modo, ele estará totalmente centrado nos governadores. Porém, não os abordará como um cargo existente na carreira política nacional, como seria o mais desejável frente a proposta desta pesquisa, e sim estará voltado à importante literatura que analisa o papel desempenhado pelos governadores no sistema político nacional.

Capítulo 2 A Discussão em torno do papel dos governadores no sistema político brasileiro

Apesar de existirem poucos estudos centrados no governador como cargo político, tal como visto no capítulo anterior, há um robusto debate na Ciência Política brasileira em torno do papel desempenhado pelos governadores no sistema político nacional, o qual ajuda a compreender com mais propriedade quem é o governador como ator político. Por conta disso, neste capítulo será apresentada uma resenha em torno dessa literatura.

Ele está estruturado em três seções. Em um primeiro momento, a resenha se centra no papel que historicamente o governador desempenhou. Na sequência, foca a discussão atualmente em desenvolvimento sobre o papel que ele desempenha no Brasil contemporâneo. Assim, na seção dois é apresentada a teoria do “ultrapresidencialismo estadual”, formulada principalmente por Abrucio. A seção seguinte descreve a teoria que se contrapõe a tal perspectiva, na qual se destacam autores como Figueiredo e Limongi. O argumento para se contrapor a Abrucio é que os governadores não exercem controle sobre as bancadas estaduais que atuam no Congresso e, portanto, têm limitado poder de influência na política nacional.

2.1 O Papel histórico (1899-1988)

Se for adotado um sentido histórico mais rígido, em termos de Brasil se pode falar em “governador”, tal como se entende hoje, a partir da proclamação da República. Abrucio (1998, p.33) explica que “face à fraqueza do Estado nacional em controlar todo o território nacional, a engenharia institucional do Império fez do

presidente da província o elo entre o governo central e as bases políticas locais”. No entanto, esta era uma autoridade nomeada diretamente pelo Imperador, e removida com igual celeridade, que representava, por consequência, a autoridade central junto a um território ou parte do Estado.

Na ordem institucional republicana é que surgiu a figura do “governador de estado”. Entre outras novidades, a principal é o caráter eletivo dessa autoridade, pois “a autonomia política requerida pelas províncias significava, portanto, o controle seguro do processo de eleição do presidente da província pela própria elite política da região. O que se traduzia institucionalmente na luta pela conquista da eletividade dos futuros governadores do estado” (ABRUCIO, 1998, p.34).

A figura do governador adquiriu tal importância desde o nascimento da República em 1889. Com o fim da monarquia, a federação transformara as províncias em estados, a Constituição de 1891 ampliou poderes fiscais e financeiros deles, tendo o período da República Velha (1889-1930) marcado o auge do poder oligárquico e da autonomia dos estados (CARDARELLO, 2009). Logo, com a Constituição de 1891 e a adoção do sistema federalista, os chefes estaduais ganharam papel relevante na definição das políticas nacionais. Os líderes estaduais passaram a ser os atores mais importantes no plano nacional e nos estados, tanto que o período 1889-1930 ficou historicamente conhecido como a “política dos estados” ou a “política dos governadores” (CHEIBUB, FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009; GABIATI, 2006).

Construído a partir do governo Campos Sales, esse era um acordo centrado nos governadores que estruturou a política nacional durante a chamada República Velha. Por esse meio, os governadores dos estados, especialmente os de São Paulo e de Minas Gerais, escolhiam o comandante do governo federal, o Presidente da República. Os governadores da Bahia e do Rio Grande do Sul também intervinham neste processo, caso não houvesse acordo entre os estados paulista e mineiro. Tal poderio no plano federal era garantido pelo controle e pelos acordos firmados pelos governadores com os líderes políticos locais, os coronéis. Assim, os governadores eram o centro de um amplo acordo político que vinculava os planos municipal, estadual e federal, a partir do qual um garantia sustentação política aos demais em troca de vantagens, de benefícios e, também, do reconhecimento tácito pelos demais da esfera de poder de cada um.

As causas dos fortes poderes destes atores durante a República Velha podem ser resumidas nos seguintes aspectos: a) a inexistência de partidos políticos nacionais, o que fortalecia os estados e os partidos estaduais; b) o controle sobre o poder local, pois os municípios não tinham grande autonomia financeira e política, e, deste modo, os governadores distribuíam recursos aos municípios e em troca cobravam apoio político; c) e, por fim, a detenção de dois fortes instrumentos de persuasão política, o primeiro deles a força policial, que estava sob os comandos do poder estadual, e não do poder central; o segundo, a distribuição de empregos públicos, pois, com falta de perspectivas de trabalho em muitas regiões do país, os governadores utilizavam este mecanismo para obter apoio político, formando redes de lealdade sustentada pela intermediação estatal (ABRUCIO, 1998).

Após a Revolução de 1930, o cenário se modificou, deixando o poder do Executivo Federal mais forte que aquele apresentado durante o primeiro período republicano. O governo nacional passou neste período a ser o centro político-institucional do país. A prioridade de Getúlio Vargas durante o Estado Novo foi fortalecer o poder central em relação ao período da Primeira República e, para que isso fosse possível, alguns mecanismos foram adotados. Dentre os mais importantes destacam-se: o fim do federalismo e do processo de eleição dos chefes executivos estaduais. Com o fim das eleições diretas para governador, esses começaram a ser nomeados pelo poder central, medida que tinha o intuito de manter o controle e o poder centralizado na esfera nacional. Neste sentido, o objetivo principal era enfraquecer os poderes dos estados e fortalecer o poder central (ABRUCIO, 1998).

Segundo Abrucio, o período 1945-1965 pode ser considerado o início da democracia competitiva no Brasil, pois foi aquele em que as eleições tornaram-se mais livres, bem como houve o aumento do número de eleitores. Os cargos executivos e legislativos subnacionais retornaram a ser eleitos popularmente, inclusive na esfera municipal. Para reforçar a importância dos governadores na Segunda República ou República Nova (1945-1964), o autor afirma que os deputados eram politicamente dependentes do chefe executivo subnacional. Em primeiro lugar, porque as eleições para a Câmara Federal eram concomitantes às eleições para o executivo estadual ao invés do executivo federal, o que acarretava a articulação dos candidatos à Câmara dos Deputados com os candidatos ao governador estadual para obtenção de apoio, a fim de alcançar o sucesso eleitoral. Em segundo lugar, os governadores tinham o papel de controlar as bases políticas

dos deputados federais, cooptando chefes políticos locais, mediante distribuição de cargos públicos, e dominando os deputados estaduais (ABRUCIO, 1998, p.53).

Com o início do período militar, novamente os governadores tiveram os seus poderes reduzidos. O intuito do regime ditatorial era centralizar o poder no plano federal a qualquer custo, isso correspondia a controlar e a inibir qualquer forma de oposição. Em um primeiro momento, os governadores dos principais estados chegaram a dar suporte e respaldo ao golpe militar. Entretanto, o objetivo do regime era manter a ordem no curto prazo, e, para isso, os militares necessitavam centralizar novamente o poder na esfera federal.

Este foi o meio que a cúpula governante acreditou ser o único que poderia sanar de forma imediata os graves problemas econômicos e de instabilidade política no país. Ou seja, a tarefa era a de concentrar ao máximo o poder financeiro e tributário nas mãos do Executivo Federal, para que o país conseguisse progredir economicamente. Essa centralização nas mãos do governo nacional desagradou aqueles que primeiramente foram favoráveis e apoiaram o golpe, como os governadores estaduais com pretensão de se tornar presidente (ABRUCIO; SAMUELS, 1997).

Algumas medidas foram tomadas para concentrar o poder nas mãos da União. Além de enfraquecer o poderio político e econômico dos executivos estaduais, houve a extinção dos partidos políticos e a instauração de eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República. Criaram-se apenas dois partidos: o governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Durante este período a nação deixou de ser chamada de Estados Unidos do Brasil e deu lugar à “República Federativa do Brasil” (ABRUCIO, 1998; BARRIENTOS, 2009).

Quatro meses após o AI-2 ter instaurado eleições indiretas para presidente e vice, foi a vez dos governadores serem escolhidos indiretamente mediante estipulação do AI-3. A medida foi tomada devido ao fato de os governadores terem se apresentado como forças de resistência ao governo militar. A derrota do governo nas eleições estaduais de 1965 em dois dos mais importantes estados da nação foi um dos casos propulsores da extinção das eleições diretas para os governos subnacionais, o que significava, ao mesmo tempo, bloquear o acesso às oposições e procurar garantir que estivessem no cargo os apoiadores do regime.

Entretanto, esta medida não se mostrou totalmente segura para os militares. Sabendo da importância das governadorias, os militares tinham de colocar no comando dos estados pessoas de sua confiança. Logo, agora eles buscavam políticos com o menor laço democrático possível do período anterior e preferencialmente buscavam “técnicos”, homens sem experiência política, capazes de tomar decisões calcadas em necessidades, e não em interesses, pois com homens de confiança à frente dos executivos estaduais seria mais fácil a obediência aos comandos do Executivo Federal (ABRUCIO, 1998).

Como destaca a mesma fonte, quanto mais o regime avançava no tempo mais difícil se tornava a compatibilização da ideologia centralizadora e antipolítica com os ditames da política local brasileira (ABRUCIO, 1998, p.64). Contudo, as eleições para os cargos legislativos continuavam sendo escolhidas por via de eleições diretas. No pleito ocorrido em 1974, o MDB conquistou importante vitória sobre o partido governista, tanto na bancada dos deputados, quanto na de senadores. Embora a ARENA ainda contasse com a maioria, o aumento expressivo de cargos conquistados pelo MDB deixou o governo em alerta. No pleito de 1976, as eleições municipais também foram mais favoráveis à oposição, que obteve o controle majoritário das maiores cidades do país (capitais excluídas) tanto na câmara municipal, quanto nas prefeituras.

Os militares estavam cientes do papel chave que o cargo de governador exercia na articulação ao poder central, o que tornava impossível que eles fossem eleitos antes de qualquer liberalização controlada do regime (ABRUCIO, 1998, p.73). Logo, com receio de um novo fracasso nas eleições estaduais e federais de 1978, a eleição indireta para governadores foi mantida, mas desta vez o Colégio Eleitoral incluiria além dos deputados estaduais, representantes dos municípios, com o objetivo de garantir a maioria para a ARENA. Além da manutenção da escolha dos governadores de modo indireto, um terço da composição do Senado Federal teria o mesmo destino, sendo escolhido pelo artifício das eleições indiretas e pelo mesmo Colégio Eleitoral que escolhera os líderes regionais.

Outra medida tomada para garantir as preferências do partido governista e impedir o avanço do MDB foi a alteração da regra do cálculo de representação dos estados, que passaria a ser contabilizado a partir do número da população, e não mais a partir do eleitorado. Isto fazia com que estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, mais dependentes do governo federal, votassem de acordo com os

interesses deste. Tais medidas visavam a evitar que o MDB conquistasse os principais governos estaduais, e a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, objetivo que foi alcançado. Como ressalta Abrucio, as medidas do Pacote de Abril (de 1978) foram fundamentais para frear os avanços do MDB, fazendo com que a ARENA saísse vitoriosa em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Mesmo com essas medidas, politicamente o regime militar chegou a um momento de inflexão após as eleições de 1978, pois o cenário futuro apontava para a vitória do MDB e a condição, inaceitável para o regime, de adquirir a maioria necessária para realizar mudanças radicais, a começar pela eleição do próximo presidente. Como forma de evitar isso, a alternativa também foi radical: acabar com o bipartidarismo criado no final dos anos 1960 e reimplantar o pluripartidarismo como forma de dividir a oposição.

Organizados os novos partidos – basicamente um de sustentação ao regime militar e a oposição dividida em mais de uma legenda –, ainda assim os estudos do regime apontavam para o risco de derrota em 1982, eleição em que, finalmente, os governadores voltariam a ser eleitos por via direta, como um passo importante no processo de liberalização do regime.

Por isso, na estratégia de avançar e recuar com vistas a controlar a abertura política, o regime baixou o Pacote de Novembro de 1981, segundo o qual estabeleceu que nas eleições de 1982 estariam proibidas as coligações partidárias e também foi determinado que os eleitores deveriam votar em apenas uma legenda partidária para todos os cargos em disputa (voto vinculado), o que prejudicaria a oposição. Finalmente as outras medidas visavam às eleições presidenciais de 1985, tais mecanismos fixavam o número de delegados que escolheriam o novo presidente. Neste sentido, os estados nos quais haviam mais opositores seriam enfraquecidos, e os estados mais dependentes do governo federal teriam mais delegados e, assim, votariam conforme os interesses deste.

Mesmo com todos estes artifícios o regime militar não conseguiu impedir o grande crescimento da oposição, que elegeu 10 dos 22 governadores do país, sendo que os opositores passariam a controlar os principais estados da nação, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O modelo unionista-autoritário perdia seu principal pilar: o controle da autonomia política estadual. Não só os estados com governos oposicionistas, mas também os vinculados ao PDS recuperaram sua autonomia política estadual. Todos os governadores, sem exceção, não tinham mais como fonte de poder a cúpula militar e/ou tecnoburocrática instalada em Brasília; era o povo, exclusivamente, a fonte da soberania do governador. A sobrevivência dos chefes dos Executivos estaduais dependeria basicamente de sua aprovação pelo eleitorado e não mais dos desígnios dos militares. Em suma, os governadores tornaram-se muito mais independentes do Poder Central (ABRUCIO, 1998, p.94).

Vale destacar, por último, o peso dos governadores no processo de transição do regime ditatorial para a democracia, em função não só do caráter estratégico que o governador ainda desempenhava na política local (apesar dos esforços para “quebrar” tal poder empreendidos pelo regime militar), mas também pela legitimidade política oriunda do fato de terem sido eleitos diretamente pela cidadania.

Com o enfraquecimento do poder central e as tentativas mal sucedidas de controlar e de frear o crescimento da oposição, os chefes estaduais tiveram um papel influente na queda do regime ditatorial vigente. Um dos principais articuladores do movimento “Diretas Já” foi um governador, Franco Montoro, de São Paulo que – junto com os também governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais – deu início ao processo que clamava pela volta das eleições livres e diretas para a Presidência da República (ABRUCIO, 1998).

Mesmo sem o sucesso na retomada das eleições diretas e com a definição do novo presidente pelo Colégio Eleitoral, o escolhido foi um governador – Tancredo Neves, de Minas Gerais –, o que revela a importância estratégica do cargo naquela conjuntura. As negociações políticas que levaram à ruptura no partido governista e o acordo com a oposição foram “costurados” por meio dos governadores.

Segundo Abrucio, com o fim do período militar e a nova Constituição de 1988, ampliaram-se os poderes dos governadores e estes passam a dominar o cenário político brasileiro. Foi o pleito que constituiu o elo eleitoral das disputas majoritárias e proporcionais, uma vez que entre 1982 e 1990 ocorreram três eleições diretas para os governos estaduais (1982, 1986 e 1990) e apenas uma para a Presidência (1989). Com isso, os deputados buscavam alianças com os governadores puxadores de voto para aumentarem suas chances de sucesso eleitoral. Ao apoiarem as candidaturas os governadores cobriam o apoio dos parlamentares eleitos posteriormente, em votações no Congresso.

Enfim, a força política dos governadores enquanto opositores ao governo federal pode ser constatada pelos mecanismos que visavam inibir os poderes destes atores nos dois períodos autoritários do Brasil no último século, o Estado Novo e regime militar. Em ambos os períodos, o poder central tentou coibir os chefes estaduais e centralizar cada vez mais o poder, medidas como a nomeação de políticos para estes cargos, a extinção de eleições diretas, criação do bipartidarismo e depois o fim deste, tinham como objetivo reduzir o poderio político regional e manter o poder centralizado nas mãos do governo federal. (ABRUCIO, 1998, CARDARELLO, 2009).

Com a redemocratização, que transformou o sistema político nacional nos anos 1980, os governadores continuaram a exercer papel importante no novo cenário político. Entretanto, a tese de que o poder político destes atores tenha aumentado com o retorno da democracia, assim como a influência dos governadores sobre os parlamentares do Congresso, não é consensual na literatura. Para outra vertente teórica o poder dos governadores diminuiu quando comparado aos períodos anteriores. Alguns estudos comparativos entre o federalismo atual de Brasil e Argentina, por exemplo, tentam demonstrar que existe maior força política no cenário argentino do que no brasileiro. Embora se saiba da importância dos governadores, estes não teriam toda a força política e influência incontestável sobre os parlamentares do Congresso, tais poderes inclusive estavam cada vez mais se limitando (BARRIENTOS, 2009; GABIATI, 2006; SOUZA, 2002; CARDARELLO, 2009; CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009).

Tendo em vista esta polêmica, nas seções seguintes pretende-se apresentar essas duas correntes interpretativas divergentes sobre o papel e a importância exercida pelos governadores na política brasileira pós-Constituição de 1988. Primeiramente serão revisados os argumentos da corrente que acredita na maior força política dos governadores pós-redemocratização e depois as considerações daqueles que acreditam em uma maior fragilidade desses executivos.

2.2 A Tese do ultrapresidencialismo estadual

Um dos trabalhos mais completos sobre os governadores brasileiros refere-se ao de Fernando Abrucio (1998), intitulado “*Os Barões da Federação*” e já largamente citado neste capítulo. No estudo, o autor analisa especificamente o papel dos governadores no processo de redemocratização do país, uma vez que estes tiveram papel estratégico no fim do regime autoritário e na conformação da democracia como sistema político. Na mesma medida, ele afirma a existência do predomínio desses atores na política brasileira, por meio do “ultrapresidencialismo estadual”.

Para Abrucio e Samuels (1997, p.139), “o poder e a independência das elites estaduais junto aos partidos ou ao Governo Federal são fenômenos com raízes profundas no sistema político brasileiro”. Mas a ascensão do poder dos governadores no atual período da história política brasileira se dá, sobretudo a partir do ano de 1982, o que se deveu basicamente por três fatores: primeiramente, a carreira dos parlamentares do Congresso Nacional estava baseada no atendimento aos interesses de suas bases políticas estaduais; em segundo lugar, ao aumento do poder destes governadores no nível estadual; e, finalmente, o calendário das eleições que deixavam juntas as eleições para o Congresso e para os pleitos majoritários estaduais, tendo a eleição presidencial ocorrida somente em 1989 e ainda “solteira”, desvinculada das demais. Neste sentido, os governadores foram os indivíduos que apoiaram as candidaturas dos parlamentares ao Congresso, em caso de sucesso eleitoral destes parlamentares os executivos cobravam a fidelidade no momento de implementarem suas preferências políticas.

A influência significativa dos chefes estaduais sobre a base parlamentar foi possível devido à conquista de uma grande gama de recursos dos estados durante o período de transição do regime. A posse destes recursos os tornava máquinas públicas fundamentais na disputa e na manutenção dos cargos com base eleitoral no distrito estadual. Isto fez com que os governadores ganhassem voz no Congresso Nacional e influenciassem consideravelmente o comportamento das bancadas estaduais.

Abrucio e Samuels (1997) ressaltam que o controle sobre as bancadas estaduais por parte dos governadores foi possível dada à fragilidade dos partidos em organizar as carreiras políticas dos parlamentares, logo os deputados precisavam

obter recursos para suas bases eleitorais, e o meio para captar recursos era mediante o apoio e a fidelidade ao executivo estadual. A matemática era votar conforme as preferências do governo estadual e receber a liberação de recursos para implementar as políticas públicas, o que daria visibilidade e retorno eleitoral aos deputados. Assim, estes avançariam em suas respectivas carreiras políticas. Tal fato ficou conhecido como a formação das “bancadas dos governadores”, graças à baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro na época, a construção da carreira política dos parlamentares foi incentivada mais pela via regional do que pela via partidária (GABIATI, 2009).

Outra ferramenta que os executivos estaduais utilizavam para obter apoio dos congressistas era o uso do “poder de caneta”, a distribuição de cargos públicos. Tal barganha política era tanta que os governadores eleitos no ano de 1982 acrescentaram mais de 500 mil servidores às folhas de pagamento dos estados, números que cresceram após a promulgação da Constituição de 1988. Tal cenário tornou-se favorável para se instaurar um sistema ultrapresidencialista estadual, com fortes poderes para os governos estaduais e enfraquecimento do poder central.

Após a redemocratização, o governador era o centro das decisões do governo, não havia a dispersão de poder que ocorria em nível federal, na relação entre presidente e ministros, por exemplo. A ausência de *checks and balances* dos outros poderes sobre o executivo estadual também ajudava a fortalecer o poder destes atores (ABRUCIO; SAMUELS, 1997; ABRUCIO 1998).

Conforme mencionado anteriormente, Abrucio defende a tese de que o poder dos governadores aumentou significativamente com o retorno da democracia, tanto que denomina o sistema de governo do período de 1991 a 1994 como *ultrapresidencialista*. Para o autor, isso se deu também a partir de outras duas características cruciais. A primeira corresponde ao forte domínio do processo de governo e o controle sobre os órgãos que deveriam fiscalizar as ações dos governadores. A segunda característica diz respeito à concentração de poder nas mãos do governador, ou seja, não havia um equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e sim uma hipertrofia do poder no Executivo, o que acabou configurando um sistema de governo ultrapresidencial.

Abrucio argumenta que a fiscalização sobre as ações dos governadores era praticamente nula. Em análise de CPIs que apuravam atos irregulares nas administrações, a grande maioria teve resultado favorável aos governadores, até

quando evidências apontavam o contrário, “outra forma de convivência das Assembleias Legislativas diante das irregularidades do Executivo foi o engavetamento de pareceres do Tribunal de Contas que consideravam ilegal algum ato do governo estadual” (ABRUCIO, 1998, p.142).

Além de neutralizarem a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os governadores também tinham ferramentas para fazer o mesmo com o Ministério Público. A falta de fiscalização se dava por um motivo simples: eram os próprios governadores que influenciavam a escolha dos conselheiros dos Tribunais de Contas e também do procurador do Ministério Público. Embora os deputados da Assembleia Legislativa também tivessem voz no momento da escolha dos Conselheiros dos TCEs, estes seguiam as preferências do governador, uma vez que estes dominavam amplamente as Assembleias. Com isso, eram os governadores que escolhiam todos os membros dos TCEs.

Com relação à escolha do Procurador-Geral do Ministério Público – cargo que comanda os processos da Administração Pública – o mecanismo era até mais fácil. Os governadores tinham o poder de nomeá-lo, não sendo necessário inclusive o aval dos legisladores, diferentemente do que ocorre com o Procurador-Geral da República, que necessita da homologação do parlamento.

Outros fatores mencionados para reforçar o poderio destes políticos dizem respeito aos poderes financeiros, administrativos e políticos nas mãos dos governadores. A partir destes instrumentos, ficava fácil para o governo estadual cooptar a classe política. Embora as finanças públicas dos municípios brasileiros tenham sido favorecidas com a Constituição de 1988, algumas cidades não tinham condições de se autossustentar, o que transformava os governos estaduais em credores dos municípios, e para isso cobravam apoio político ao governador e seus afiliados. Um importante instrumento financeiro nas mãos do executivo era o domínio dos bancos estaduais, pois estes recursos eram utilizados tanto nos custos de campanha eleitoral, como forma de liberação de verbas para os parlamentares, que, em retorno, apoiavam politicamente os governadores.

Além desses fortes poderes, a baixa visibilidade política do cargo também ajudou a manter menor a fiscalização sobre as ações deste ator. Abrucio apresenta dados de 1992, segundo os quais apenas 8% da população se interessava mais pela política do estado do que pelas outras esferas federativas, 37% dava mais atenção à política nacional e 16% se inclinava para os assuntos em âmbito

municipal. São dados hoje bastante desatualizados, de mais de 20 anos, o que não permite inferir se a situação permanece a mesma atualmente, uma vez que ocorreram muitas eleições e o contexto é bastante diferente daquela época.

Um dos argumentos do autor para explicar a baixa visibilidade do cargo versa sobre o universo pequeno e indefinido de atribuições legislativas e governamentais do cargo. Embora partilhe funções com as outras esferas, é maior a responsabilidade do executivo estadual com a questão da Segurança Pública. Neste aspecto, é nítido que o problema da segurança atinge muitas regiões do país, e que a situação se agravou nas últimas décadas, logo, cada vez mais o problema da insegurança ameaça a população. Provavelmente hoje os resultados seriam distintos daqueles publicados há 20 anos, da pouca atenção dos eleitores ao que ocorre no cenário político a nível estadual.

Na mesma linha argumentativa de Abrucio, Samuels (2000) testou a força eleitoral do presidente e do governador nas eleições para deputado, considerando o fato de que ambas ocorrem concomitantemente à escolha dos membros do legislativo estadual e nacional. O autor se debruçou sobre os resultados do período 1989-1998 e chegou à conclusão de que variáveis estaduais comandam as eleições congressuais e que, nesse caso, o candidato a governador tem maior capacidade para atrair as atenções de políticos e de eleitores, e, assim, de influenciar o processo eleitoral e as chances de sucesso dos pretendentes a deputado. Logo, as estratégias e os interesses vinculados à disputa ao cargo de governador são mais decisivos do que aqueles existentes na disputa presidencial.

2.3 A Contraposição

A tese do ultrapresidencialismo ou dos “barões da federação”, título do livro de Abrucio, é vista por alguns analistas como uma teoria que supervaloriza os poderes políticos dos governadores brasileiros. Apesar da inegável importância que o cargo tem no sistema político brasileiro atual, dos poderes e da participação ativa nos processos políticos do passado – golpe militar, retorno à democracia, Diretas Já e ainda *impeachment* do presidente Collor –, alguns autores acreditam que o poder político dos chefes dos executivos da esfera subnacional não é hoje mais o mesmo apresentado em períodos anteriores.

Para esta vertente, após a Constituição de 1988, o grau de autonomia dos governadores diminuiu e, com o passar dos anos, tais políticos tiveram reduzidos seus poderes políticos e administrativos, bem como o grau de influência sobre as bancadas estaduais e sobre o Congresso Nacional. Portanto, se existiu, o “ultrapresidencialismo estadual” não se manteve.

Para Barrientos (2009), as reformas econômicas dos anos 1990 enfraqueceram os poderes dos governadores e estes perderam o controle sobre os bancos estatais. Isto ocasionou a perda do artifício de empréstimos aos aliados políticos como moeda de troca para fins eleitorais. Além disso, o prejuízo ocasionou a perda de recursos que lhes davam acesso a fontes de financiamento de obras públicas e custeio das campanhas políticas. Essas e outras margens de manobra estão agora mais restritas, o Governo Federal fez reformas econômicas e fiscais em nível federal e subnacional, o que proporcionou ao governo central alcançar o ajuste fiscal e maior responsabilização dos atos das autoridades. Assim, a União se fortaleceu em relação aos governadores.

Em comparação com o caso argentino, Barrientos (2009) afirma que, após a Constituição de 1988, o sistema eleitoral brasileiro ficou homogêneo nos três níveis federais. No caso argentino, as regras eleitorais e o jogo político subnacional são administrados pelos comandantes estaduais, há distintas fórmulas, maiorias necessárias diferentes, magnitudes e datas eleitorais variáveis em cada uma das Províncias. Com a posse destes instrumentos fica mais fácil coagir e manipular regras em favor dos próprios interesses. Como os governadores no território argentino têm maiores autonomias e os poderes dos membros brasileiros enfraqueceram após a redemocratização e as reformas dos anos 1990, o sistema “*ultrapresidencialista*” seria indicado ou mais bem utilizado se fosse considerado para o caso da Argentina, e não o do Brasil.

Em matéria econômica, desde a Constituição de 1988, o Brasil se caracterizou pela descentralização. Os estados foram os mais prejudicados, pois a Constituição Federal definiu inúmeros atributos à União e aos municípios, comprimindo os poderes residuais das unidades subnacionais, compactuando desta maneira o poder dos governadores. Se forem somadas as perdas relacionadas às reformas administrativas, o prejuízo é ainda maior. Com a privatização da maioria dos bancos estaduais e a formação de leis que restringiam a criação de cargos públicos, o poder dos governadores enfraqueceu consideravelmente, pois a

utilização destas ferramentas eram as principais alternativas de influência em troca de apoio político, como menciona Abrucio (BARRIENTOS, 2009).

Na visão de Barrientos (2009), a influência do governador sobre os deputados não é tão forte no período atual quanto era antigamente. O argumento é de que com a migração partidária ficou mais difícil o controle das ações dos parlamentares e a fidelidade nas votações. Segundo o autor:

a infidelidade e indisciplina partidárias, então, fazem com que, ao invés do que Abrucio (1998) entende ao analisar o período 1991-1994, hoje os Governadores das unidades federativas não tenham alto grau de controle sobre as bancadas estaduais no Congresso nem na Assembleia Legislativa. Os legisladores federais operam com maior liberdade e não estão submetidos ao Executivo estadual, já que, por exemplo, a nomeação das candidaturas não depende destes últimos (BARRIENTOS, 2009, p.129).

Barrientos destaca, ainda, que com o multipartidarismo e o número de partidos efetivos relativamente alto existente no sistema político do Brasil contribuem para uma redução do poder dos executivos subnacionais. Como os chefes executivos, em todos os níveis, precisam formar maiorias políticas para governar, ou seja, compor uma ampla base de apoio, a existência de muitos partidos dificulta que as maiorias sejam formadas de modo simples, a partir dos resultados eleitorais. Em regiões onde há o bipartidarismo ou um pequeno número efetivo de partidos este processo é mais simples. Com o elevado número de partidos que compõem as bancadas legislativas, a formação de coalizões acaba sendo mais custosa, aumentam-se as negociações, o número de envolvidos, os benefícios em troca, as concessões de pastas, os cargos no governo a serem distribuídos etc.

É preciso ressaltar que, mesmo que as maiorias sejam criadas, isso não significa necessariamente o sinônimo de fidelidade total aos atos dos executivos. Em alguns casos, o executivo pode não conseguir aprovar determinado projeto mesmo obtendo maioria na casa. O poder de controlar as ações a sua base não é automático.

Segundo artigo de Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009), os governadores após a Constituição de 1988 também tiveram seus poderes políticos enfraquecidos. Na visão dos autores, não seria um fato comprovado que o comportamento dos parlamentares seja moldado pelos governadores, prevalecendo o poder destes sobre o dos partidos políticos nacionais. Em defesa da interpretação deles, que põe

em dúvida a tese anterior, arrolam outras contribuições que apontam para essa ausência de influência:

Carey e Reinhardt (2003:797), por outro lado, não verificaram ‘nenhum efeito líquido da aliança com governadores sobre a unidade de voto entre grupos de deputados da coalizão estadual na Câmara dos Deputados’, ao passo que Desposato (2004:279) verificou que o federalismo tinha ‘pouco impacto real sobre o comportamento dos Legisladores’ e que ‘a maioria do comportamento de voto dos legisladores pode ser explicada por protagonistas nacionais: presidentes e partidos políticos nacionais’ (*ibidem*). Essa descoberta foi reforçada por Carey (2007), que, em um estudo sobre o voto do Legislativo em dezenove países, observou que, embora a unidade de voto em países federativos seja baixa, o efeito é relativamente pequeno no Brasil. Finalmente, Arretche e Rodden (2004; 2006) demonstraram o efeito limitado do federalismo fiscal no comportamento dos deputados em votações e na política da Câmara dos Deputados brasileira (CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009, p.266).

Na análise dos autores, as votações ocorridas na Câmara dos Deputados mostraram que o apoio parlamentar à agenda legislativa estipulada pelo presidente seguia as preferências dos partidos, não havendo indícios de que os governadores exercessem uma pressão maior que a dos partidos sobre os parlamentares. Neste sentido, haveria outros aspectos, além do poder dos líderes subnacionais e da capacidade destes de influenciar os legisladores.

A partir da análise das votações nominais da Câmara dos Deputados de 1989 até 2006, eles afirmam que o grau de influência dos governadores sobre as ações dos deputados é menor do que se acreditava. O argumento baseia-se na comparação da votação dos líderes partidários com a votação dos parlamentares. Analisando as posições dos líderes partidários e do líder do governo na Câmara, os autores concluem que os parlamentares têm maior tendência a seguirem as preferências dos líderes do partido, o que contraria a tese de que os governadores influenciam fortemente as decisões tomadas pelos deputados.

Embora não seja o foco aqui neste estudo, os autores contrariam também a tese da fragilidade partidária no âmbito parlamentar. Desde o início da redemocratização, os argumentos são pessimistas quanto à fidelidade partidária no Brasil e, conforme esta visão, os políticos agem de maneira individualista e movidos pelos próprios interesses. Tese refutada pelos autores, que apresentam dados que apontam para índices relativamente altos nas votações de fidelidade e de comprometimento com a organização partidária.

Se os governadores fossem capazes de exercer pressão suficientemente forte sobre os legisladores, deveríamos observar um grau menor de congruência entre os legisladores governistas quando medidas centralizadoras são votadas. Além disso, o grau de congruência desses legisladores deveria ser até mais baixo se eles vêm de estados cujos governadores são da oposição (CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009, p.282).

Os autores concluem que não há indícios de que os governadores sejam capazes de controlar as bancadas de seus estados, tornando a coalizão governista nacional irrelevante. Embora acreditem que estes líderes exerçam papel importante na política brasileira, a afirmação de que esse papel é excessivo e que impede o Governo central (Presidente) de governar e de obter apoio partidário estável no legislativo nacional não é fundamentada em evidências empíricas.

Para eles, é a filiação partidária e as preocupações nacionais que afetam de forma mais significativa o comportamento e as ações dos legisladores na Câmara dos Deputados, tanto no plano individual como também no plano da bancada do estado. Assim, não há qualquer evidência de que a Congresso Nacional brasileiro seja constituído por uma “assembleia de estados”, os parlamentares não agem como “delegados” estaduais. A importância central, portanto, seria a influência dos partidos políticos no processo legislativo de tomada de decisão. O argumento é, neste sentido, de que o Congresso brasileiro é bastante centralizado, tendo os líderes partidários o poder de influência maior que o da coalizão do governo estadual.

De modo convergente, os estudos sobre as relações dos governadores de diversos estados brasileiros com as assembleias legislativas encontraram cenários nuançados, os quais não confirmam o “ultrapresidencialismo”. Na síntese apresentada por Tomio e Ricci (2012, p.194):

os autores que colaboraram na coletânea investigaram seis estados durante a legislatura 1995-1998 chegando a conclusões *diversas e convergentes* sobre a predominância do poder Executivo no processo legislativo estadual identificando maior equilíbrio entre os poderes Legislativo e o Executivo nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, enfatizando o caráter autônomo das assembleias locais; observando a grande capacidade governativa dos poderes executivos no Rio Grande do Sul e Ceará, resultante de maiorias partidárias estáveis produto de alianças eleitorais; a presença do ‘ultrapresidencialismo’ nos estados de São Paulo e Espírito Santo.

Ao estudarem essa mesma relação em 12 estados brasileiros, durante duas legislaturas (1999-2003; 2003-2007), eles identificam um panorama semelhante, ou seja, claras contraposições entre governo e oposição, o que implica taxas de sucesso e de iniciativa diferentes entre os governadores e de um mesmo governador ao longo das legislaturas. Eles constataram, especificamente, a diminuição, em alguns estados, da taxa de sucesso no último ano de governo, o que “mostra certa limitação na capacidade legislativa dos governadores. Já que seus poderes formais mantêm-se constantes durante a legislatura, é de esperar-se que outros fatores expliquem esse feito” (TOMIO; RICCI, 2012, p.212). A prática do veto também é tomada como um indício da existência de certos ruídos na relação entre governador e Assembleia Legislativa.

Na visão de Souza (2002), o início do governo Fernando Henrique Cardoso de fato enfraqueceu o poder dos governadores e fortaleceu o governo federal no andar do processo de redemocratização. Assim, como já mencionado anteriormente, a privatização da maioria dos bancos estaduais e a intervenção do Banco Central colaboraram para enfraquecer os chefes estaduais. Estes acabaram perdendo um importante meio de barganha política e de poderio econômico em favor dos seus interesses políticos.

Embora os governadores não sejam mais os “barões da federação” estes se manifestam de forma mais acentuada quando o executivo federal precisa fazer importantes modificações na legislação ou na distribuição de recursos entre as unidades federativas. Os líderes estaduais tiveram papel fundamental ao impedirem a aprovação de parte da agenda proposta pelo Executivo, principalmente a reforma tributária do governo FHC. Aproveitando-se do controle que ainda exerciam sobre os parlamentares federais, eles barganharam refinanciamento das dívidas junto à União, o que demonstra que, em determinados momentos, os governadores conseguem controlar suas bancadas na Câmara (SOUZA, 2002).

Enfim, o “ultrapresidencialismo” não é uma característica disseminada no atual período e a dinâmica se mostra mais complexa do que esse conceito leva a supor.

2.4 Síntese

Conforme revisado, a bibliografia a respeito dos governadores estaduais no cenário brasileiro concorda que este é um cargo de grande importância no sistema político. As diferenças são basicamente em relação aos períodos em que estes líderes tiveram seus poderes mais fortalecidos ou fragilizados na história nacional e o quão poderosos realmente foram/são estes governadores atualmente, em que medida exercem um controle significativo e influenciam as ações de outros políticos, principalmente sobre os parlamentares da Câmara dos Deputados, bem como a política local.

A força destes atores pode ser notada justamente nos dois períodos autoritários mais recentes experimentados pelo país. Nestas duas épocas os governadores tiveram seus poderes minimizados, na tentativa de concentrar e de centralizar o máximo de poder nas mãos do Governo Federal. Para isso várias ferramentas foram utilizadas: inexistência de eleições (Estado Novo), a criação e a extinção do bipartidarismo, a alteração nas regras eleitorais para a escolha dos representantes políticos e, principalmente, o fim das eleições populares diretas (ditadura civil-militar 1964-1985). Este mecanismo determinava a principal forma de oposição dos chefes estaduais ao governo federal, pois, através do artifício da eleição indireta, o governo nomeava aqueles de sua preferência, restringindo as chances de uma consolidação da oposição.

Para Nunes (2009, p.49),

o diagnóstico de Abrucio apresenta a limitação de ter sido feito em um momento histórico específico, logo após a redemocratização, no qual os governadores tiveram papel decisivo e do qual saíram fortalecidos. Entretanto, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, quando foram implementadas reformas voltadas para o enfraquecimento dos estados, os governadores viram reduzidas as possibilidades de utilizar seu principal trunfo para a construção de suas amplas bases de apoio: os recursos dos bancos estaduais. Tais mudanças, no entanto, não autorizam o pesquisador a dizer que os governadores não desempenham papel importante no cenário estadual, mas implica relativizar a tese do 'ultrapresidencialismo estadual'. Afinal, algumas das mais importantes condições assinaladas por Abrucio para a existência do fenômeno não mais existem.

Apesar de as críticas à tese dos “barões da federação” serem válidas, é preciso ressaltar que o desenho político do Brasil na época não é o mesmo de hoje. O país vivenciou períodos conturbados na história política no último século, períodos

autoritários mesclados com períodos democráticos; a extinção de eleições diretas para vários cargos, inclusive para a Presidência da República; crises financeiras; fim do multipartidarismo e criação do bipartidarismo, posteriormente o fim deste. Todos foram aspectos que dificultaram um cenário político estável.

Hoje, após mais de 20 anos do retorno da democracia, o cenário dá mostras de uma maior estabilização, tendendo mais para uma consolidação democrática, do que para um novo colapso. As eleições diretas para a Presidência da República foram mantidas desde o ano de 1989 e todos os cargos eletivos são escolhidos mediante votação popular. O sufrágio, ao contrário dos outros períodos, é universal. O sistema de contabilização de votos é um dos mais modernos e seguros do mundo, com a utilização das urnas eletrônicas os resultados das eleições são divulgados em praticamente 24 horas após o término das votações, diferentemente de outros países considerados institucionalizados, que ainda utilizam voto manual e são frequentemente alvo de denúncias sobre manipulação de resultados eleitorais. As regras eleitorais não sofreram alterações significativas, salvo algumas mudanças como a aprovação da reeleição imediata em 1997 para os cargos executivos, e política de cotas para candidaturas femininas, por exemplo.

Dada esta consolidação da democracia, torna-se mais difícil aos governadores se sobressaírem no cenário político nacional, ao contrário do que ocorria em épocas anteriores. As reformas realizadas na última década concederam mais poderes de iniciativa legislativa ao Executivo Federal, neste sentido, o poder do governo central aumentou, reduzindo o poderio das esferas estaduais e do próprio legislativo. O controle sobre as ações dos parlamentares hoje são mais em resposta às organizações partidárias e do presidente nacional do que dos chefes executivos estaduais.

As eleições gerais não são mais centradas no governador, a escolha simultânea para presidência, governadoria, para os cargos legislativos estaduais e para as Câmaras baixa e alta mudaram o panorama anterior. Hoje as alianças políticas em tempo eleitoral podem ser feitas com outros pleitos, um candidato a Assembleia Legislativa pode buscar apoio de deputados federais ou de senadores, por exemplo. Neste sentido, a figura do governador, como o grande puxador de votos, é menor do que antes.

Enfim, comparando períodos, é fato que os poderes políticos dos governadores para implementarem suas preferências hoje são menores. Contudo, continua a ser um cargo de extrema importância no desenho político brasileiro, que detém a posse de poderes legislativos e de veto, além de administrar uma grande gama de recursos. Na mesma medida, continua a ser um cargo ambicionado pela classe política, localizado no alto da hierarquia da carreira política (seja ela concebida como for) e que, em razão desse posicionamento, impõe suas regras informais no processo de seleção dos quadros que vão ocupá-lo.

Porém, como o capítulo anterior mostrou, sabe-se pouco sobre os governadores. O pouco que se sabe é por dedução ou comparação com cargos semelhantes – embora, muitas vezes, a comparação ocorra com cargos nem tão semelhantes assim, como os de deputado.

Desse modo, repassada a literatura que versa sobre o governador como figura política ou como parte da carreira política, o capítulo seguinte começa a esboçar o estudo específico sobre aqueles que atingiram tal posto pela força das urnas e, pelas características pessoais e políticas que apresentam, configuram o perfil efetivo e concreto do governador brasileiro, ao menos no recorte temporal proposto (1994-2010).

Capítulo 3 Perfil social dos governadores eleitos no Brasil de 1994 a 2010

A análise das origens sociais dos políticos constitui um campo de estudos clássico das Ciências Sociais, cujas origens remontam aos fundadores da teoria das elites. A literatura revela que tanto no âmbito nacional quanto internacional alguns grupos sociais estão sobrerrepresentados na arena política e outros não tanto assim. Mesmo que a entrada na política possa ser explicada por uma série de fatores, ela depende do domínio de um conjunto de recursos, de competências ou de atributos, presumidamente tomados como necessários e legítimos para se ocupar um posto de poder político (BORDIGNON, 2010). Keller (apud PESSOA JÚNIOR, 2009) questiona sobre os atributos que podem possibilitar a ascensão às posições de elite. Segundo a autora, podem ser identificados três tipos de atributos: (a) os naturais, ou seja, gênero, etnia e idade; (b) os adquiridos, correspondendo à escolaridade e à riqueza, por exemplo; e por fim (c) funcionais particulares, como liderança, criatividade e carisma.

Segundo Codato (2008), carreiras políticas são geralmente mais fáceis para profissionais de algumas áreas, como: advogados, sindicalistas, jornalistas e professores universitários. Devido a estes indivíduos contarem com condições mais favoráveis para a dedicação exclusiva à vida política, como conhecimento da legislação, tempo disponível, segurança financeira e relações na sociedade. Outro fator que ajuda tais profissionais na empreitada política deve-se ao fato de ser mais fácil (ou menos difícil) o retorno à atividade profissional de origem. Tais setores profissionais, portanto, permitiriam tanto a conciliação da atividade profissional de origem com a atividade política, bem como o retorno em caso de fracasso eleitoral.

Outros grupos da sociedade que majoritariamente conquistam cargos eletivos, segundo a literatura, são os homens em relação às mulheres. Sendo esta uma característica geral da arena política e que se verifica independentemente do cargo eletivo estudado ou localidade. É possível notar, também, a presença maciça de indivíduos altamente escolarizados: vários trabalhos revelam que a classe política é amplamente dominada por políticos que portam um diploma de curso superior, condição que contrasta bastante com o percentual da população brasileira que detém esta escolaridade.

Apesar de seus limites metodológicos e da tendência a encontrar sempre os mesmos resultados, ponderados no capítulo 1, esse tipo de análise não precisa ser simplesmente descartado, pois ele também pode contribuir para a realização de uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e de categorias sociais (MARENCO; SERNA, 2007), especialmente quando o perfil social é relacionado a elementos da trajetória política ou é tomado como um indicador dessa trajetória (MARENCO DOS SANTOS, 2000).

Para melhor entender como se estruturam as carreiras políticas, então, é importante a análise do perfil dos políticos, saber quem eles são e quais as suas experiências profissionais podem auxiliar na tarefa de identificar as ambições políticas (SANTANA, 2008). Neste sentido, os recentes estudos tentam compreender o grau de coesão e de heterogeneidade social interna das elites políticas (SERNA, DUARTE; PEREZ, 2010).

Putnam postula que aqueles que chegam às posições da elite política são indivíduos com maior acesso aos recursos políticos, sociais e econômicos. Há o predomínio, assim, de uma parcela da sociedade no âmbito político, o que, para Norris, pode causar uma baixa legitimidade desta elite, bem como alterar a agenda de decisões e o modo de se fazer política (BOLOGNESI; TRIBESS, 2009).

O capítulo busca, então, esses objetivos: identificar, descrever e analisar o perfil social dos governadores eleitos no período 1994-2000, o que implica relacioná-los com elementos do campo político e que influenciam a carreira política. As perguntas perseguidas abarcam: qual o perfil dos governadores brasileiros? quais as características dos membros que compõem esse cargo administrativo dos estados e do Distrito Federal? eles são majoritariamente homens ou mulheres? qual grau de escolaridade ostentam? quais atividades profissionais exerciam antes do ingresso

na carreira política? há semelhanças ou diferenças entre o perfil de governadores e o perfil de senadores ou de deputados federais, por exemplo?

Para a formulação do perfil social dos governadores são analisados quatro atributos clássicos: gênero, faixa etária, grau de instrução e profissão de origem. Neste sentido, a análise irá se restringir aos atributos mais frequentemente presentes nos estudos sobre a temática para que seja possível comparar com outros cargos eletivos do país e de outras nações.

Antes de apresentar os dados, porém, é importante lembrar o esclarecimento metodológico apresentado na introdução. Os dados foram coletados e analisados a partir de dois caminhos analíticos: o dos indivíduos que chegam pelas urnas pela primeira vez ao posto de governador no recorte temporal escolhido, o que redundou em 91 casos; e o dos indivíduos que conquistam o cargo pelo voto, isto é, os que foram eleitos no período, mesmo mais de uma vez (inclusão da reeleição imediata ou mediada), o que redundou em 135 casos. Nesse sentido, foram construídos dois perfis dos governadores, a partir de informações diferentes (91 e 135 casos), mas com alto grau de convergência entre elas. Um dos desafios, portanto, é o de verificar o quanto as bases de dados diferentes redundaram em distinções significativas ou não entre tais perfis.

3.1 Gênero

O primeiro dos quesitos a ser apreciado é a divisão dos governadores por gênero. Lembra-se que para cargos executivos não há a utilização do sistema de cotas, afinal, trata-se de um cargo de magnitude 1 e, conforme a legislação eleitoral brasileira, só é permitido a cada partido ou coligação lançar um único candidato para o governo do estado.

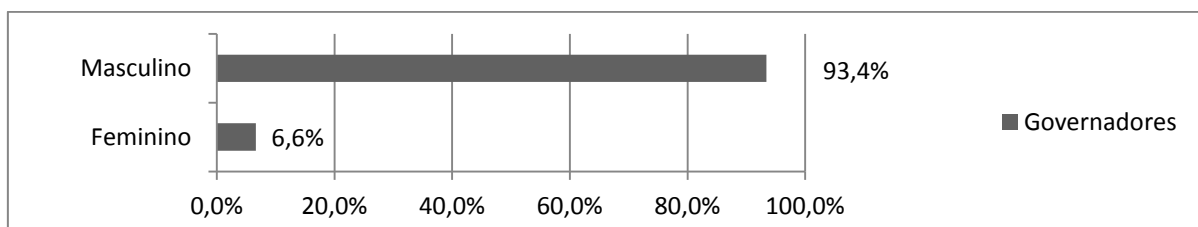
O nível elevado do cargo na hierarquia política brasileira também pode dificultar o ingresso das mulheres no cargo administrativo estadual. Além disso, a literatura é bastante clara ao revelar os grupos sociais que estão sobrerrepresentados na arena política em detrimento de outros. É notável a constatação de que as mulheres têm representação extremamente reduzida tanto nas cadeiras legislativas quanto nas executivas. Nesse sentido, a expectativa é de

uma participação pequena de mulheres entre os indivíduos que foram eleitos governador.

Tabela 1 - Governadores eleitos por gênero (Brasil, 1994-2010)

Gênero	Indivíduos	%	Vagas	%
Masculino	85	93,4	126	93,3
Feminino	6	6,6	9	6,7
Total	91	100	135	100

Fonte: TSE



Fonte: TSE

Gráfico 1 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero (Brasil, 1994-2010)

Conforme era esperado, as mulheres tiveram índice baixo de representação na cadeira executiva analisada. Apenas seis dos 91 indivíduos que ocuparam pela primeira vez os governos estaduais brasileiros entre 1994 e 2010 eram mulheres, correspondentes a 6,6%. Se a contabilidade for realizada por vagas, ou seja, quem foi eleito para os 135 postos de governadores no período, o cenário não se altera: são nove mulheres, correspondentes a 6,7%.

Essa é uma situação corriqueira em outros cargos eletivos brasileiros. No Senado Federal, por exemplo, Araújo (2010) encontrou o percentual de 5,5% de mulheres entre senadores titulares e de 5,2% entre os suplentes nos anos de 1989 e 2007, o que corresponde a 14 num universo de 257 indivíduos. Ao analisarem o perfil que compôs a Câmara dos Deputados no pleito de 2006, Braga, Veiga e Miríade (2009) encontraram um percentual de 7,8% de mulheres. Já Felisbino (2009), em trabalho sobre os prefeitos das capitais estaduais brasileiras eleitos em 2008, identificou 7,7%, o que equivale a apenas duas das 26 capitais. São índices ainda menores do que o encontrado em cargos legislativos federais, estaduais e

municipais, que em geral variam de 10 a 15% (MARQUES, 2007; BOLOGNESI 2009).

Tal constatação não é característica apenas da política brasileira: independentemente da região ou do cargo analisado, o predomínio quase sempre é masculino. A baixa representação feminina chega praticamente à totalidade dos países no mundo, não importa qual seja o sistema parlamentar ou o tipo de câmara representativa considerado, pois as mulheres são minoria nestes espaços. Embora a criação de cotas tenha tido o intuito de mudar tal cenário, esta política ainda não surtiu efeitos muito significativos no Brasil (NICOLAU 2006; FELISBINO, 2009; ARAÚJO, 2010).

A diferença representativa de homens e de mulheres nos cargos políticos pode ser causada por uma série de fatores, tais como: pouca motivação feminina à vida política, sistema eleitoral vigente na região (de lista aberta ou fechada), e também obstáculos impostos para a homologação das candidaturas femininas por parte da coalizão que recruta os candidatos (ARAÚJO, 2010). Porém, ao traçar-se um perfil da elite e constatar-se um reduzido número de mulheres no grupo, isso não autoriza dizer que as mulheres foram excluídas, pois, como ponderam Perissinotto e Miríade (2009), elas simplesmente podem não se candidatar a essas posições. Por isso, é importante verificar em que medida as mulheres se candidatam aos postos políticos, pois uma reduzida quantidade de eleitas frente a poucas candidaturas femininas é diferente se o mesmo resultado for obtido frente a uma elevada quantidade de candidaturas. Isto é, quando se analisam as taxas de sucesso das mulheres o cenário pode ser distinto do até aqui identificado. É o que será testado a seguir.

Tabela 2 - Candidatos a governador por gênero (Brasil, 1994-2010)

Gênero	N	%
Masculino	735	89,6
Feminino	85	10,4
Total	820	100

Fonte: TSE

A partir do levantamento da quantidade de candidaturas se constata que o gênero feminino de fato se apresentou bem menos que o masculino aos cargos executivos estaduais. Assim, apenas 10,4% dos 820 candidatos ao governo estadual eram mulheres. Talvez um índice maior de candidatas aumente o índice de eleitas, entretanto aqui a relação ainda segue preterindo as mulheres da arena executiva estadual, pois o índice de eleitas corresponde a 6,6-6,7%, ao passo que o percentual das candidatas é quase o dobro.

O índice de sucesso das candidaturas por gênero também é mais expressivo entre os homens: dos 735 candidatos, 85 se elegeram (aproveitamento de 11,6%), enquanto das 85 candidatas, nove tiveram êxito (10,6%), embora as distâncias nesse quesito sejam menores. Esse cenário contrasta com o das pretendentes ao senado, que apresentaram uma taxa de sucesso superior a dos homens (11% a 7,9%), ao menos no período 1994-2002, conforme os dados de Bohn (2008).

Tabela 3 - Governadores eleitos por gênero e por pleito (Brasil, 1994-2010)

Gênero	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	26	96,3	26	96,3	25	92,6	24	88,9	25	92,6
Feminino	1	3,7	1	3,7	2	7,4	3	11,1	2	7,4
Total	27	100	27	100	27	100	27	100	27	100

Fonte: TSE

Quando os dados são desagregados por eleição do período verifica-se que em todos os cinco pleitos analisados o cenário é o mesmo, isto é, um pequeno contingente de mulheres foi eleito governadora. O índice supera a barreira de 10% (tendo atingido 11,1%) apenas em 2006, ocasião em que três mulheres venceram o pleito. Nas demais disputas houve uma (1994 e 1998) ou no máximo duas (2002 e 2010) representantes do sexo feminino que atingiram o executivo estadual pelas urnas.

Nos dois primeiros pleitos de análise (1994 e 1998), a única mulher a se eleger governadora foi a ex-deputada federal Roseana Sarney, ou seja, eleita e reeleita para o cargo. É possível afirmar que Roseana herdou o capital político de seu pai, José Sarney, figura chave na vida política brasileira, tendo em seu currículo os cargos de: senador e governador do Maranhão e, o mais notável, Presidente da

República, quando veio a assumir após o falecimento do eleito Tancredo Neves. Roseana ainda retornou ao governo do Maranhão para o seu terceiro mandato nas eleições de 2010¹.

As duas mulheres eleitas no pleito disputado em 2002 também apresentaram grau de parentesco com políticos notáveis nos respectivos estados. A primeira é Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte, ex-mulher de Lavoisier Maia Sobrinho, que governou o estado entre 1979 e 1983. Wilma iniciou sua trajetória na vida política em 1983, na Secretaria de Estado de Bem-Estar Social durante o governo de José Agripino Maia, primo de Lavoisier. Depois se elegeu deputada federal e prefeita de Natal (três oportunidades). A outra representante feminina que chegou ao governo estadual em 2002 é Rosângela de Oliveira, popularmente conhecida como Rosinha Garotinho. Para vencer, ela obteve apoio do marido, Anthony Garotinho, que concorria à Presidência da República naquele ano e era também o governador do estado do Rio de Janeiro eleito em 1998². Das duas, apenas Wilma de Faria se reelegeu em 2006.

A reforçar a importância do capital familiar para o avanço na carreira política feminina, o pleito de 2010 contemplou mais uma mulher portadora desse tipo de capital. É Rosalba Ciarlini Rosado, pertencente a uma tradicional família no campo político do Rio Grande do Norte. Casada com o ex-deputado Carlos Augusto Rosado, filho do ex-governador Dix-Sept Rosado, Rosalba ainda tem uma irmã que já foi deputada estadual e uma prima à frente da prefeitura de Mossoró, cargo em que ela própria iniciou sua trajetória política, tendo sido eleita em três oportunidades para o executivo daquele município.

Como foi destacado no capítulo 1, o capital familiar ou de parentesco em política é uma importante forma de legitimação e de obtenção de prestígio, válido inclusive para a obtenção de cargos hierarquicamente superiores e de mais difícil alcance, como o de governador do estado. Como pondera Grill (2004, p.160): “o vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar”. Afinal,

¹ Ela concorreu ao governo em 2006, tendo ficado em segundo lugar. Em 2009, no entanto, a Justiça Eleitoral afastou o governador eleito, Jackson Lago, por abuso do poder econômico e, em razão disso, foi dada posse à Roseana. Ela cumpriu o mandato e, em 2010, concorreu à reeleição. Para efeito de contabilização dos casos, no entanto, a dissertação não a considerou eleita em 2006.

² Para poder concorrer à Presidência, Garotinho renunciou ao cargo de governador. Ele foi substituído por uma mulher, Benedita da Silva. Portanto, oficialmente Rosinha sucedeu a Benedita.

o parentesco na política adquire eficácia e legitimidade para estes agentes e para as suas 'famílias' por três associações que são acionadas entre seus itinerários e os trunfos derivados dos laços familiares. Em primeiro lugar a possibilidade de maximizar o reconhecimento desfrutado pela família e sua inscrição na memória política local por meio da valorização do 'nome da família', da 'imagem da família' e dos 'feitos da família'. Em segundo lugar, a diferenciação entre os pares, viabilizadas pela familiaridade com o meio, pela sociabilidade com a política e com os políticos na esfera doméstica e pela precocidade do contato com rituais e linguagens que marcam o funcionamento da esfera. E, finalmente, em decorrência destas duas modalidades de trunfos (derivados do reconhecimento e da familiaridade), observa-se acessos (a postos, nominatas, cargos, órgãos, imprensa, etc.) possibilitados pelos vínculos de parentesco que incidem sobre o potencial de trânsito destes agentes no espaço social e político (GRILL, 2004, p.167).

É importante registrar, então, que, dentre as seis mulheres que atingiram o cargo, quatro mobilizam o recurso de parentesco. Este parece ser um indício a mais das dificuldades que esse gênero enfrenta para alcançar espaço político e o quanto capitais convertidos, não ligados ao próprio gênero, tem sido necessários para a conquista dos cargos.

Nessa linha, segundo Araújo (2010), as mulheres tenderiam a entrar mais pela rota do capital familiar. Em estudo sobre as mulheres na esfera política, a autora apresenta dados nos quais nove das 16 mulheres entrevistadas tinham algum parentesco com políticos, principalmente pais ou maridos, e, em menor medida, com irmãos.

As únicas governadoras que não apresentaram laços familiares políticos prévios são: Ana Julia Carepa, do Pará, e Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul. Ambas apresentaram trajetórias políticas consolidadas, com maior experiência que as de Roseana Sarney e de Rosinha Garotinho, por exemplo³. Roseana havia exercido apenas um mandato como deputada federal antes de se tornar governadora, já Rosinha Garotinho nunca havia sido eleita para qualquer cargo, tendo estreado na vida política já na condição de governadora.

Essas duas que não apresentaram vínculos familiares foram notadas carreiras mais longas e diversificadas. A petista Ana Carepa, antes de ocupar o executivo, exerceu cinco mandatos, sendo em duas ocasiões vereadora, depois vice-prefeita, deputada federal e, por último, senadora. Yeda Crusius tinha acumulados em sua carreira política três mandatos na Câmara dos Deputados.

³ Wilma Farias e Rosalba Ciarlini, apesar dos vínculos familiares prévios, chegaram ao governo do estado após uma carreira política destacada, que incluiu ser prefeita, senadora ou deputada federal. Mais comentários, a seguir.

Yeda ainda disputou duas vezes a prefeitura da capital gaúcha, perdendo em ambas as oportunidades.

Tabela 4 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero e por região (Brasil, 1994-2010)

Gênero	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	22	95,7	25	89,3	13	100	14	93,3	11	91,7
Feminino	1	4,3	3	10,7	-	0,0	1	6,7	1	8,3
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	100

Fonte: TSE

Ao serem tomadas as regiões do país para análise, verifica-se que metade das mulheres que chegaram ao cargo pela primeira vez pertence ao Nordeste. Apesar de esta ser a região com maior número de estados, tal fenômeno ocorreu devido ao fato de o Rio Grande do Norte ter elegido duas das três mulheres para o governo estadual: a primeira no pleito de 2002, Wilma de Faria (PSB), e a segunda no de 2010, Rosalba Ciarlini (DEM). As regiões Norte, Sudeste e Sul elegeram cada uma apenas uma mulher nos cinco pleitos estudados. A única região do país que teve 100% de chefes eleitos homens foi o Centro-Oeste, que, mesmo tendo o mesmo número de estados que a região Sudeste e apenas um a mais que o Sul, não elegeu nenhuma mulher, apresentando-se como o território da nação mais restrito para o gênero feminino.

Tabela 5 - Governadores eleitos por gênero e por região (Brasil, 1994-2010)

Gênero	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	34	97,1	39	86,7	20	100	19	95,0	14	93,3
Feminino	1	2,9	6	13,3	-	0,0	1	5,0	1	6,7
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: TSE

Quando a análise não é realizada a partir dos indivíduos que ocuparam o cargo pela primeira (91), e sim considerando quem o alcançou no período (135), o quadro não se altera drasticamente. Porém, como todas as mulheres reeleitas

pertencem ao Nordeste (Roseana, imediatamente em 1998 e novamente em 2010; Wilma Faria, imediatamente em 2006) a diferença se faz notar nessa região, cuja participação feminina cresce para 13,3%. Em contrapartida, em todas as demais regiões há redução em relação ao cômputo anterior: no Norte, passa a 2,9%, no Sudeste a 5% e no Sul a 6,7%. Enfim, fica mais nitidamente marcada a distinção do Nordeste, região na qual houve maior participação feminina, pois de 50%, ela passa a responder por dois terços dos casos nacionais (seis em nove).

Tabela 6 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por gênero e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Gênero	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	14	87,5	40	97,6	31	91,2
Feminino	2	12,5	1	2,4	3	8,8
Total	16	100	41	100	34	100

Fonte: TSE

Tabela 7 - Governadores eleitos por gênero e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Gênero	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	19	82,6	64	98,5	43	91,5
Feminino	4	17,4	1	1,5	4	8,5
Total	23	100	65	100	47	100

Fonte: TSE

Na distribuição por blocos ideológicos dos partidos os dados mostram que os de centro foram os mais restritivos, pois as mulheres representaram apenas de 1,5% a 2,4% dos governadores que se elegeram por legendas desse campo (um caso, Yeda Crusius, pelo PSDB). Há uma pequena diferença quanto aos achados da literatura sobre outros cargos, como os deputados federais, nos quais as mulheres têm mais sucesso em partidos de esquerda (ARAÚJO; ALVES, 2007; ÁLVARES, 2008). Aqui o índice de mulheres nos partidos de direita foi o mais elevado: 12,5%, quando o critério é os indivíduos eleitos, e 17,4%, quando é o dos que chegaram ao cargo pelas urnas, significativamente mais alto do que nos partidos de esquerda (e que varia de 8,5% a 8,8%), ou seja, em termos relativos, o dobro ao serem consideradas 135 situações. Apesar disso, como em termos absolutos são poucas,

está-se falando de quatro mulheres eleitas tanto pela direita quanto pela esquerda, é temerário qualquer generalização.

Enfim, a partir das informações coletadas, pode-se destacar que alguns aspectos foram mais importantes para mulheres do que para os homens no sucesso de uma candidatura ou eleição. Essas mulheres analisadas tenderam a entrar por conta do parentesco com políticos – seus maridos e seus pais – mais do que os homens. Capital familiar ou político é fundamental para o grupo feminino que deseja ter sucesso na política, ou seja, elas dependeram mais de fortes vínculos com as lideranças partidárias, de aportes pessoais, de já terem exercido um cargo político ou de terem alguma experiência política prévia (ARAÚJO, 2010).

Pode ser notado que o capital familiar foi de extrema importância, tal como destacado anteriormente: quatro das seis eleitas apresentaram algum laço familiar com figuras políticas, seja através do capital político herdado do pai ou do marido. Naquelas que não apresentaram relações de parentesco com algum político, notou-se uma trajetória política mais configurada, com acúmulo de cargos e alguns degraus necessários antes do ingresso no governo do estado.

Contudo, é necessário ressaltar que nem todas que detinham posse do capital familiar obtinham somente este tipo de capital, sendo inexperientes ou novatas. Um exemplo é Rosalba Ciarlini: apesar de vir de uma família tradicional na política do Rio Grande do Norte, antes de se tornar governadora, ela foi três vezes prefeita de Mossoró, bem como senadora. Ou seja, para três das quatro que se utilizaram do capital político familiar, ele foi importante para o ingresso na carreira política, mas o acesso ao cargo de governadora foi obtido após uma trajetória política mais ampla. Ao inverso, no caso de Rosinha Garotinho esse capital político familiar foi fundamental, pois o início da carreira coincide com a conquista do governo estadual.

3.2 Faixa etária

O segundo atributo corresponde à idade dos governadores ao chegarem ao cargo. Grande parte dos estudos sobre perfil revela que há uma baixa incidência das camadas jovens da população e também dos idosos dentre os políticos. Normalmente, aqueles que conquistam cargos eletivos encontram-se na faixa dos

40-55 anos, visto que ao atingirem esta idade os indivíduos já acumularam experiências com as funções do campo político, tendo também adquirido reconhecimento por parte dos eleitores.

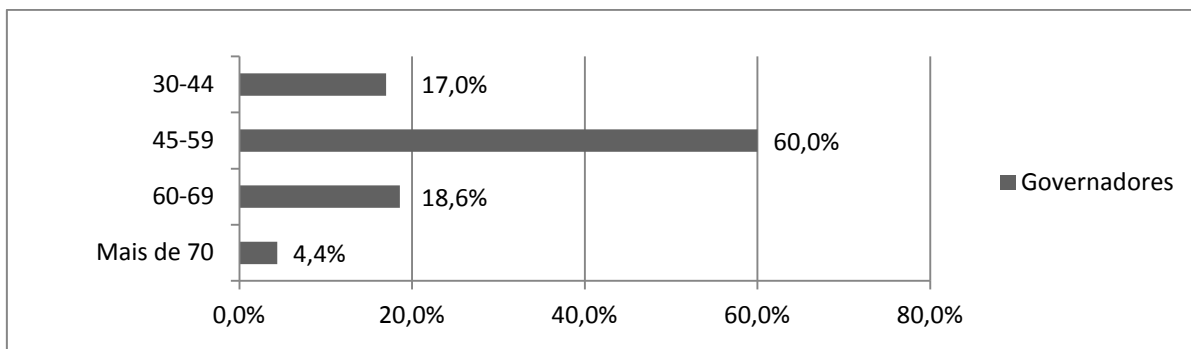
Ressalva-se que, conforme o cargo almejado, a legislação eleitoral estipula uma idade mínima para que o candidato possa concorrer. O cargo com a menor idade limite é o de vereador, o qual pode ser obtido por quem têm 18 anos completos até a data da posse. Subsequentemente, os cargos de prefeito e de vice-prefeito, de deputado federal e de deputado estadual ou distrital exigem 21 anos completos. A cadeira de governador, por sua vez, está disponível apenas para os maiores de 30 anos, assim como a de vice-governador. E, finalmente, os cargos em que a legislação exige a maior idade são os de presidente, de vice-presidente da República e de senador (35 anos). Portanto, ao se fazer comparações a respeito deste atributo dos políticos é preciso estar atento a esta particularidade.

Antes de apresentar os dados, é importante destacar que, nesse quesito, há a expectativa de que as diferenças entre os critérios considerados para construir os perfis dos governadores sejam maiores, pois ao se reeleger o indivíduo estará, no mínimo, quatro anos mais velho do que ao chegar ao cargo pela primeira vez. Como as categorias utilizadas são: 30 a 44 anos, 45 a 59 anos, 60 a 69 e 70 anos ou mais, entre uma eleição e outra ele pode ter mudado de categoria. Como exemplo: há casos de indivíduos eleitos em 1994 e que retornaram ao cargo em 2010, um intervalo de 12 anos. Assim, o critério que considera 135 casos (quem foi eleito para o cargo, o que inclui os casos de reeleição imediata ou medida) terá sempre potencialmente maior incidência de indivíduos de faixa etária mais elevada do que o que considera 91 casos (quem ocupou o cargo pela primeira vez).

Tabela 8 - Governadores eleitos por faixa etária (Brasil, 1994-2010)

Faixa etária	Indivíduos	%	Vagas	%
30-44	20	22,0	23	17,0
45-59	52	57,1	81	60,0
60-69	15	16,5	25	18,5
+ 70	4	4,4	6	4,4
Total	91	100	135	99,9

Fonte: TSE



Fonte: TSE

Gráfico 2 - Governadores eleitos por faixa etária (Brasil, 1994-2010)

Os dados do estudo a respeito dos governadores concordam com a literatura, como se pode verificar na tab. 8. A maior incidência ocorre na faixa etária dos 45 a 59 anos (57,1% a 60%, conforme o critério). O índice dos mais novos, os que têm entre 30 e 44 anos, é de 17% no critério de ocupantes pelas urnas das 135 vagas e de 22%, se forem considerados o dos indivíduos eleitos pela primeira vez. Tanto em um caso quanto no outro, o índice está próximo aos 16,5% a 18,5% daqueles mais velhos, na faixa dos 60-69 anos. Aqueles com idade igual ou superior a 70 anos são os que menos se elegeram, apenas 4,4% (nos dois critérios).

Embora o posto de vereador seja o mais disponível aos mais jovens, a incidência deles neste cargo e no campo político em geral ainda é baixa. Seria possível constatar maior diversidade de perfis sociais nos vereadores, por se tratar de uma porta de entrada para a vida política (NOLL; LEAL, 2008), mas, ainda assim, dificilmente encontra-se um número de candidatos jovens e/ou de idosos que supere os índices da faixa dos que possuem 40-60 anos. Conforme Kerbaux (2005), a maioria dos vereadores eleitos no Brasil em 2000 e em 2004 está na faixa de 30 a 40 anos e de 40 a 50 anos. Leal (2010) encontrou a mesma informação no caso dos vereadores do Rio Grande do Sul eleitos em 2004: eles tinham majoritariamente (39,6%) entre 41 e 50 anos. Uma das justificativas da elevada representação de indivíduos nesta faixa pode se dar pelo fato de “[...] supostamente o indivíduo já ter adquirido maturidade e estabilidade, o que lhe garante tempo, disponibilidade e capacidade de decisão maior para ingresso na disputa política” (MARQUES, 2007, p.111).

Por fim, lembra-se que, apesar de o cargo de governador exigir candidaturas para indivíduos que tenham 30 anos quando da posse – nove anos a mais do que para o cargo de deputado federal, por exemplo –, os índices entre as duas categorias se equivalem. Conforme apontado em estudos sobre a Câmara dos Deputados no Brasil, a faixa etária que predomina também se situa entre os 45-59 anos.

Tabela 9 - Média de idade dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Eleição	Média
1994	52,6
1998	54,6
2002	50,5
2006	52,6
2010	53,7
Média Geral	52,8

Fonte: TSE

A média geral da idade dos governadores corresponde a 52,8 anos. Na análise por pleitos, não houve nenhuma disparidade considerável, tendo 2002 como aquele pleito em que se elegeram os governadores com menor média de idade (50,5 anos), e o realizado em 1998, como o de maior (54,6 anos).

Tabela 10 - Média de idade dos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)

Eleição	Média
Norte	51,7
Nordeste	53,0
Centro-Oeste	51,7
Sudeste	52,7
Sul	55,6
Média Geral	52,8

Fonte: TSE

Quando os dados são distinguidos por região do país também se verifica que a média de idade não sofre fortes variações, tendo a região Norte apresentado a menor média de idade dos eleitos (51,7 anos) e a região Sul, a maior (55,6 anos). É digno de destaque a relativa homogeneidade da média de idade dos governadores, que pouco varia entre os pleitos e entre as regiões.

Na mesma medida, pode-se evidenciar que, apesar de a idade mínima exigida para o cargo de governos ser mais elevada em comparação aos demais cargos (como prefeito, deputado e vereador), ainda assim a média de idade dos que se elegem é alta, quando comparada a esse patamar mínimo. Araújo (2009) observou o mesmo em relação ao Senado: a média encontrada pelo autor é de 58 anos para os senadores, enquanto a idade mínima é 35 anos, reflexo da expectativa de que esses cargos sejam atingidos por pretendentes maduros e, preferencialmente, com uma trajetória rica em experiências políticas. Para o governo estadual e o senado, conforme o mesmo autor, a média de idade dos eleitos foi de 22 anos a mais que a idade mínima estipulada pela legislação eleitoral no Brasil.

Tabela 11 - Governadores eleitos por faixa etária e por pleito (Brasil, 1994-2010)

Faixa etária	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
30-44	6	22,2	1	3,7	9	33,3	6	22,2	1	3,7
45-59	15	55,6	19	70,4	12	44,4	14	51,9	21	77,8
60-69	4	14,8	6	22,2	6	22,2	5	18,5	4	14,8
+ 70	2	7,4	1	3,7	-	-	2	7,4	1	3,7
Total	27	100	27	100	27	99,9	27	100	27	100

Fonte: TSE

Na distribuição dos dados pleito a pleito os índices nas faixas não apresentam a mesma uniformidade, contudo, sem fugir ao índice geral. Vale salientar que a presença dos mais jovens obteve algumas oscilações, mas de 2002 para o pleito de 2010 ela se reduziu significativamente: aqueles que se encontravam na faixa dos 30-44 anos caíram de 33,3% no pleito de 2002 para 22,2% em 2006, e drasticamente para 3,7% em 2010, o que equivale a apenas um indivíduo.

A faixa da meia idade (45-59 anos) apresentou índices crescentes, apesar da oscilação em 2002: subiu de 55,6% em 1994 para 70,4% no pleito seguinte, caiu em 2002 para 44,4%, mas voltou a subir em 2006, tendo chegado a 51,9% e atingido o recorde de 77,8%, em 2010. As duas faixas que mantiveram índices mais estáveis ao longo dos cinco pleitos analisados foram os de mais idade, tendo a faixa de 60-69 anos respondido por 14,8% a 22,2% no período.

Tabela 12 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por faixa etária e por região (1994-2010)

Faixa etária	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
30-44	7	30,4	6	21,4	2	15,4	3	20,0	2	16,7
45-59	12	52,2	17	60,7	9	69,2	8	53,3	6	50,0
60-69	3	13,0	3	10,7	1	7,7	4	26,7	4	33,3
+70	1	4,3	2	7,1	1	7,7	-	-	-	-
Total	23	99,9	28	99,9	13	100	15	100	12	100

Fonte: TSE

Na comparação por regiões algumas diferenças puderam ser mais perceptíveis. A região Norte foi a mais acessível aos mais jovens, pois 30,4% dos indivíduos eleitos tinham entre 30 e 44 anos. Nordeste (21,4%) e Sudeste (20%) aparecem na sequência, mas a uma boa distância. Por fim, figuram o Sul (16,7%) e o Centro-Oeste (15,4%). Porém, é justamente desta região que vem o governador mais jovem a conquistar a cadeira no período estudado, Marconi Ferreira Perillo Júnior. Com 35 anos, o tucano elegeu-se em Goiás, no segundo turno das eleições de 1998, ao derrotar o rival Íris Resende.

Por sua vez, o político mais veterano a ser governador foi José Wilson Siqueira Campos, de Tocantins, estado pertencente à região Norte. Na eleição de 2010, aos 82 anos, ele foi eleito para o seu quarto mandato à frente daquele estado. Logo a seguir aparece Miguel Arraes, que foi eleito para dirigir Pernambuco, em 1994, aos 78 anos.

O Sul é a região que privilegia aqueles mais experientes, já que foi uma das que menos escolheu indivíduos de menor faixa etária, bem como apresentou o maior índice dos que tinham mais de 60 anos (33,3%). Nesse quesito, ela é seguida pelo Sudeste, com 26,7%. As demais regiões ficam bem distantes nessas faixas etárias: Centro-Oeste 7,7%, Nordeste 10,7% e Norte 13%.

Centro-Oeste e Nordeste elegeram mais governadores de meia idade: 69,2% e 60,7%, respectivamente, tinham entre 45 e 59 anos. Os mais experientes, com 70 anos ou mais, encontram-se em três das cinco regiões do país e foram: 7,7% na Centro-Oeste e 7,1% na Nordeste e 4,3 na Norte, o que revela estas mais abertas e acessíveis aos mais novatos e aos mais velhos.

Tabela 13 - Governadores eleitos por faixa etária e por região (Brasil, 1994-2010)

Faixa etária	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
30-44	7	20,0	8	17,8	3	15,0	3	15,0	2	13,3
45-59	20	57,1	30	66,7	13	65,0	12	60,0	6	40,0
60-69	5	14,3	5	11,1	3	15,0	5	25,0	7	46,7
+ 70	3	8,6	2	4,4	1	5,0	-	-	-	-
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: TSE

Quando a distribuição por região é calculada sobre os 135 governadores eleitos no período, o cenário se distingue sensivelmente em comparação a aquele apresentado acima, que observa a faixa etária dos indivíduos que se elegeram pela primeira vez ao cargo. Como esperado, a participação dos de menor idade se reduz e, embora o patamar máximo continue a ser atingido no Norte, ele passou a ser de 20%. Reduziu-se, ainda, a distância em relação ao Nordeste, que continua em segundo lugar (17,8%), enquanto Centro-Oeste, Sudeste e Sul se aproximam (13,3% a 15%). Aliás, o Sul passa para o último lugar nessa faixa etária. O Norte também passa a liderar dentre a participação dos mais idosos (mais de 70 anos), que atingem 8,6%.

Com 66,7% e 65%, respectivamente, Nordeste e Centro-Oeste continuam a ser as regiões que elegeram mais governadores de meia idade (45-69 anos), mas invertem as posições em comparação ao critério anterior. Os mais experientes, com 70 anos ou mais acima continuam a encontrar-se em três das cinco regiões do país e são: 8,6% na região Norte, 5% na Centro-Oeste e 4,4% na Nordeste.

Tabela 14 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por faixa etária e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Faixa Etária	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
30-44	3	18,8	7	17,1	10	29,4
45-59	11	68,8	21	51,2	20	58,8
60-69	2	12,5	10	24,4	3	8,8
+ 70	-	-	3	7,3	1	2,9
Total	16	100,1	41	100	34	99,9

Fonte: TSE

No quesito distribuição por idade dos indivíduos eleitos governador entre os blocos ideológicos dos partidos, há diferenças a registrar. Os de esquerda foram os mais receptivos aos mais novos, pois 29,4% tinham entre 30 e 44 anos contra 18,8% nos de direita e 17,1% nos de centro. Por sua vez, os de centro elegeram os mais veteranos: 31,7% tinham 60 anos ou mais. Nos de direita, a mesma faixa etária atinge 12,5% e nos de esquerda, 11,7%.

Contudo, nos três blocos a maioria encontra-se na faixa da meia-idade, que corresponde a 45 e 59 anos. O percentual varia de 51,2% nos de centro a 68,8% nos de direita.

Tabela 15 - Governadores eleitos por faixa etária e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Faixa etária	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
30-44	2	9,1	11	16,7	10	21,3
45-59	15	68,2	33	50,0	33	70,2
60-69	4	18,2	19	28,8	2	4,3
+ 70	1	4,5	3	4,5	2	4,3
Total	22	100	66	100	47	100,1

Fonte: TSE

O mesmo quesito apresenta variações em relação ao critério anterior, ao considerar as 135 vagas ocupadas no período. O de esquerda continua a ser o mais receptivos aos mais novos, pois 21,3% tinham entre 30 e 44 anos de idade contra 16,7% nos de centro e 9,1% nos de direita – o bloco que mais varia entre todos nessa faixa etária. Por sua vez, os de centro e os de direita elegeram os mais veteranos: 28,8% nos primeiros e 18,2% nos segundos estavam na faixa etária de 60 a 69 anos. A maioria encontra-se na faixa da meia-idade. Nos três blocos o percentual varia de 50% nos de centro a 70,2% nos de esquerda, índice semelhante aos de direita (68,2%).

3.3 Grau de instrução

O terceiro atributo da análise do perfil social dos governadores refere-se ao grau de instrução ou de escolaridade, sendo esta uma das questões mais presentes em estudos sobre a composição social da classe política. A literatura sobre o tema traz índices que não condizem com o grau de escolarização da população em geral, ou seja, grande parte da elite política brasileira é constituída por indivíduos altamente escolarizados. Logo, os dados revelam que os indivíduos que possuem o ensino superior completo são largamente sobre-representados em relação aos que detêm escolaridade inferior (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009).

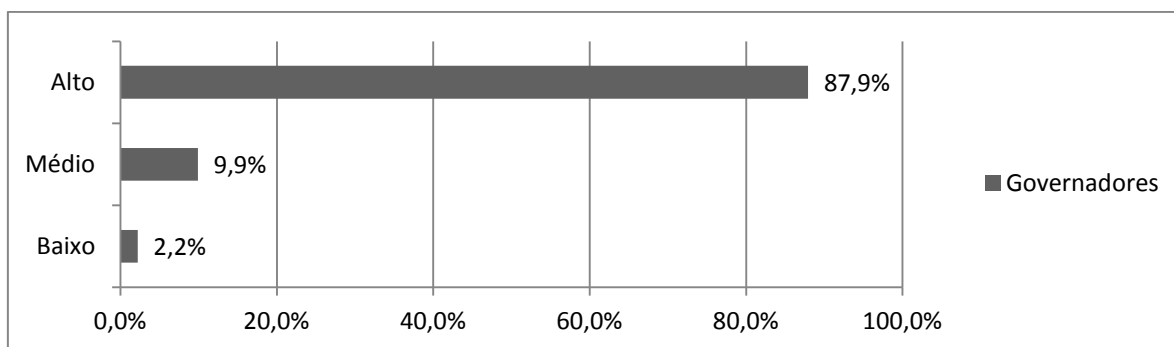
A educação superior se mostra, assim, uma das mais importantes credenciais para o acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais. No caso do Brasil, esta não é uma peculiaridade do período atual, pois

Joseph Love revela que ter curso superior era uma credencial necessária para fazer parte da elite paulista durante a Primeira República (LOVE, 1982); Carvalho mostra que a educação era o principal meio de socialização e recrutamento das elites políticas imperiais (CARVALHO, 2003); Fleischer discute a importância da educação para o recrutamento parlamentar no Brasil, de 1946 a 1967 (FLEISCHER, 1976, 1981) (PERISSINOTTO; COSTA, 2007, p.77).

Tabela 16 - Governadores eleitos por grau de instrução (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	Indivíduos	%	Vagas	%
Alto	80	87,9	116	85,9
Médio	9	9,9	16	11,9
Baixo	2	2,2	3	2,2
Total	91	100	135	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
Fonte: TSE



Fonte: TSE

Gráfico 3 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução (Brasil, 1994-2010)

Como se percebe, não faz muita diferença considerar os indivíduos que chegaram pela primeira vez ao cargo no período em análise ou quem foi eleito no mesmo recorte temporal. Nos dois casos, há o predomínio do ensino superior: esta escolaridade corresponde a praticamente 88% no primeiro modo de contabilizar os dados e a praticamente 86% no segundo. Apenas 11 dos 91 indivíduos não concluíram um curso superior ou 19 dos que ocuparam as 135 vagas existentes no período.

Em termos percentuais, é muito recorrente encontrarmos índices acima dos 70% de políticos portadores de diplomas universitários (RODRIGUES, 2002). Ao estudar o nível de escolaridade dos deputados no Brasil, “Santos nos informa que durante a década de 1987-1999, 84,8% dos deputados federais possuíam ensino superior” (PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009, p.292). Índice semelhante para as eleições seguintes, nas quais Rodrigues (2002, p.99) apresenta resultados para as legislaturas iniciadas em 1999 e em 2003 de 82% dos deputados que tinham “algum diploma superior”.

Ao se sair da Câmara dos Deputados, os percentuais seguem equivalentes. Ao observar-se o nível de escolaridade dos 26 prefeitos eleitos nas capitais brasileiras em 2008, 21 deles tinham diploma de curso superior, o que corresponde a 80% deste universo (FELISBINO, 2009). Para o Senado, os dados encontrados por Araújo (2009) são ainda mais expressivos: cerca de 90% dos senadores titulares que atuaram no período analisado pelo autor detém curso superior completo. De modo convergente, Neiva e Izumi (2012) apontam 88,7% para os senadores eleitos de 1986 a 2006, enquanto Costa (2010), 87,6% no mesmo recorte temporal. Lemos

e Ranincheski (2008) indicam percentuais de 95% a 98% para os senadores eleitos em 1990, 1994 e 1998.

Na perspectiva de Bolognesi (2009), o elevado número de indivíduos com alto nível de instrução pode ser explicado mais pelo fato da maior oferta de candidatos com tal nível do que propriamente pela demanda, pois são os mais bem dotados de capital cultural que desejam ingressar na carreira política. Uma das justificativas do reduzido número de candidatos com baixa escolaridade que desejam ingressar na carreira política se dá pelo fato de faltar-lhes intimidade com a língua culta e também ausência de capital cultural socialmente legítimo.

Na visão de Freire (2001), seriam os selecionadores de candidatos que escolheriam os mais escolarizados, pois o campo político é um terreno onde é exigido forte domínio da palavra e formação técnica. Igualmente, para Ranney (1965) e para Norris e Lovenduski (1995) (apud BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009), a tendência para a alta presença de pessoas com elevada escolaridade em disputas eleitorais pode ser explicada como sendo uma questão da *demand*a dos selecionadores de candidatos, ou seja, os responsáveis pelo recrutamento dão preferência àqueles mais escolarizados, pois estes denotariam mais habilidade, capacidade e prestígio social. Contudo, também seria uma questão de *oferta*, notando-se baixos os índices daqueles menos escolarizados que procuram este segmento como alternativa profissional.

Apesar da grande importância do capital escolar para os postulantes, isto não foi impedimento para que aqueles com escolaridade mais baixa se elessem, como os casos de: Ivo Cassol, de Rondônia, em 2002, que não possuía nem o ensino fundamental completo, e Orleir Cameli, do Acre, eleito em 1994 e cuja escolaridade era o fundamental completo.

Tabela 17 - Governadores eleitos por grau de instrução e por pleito (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto	25	92,6	24	88,9	21	77,8	22	81,5	24	88,9
Médio	1	3,7	3	11,1	5	18,5	4	14,8	3	11,1
Baixo	1	3,7	-	-	1	3,7	1	3,7	-	-
Total	27	100	27	100	27	100	27	100	27	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)

Fonte: TSE

Na distribuição a partir dos pleitos nota-se uma queda no índice daqueles detentores de elevada escolaridade de 1994 a 2002. O percentual, que começou com 92,6%, diminuiu para 88,9% em 1998 e, no pleito seguinte, reduziu-se ainda mais, ficando em 77,8%. Contudo, o que poderia se tornar uma tendência não se confirmou na sequência. As duas últimas eleições apresentaram justamente o contrário: em 2006 e em 2010, os índices se elevaram novamente, tendo passado a 81,5% e depois a 88,9%, respectivamente, reforçando a alta escolaridade como importante credencial para o acesso ao posto de governador estadual.

Tabela 18 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução e por região (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto	18	78,3	26	92,9	12	92,3	13	86,7	11	91,7
Médio	3	13,0	2	7,1	1	7,7	2	13,3	1	8,3
Baixo	2	8,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
Fonte: TSE

De acordo com as regiões do país, os dados apresentaram algumas particularidades. A primeira é que a Norte foi a mais acessível aos de menor capital escolar (cinco dos 23 governadores que se elegeram pela primeira vez não tinham ensino superior completo). Os dois governantes com a menor escolaridade dentre todos se encontram nesta região, os já citados Ivo Cassol (Rondônia) e Orleir Cameli (Acre). A outra particularidade fica por conta da região Nordeste, que foi aquela com o maior índice dos detentores de alta escolaridade (92,9%), ao lado do Centro-Oeste, porém com maior número de casos. Este foi o território mais restrito aos de baixa escolaridade, demonstrando a predominância dos que possuem curso superior completo: de 28 indivíduos, 26 tinham curso superior completo ou mais.

Na comparação com os senadores, verificam-se distinções, embora as diferenças entre as regiões não sejam intensas, conforme o levantamento realizado por Costa (2010). Este autor identificou a região Sudeste como a que reuniu mais senadores com curso superior nas eleições de 1986 a 2006, seguida pelo Nordeste. O Norte, que aparece em último lugar nos dados desta dissertação, bem distante das demais, figura em terceiro lugar nesse quesito dentre os senadores.

Tabela 19 - Governadores eleitos por grau de instrução e por região (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto	25	71,4	41	91,1	18	90,0	18	90,0	14	93,3
Médio	7	20,0	4	8,9	2	10,0	2	10,0	1	6,7
Baixo	3	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
 Fonte: TSE

Quando o quadro é observado não pelos indivíduos eleitos pela primeira vez, e sim pelos 135 que foram eleitos para o cargo, o cenário pouco se altera. A diferença mais sensível é na região Norte, que já apresentava o menor índice de governadores com nível superior do país (78,3%) e agora cai ainda mais (para 71,4%), enquanto o nível médio cresce para 20%. Nas demais regiões, a variação é mínima e pouco significativa.

Tabela 20 - Grau de instrução do eleitorado por região (Brasil, 2010)

Grau de instrução	Norte	Nordeste	C-Oeste	Sudeste	Sul
Alto	2,1	2,0	4,4	4,9	4,3
Médio	12,2	10,8	17,7	19,0	17,2
Baixo	85,6	87,1	77,9	78,3	78,3
Não Informado	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2
Total	100	100	100	100	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
 Fonte: TSE (2012)

Ao se observar o grau de escolaridade do eleitorado brasileiro em 2010, Norte e Nordeste apresentaram apenas 2% da população com nível superior completo, o que contrasta bastante com a composição política dos governadores dessas regiões. O maior percentual de diplomados no país reside na região Sudeste que, apesar disso, tem apenas 4,9%. As regiões Sul e Centro-Oeste chegam a 4,3%. Enfim, o contraste é muito nítido entre o perfil de escolaridade da população e dos governadores eleitos, mas ele é mais forte naquelas em que a escolaridade dos cidadãos é menor.

Tabela 21 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por grau de instrução e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Alto	12	75,0	40	97,6	28	82,4
Médio	3	18,7	-	-	6	17,6
Baixo	1	6,3	1	2,4	-	-
Total	16	100	41	100	34	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
 Fonte: TSE

Tabela 22 - Governadores eleitos por grau de instrução e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Grau de instrução*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Alto	17	77,3	63	95,5	36	76,6
Médio	4	18,2	2	3,0	10	21,3
Baixo	1	4,5	1	1,5	1	2,1
Total	22	100	66	100	47	100

* Alto (Superior completo); Médio (Ensino Médio completo e Superior incompleto); Baixo (até Ensino Médio incompleto)
 Fonte: TSE

No que se refere à distribuição de escolarizados por bloco ideológico dos partidos, a literatura revela que as legendas da direita têm a tendência de recrutar cidadãos com capital escolar mais elevado, enquanto os da esquerda, principalmente o PT, dariam mais oportunidades a indivíduos com menor escolaridade (RODRIGUES, 2002; MARQUES, 2007; BOLOGNESI, 2009).

Isso foi percebido neste estudo: entre 17,6% e 23,4% (a depender do critério) dos governadores eleitos por partidos de esquerda não tinham diploma de curso superior. Os partidos classificados como de centro são os que elegeram governadores com o maior índice de escolaridade alta (97,6% ou 95,5%), enquanto os de direita atingiram 77,3% ou 75%, praticamente o mesmo índice da esquerda (76,6% ou 82,4%). Aqueles com escolaridade baixa foram os mais preteridos em todos os blocos ideológicos, pois apenas um governador por cada bloco se elegeu com escolaridade baixa.

3.4 Profissão de origem

O último atributo de investigação do trabalho relativo ao perfil social corresponde à ocupação profissional dos governadores. Serão consideradas para a pesquisa as atividades exercidas antes do ingresso na carreira política e também outras atividades profissionais exercidas durante os mandatos, pois algumas podem ser conciliadas com a atividade política.

É preciso lembrar que alguns trabalhos destacam a presença do político profissional, mas não demonstram a atividade de origem deles. Apesar de alguns indivíduos declararem à Justiça Eleitoral a política como profissão principal, este trabalho se assemelha à tipologia adotada por Rodrigues (2002), logo, a fim de captar a profissão de origem, não considerou a política como profissão, embora essa seja a atividade principal dessas personagens, como foi largamente explorado no capítulo 1. Além de não permitir captar a origem profissional, considerar a política como profissão traria um problema: o fato de nem todos os “políticos” se declararem como tal, e a identificação das atividades decorre da profissão declarada, não daquela efetivamente exercida.

As profissões foram agregadas em 11 categorias, na tentativa de minimizar a grande dispersão daquelas declaradas à Justiça Eleitoral e daquelas encontradas nas biografias dos governadores⁴. Foram consideradas mais de uma para aqueles que declararam mais de uma atividade. Sendo assim, os dados apresentados correspondem a um universo maior do que 91 profissões (uma por indivíduo eleito pela primeira vez), e sim a 144, pois em 37 casos os políticos tinham duas profissões e em oito eles exerciam três diferentes atividades. Quando o cálculo é realizado sobre 135 governadores eleitos no período, a quantidade de profissões chega a 217.

Porém, tanto em uma situação quanto na outra a participação percentual dessas profissões foi calculada sobre o total de casos (91 ou 135), de modo que a soma desses percentuais ultrapassa largamente 100%. Adotou-se tal procedimento porque a intenção é saber o percentual de indivíduos eleitos pela primeira vez ou

⁴ Esse é um obstáculo comum às pesquisas que tratam dessa variável. De modo semelhante, Neiva e Izumi (2012, p.178) anotam que “uma das maiores dificuldades para quem trabalha com perfil de parlamentares é definir as categorias agregadoras de profissão/ocupação ou de formação acadêmica, haja vista a sua enorme variedade nas sociedades modernas. Marengo e Serna (2007) identificaram um total de 33 ocupações ao estudarem a composição social dos deputados chilenos, uruguaios e brasileiros”.

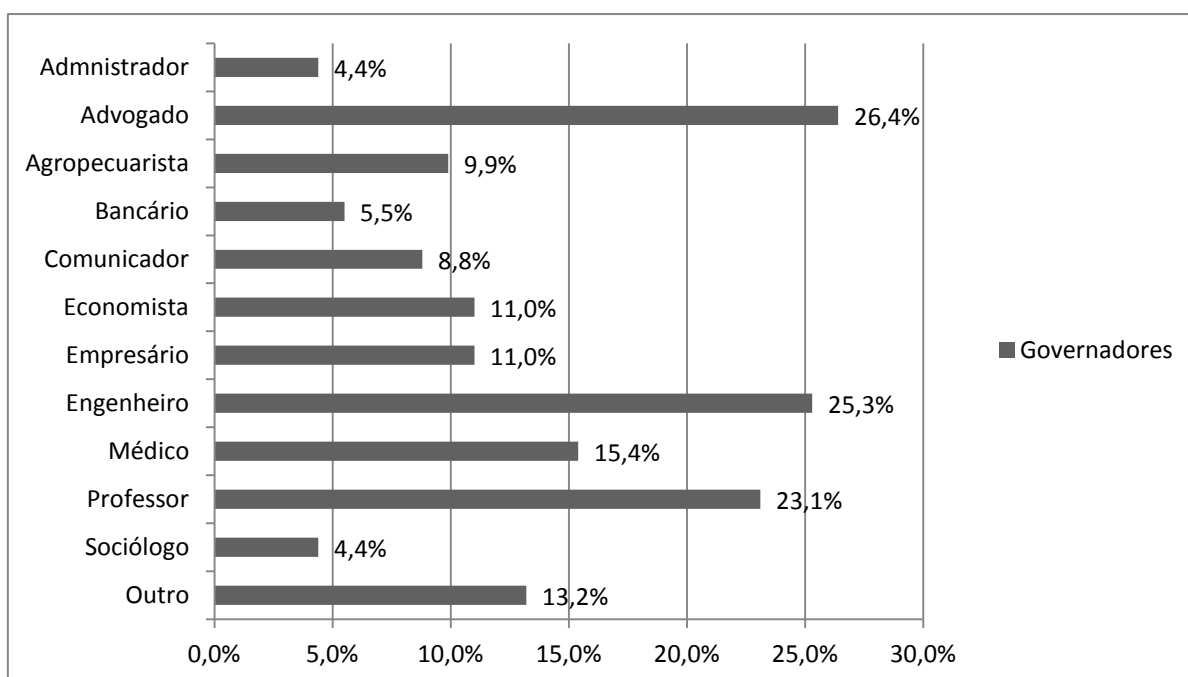
eleitos para o cargo no período que declararam estarem vinculados a esta atividade profissional, seja ela qual for, e o grau de difusão dessa atividade no universo pesquisado.

Tabela 23 - Governadores eleitos por profissão (Brasil, 1994-2010)

Profissão	Indivíduo	%	Vaga	%
Administrador	4	4,4	5	3,7
Advogado	24	26,4	34	25,2
Agropecuarista	9	9,9	15	11,1
Bancário	5	5,5	8	5,9
Comunicador	8	8,8	13	9,6
Economista	10	11,0	17	12,6
Empresário	10	11,0	18	13,3
Engenheiro	23	25,3	34	25,2
Médico	14	15,4	18	13,3
Professor	21	23,1	28	20,7
Sociólogo	4	4,4	8	5,9
Outros	12	13,2	19	14,1
Total	144	-	217	-

Indivíduo (N=91); Vaga (N=135)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 4 - Governadores eleitos por profissão (Brasil, 1994-2010)

O primeiro ponto a destacar é que não há diferenças marcantes na incidência das profissões entre os governadores, sejam eles considerados a partir do critério de acesso pela primeira vez ao cargo no período, sejam conforme aqueles que foram eleitos para o posto. Logo, pode-se inferir que não houve atividade profissional específica a garantir acesso à reeleição ou o retorno ao cargo.

Conforme esperado, a profissão mais comum dos governadores analisados foi a de advogado, que atingiu um quarto dos universos considerados (26,4% dos eleitos pela primeira vez, 25,2% dos que ocuparam o cargo). Os membros vindos do Direito são quase sempre maioria na classe política, tanto no Brasil quanto em outros países. Na síntese de Neiva e Izumi (2012, p.174), como é sobejamente destacado pela literatura internacional,

as justificativas apresentadas para a sua forte presença são: a familiaridade com a lei, com as regras constitucionais e com a administração do Estado; a experiência com o uso da palavra; a prática da negociação e da conciliação; a facilidade para voltar a exercer a profissão – no caso de perderem o cargo político.

Ainda assim, não é exclusividade de cargos executivos. Em estudo de Santana (2008) sobre os deputados de quatro países (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) há a predominância de cursos como: Administração, Direito, Engenharia, Medicina, Economia e cursos ligados à área da educação. A formação dos parlamentares em Direito foi a profissão que sobressaiu nos quatro países, chegando a um percentual de aproximadamente 35%.

Neiva e Izumi (2012) encontraram uma participação semelhante dentre os senadores brasileiros eleitos entre 1986 e 2006: 37,9% tinham formação superior em direito. No mesmo recorte, Costa (2010) indica 33,9% de participação dos graduados nesse curso superior.

A segunda categoria que mais elegeu governadores foi a dos engenheiros, tendo respondido por praticamente a mesma fatia que a dos formados em direito (um quarto do total ou 25,3% e 25,2%, respectivamente). Alguns indivíduos deste segmento iniciaram a trajetória na política na condição de secretário de obras da sua região, o que pode contribuir para que seja encontrado este índice elevado da categoria na classe política, tais como os governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e do Paraná, Carlos Alberto (Beto) Richa. O perfil “técnico” que a

ditadura militar procurou implantar nesse cargo também pode ter contribuído para esse cenário (SANTOS, 1971; ABRUCIO; SAMUELS, 1997).

Também foi notada a presença dos médicos. Estes, ocupando postos de secretários de saúde, certamente acumulam capital político para construir uma carreira política, dentre eles: André Puccinelli (2006 e 2010), de Mato Grosso do Sul; Lúcio Alcântara (2002), do Ceará; e Confúcio Moura (2010), de Rondônia. Outro setor que também é bastante representado na classe política são os profissionais da educação. Ao menos 21 (23,1%) dos 91 governadores eleitos pela primeira vez exerciam a função de professores⁵, o que vai de acordo com a literatura a respeito do tema. Setores que também tiveram representação, mas em menor medida, foram: empresários, agropecuaristas, economistas e aqueles da área da comunicação.

Enfim, o quadro confirma a presença das “profissões para a política”, seguindo a expressão de Rodrigues (2002), isto é, aquelas que a literatura aponta como as mais frequentes nos parlamentos ou entre os políticos (advogados, médicos, engenheiros, funcionários públicos, professores, empresários e sindicalistas).

Tabela 24 - Governadores eleitos por profissão e por pleito (Brasil, 1994-2010)

Profissão	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Administrador	2	7,4	2	7,4	1	3,7	-	-	-	-
Advogado	9	33,3	9	33,3	6	22,2	4	14,8	6	22,2
Agropecuarista	2	7,4	2	7,4	3	11,1	4	14,8	4	14,0
Bancário	-	-	2	7,4	3	11,1	3	11,1	-	-
Comunicador	3	11,1	2	7,4	4	14,8	3	11,1	1	3,7
Economista	2	7,4	2	7,4	4	14,8	6	22,2	3	11,1
Empresário	5	18,5	6	22,2	3	11,1	2	7,4	2	7,4
Engenheiro	6	22,2	9	33,3	8	29,6	6	22,2	5	18,5
Médico	3	11,1	2	7,4	2	7,4	3	11,1	8	29,6
Professor	4	14,8	5	18,5	7	25,9	6	22,2	6	22,2
Sociólogo	3	11,1	2	7,4	1	3,7	-	-	2	7,4
Outros	4	14,8	3	11,1	5	18,5	5	18,5	2	7,4
Total	43	-	46	-	47	-	42	-	39	-

1994, 1998, 2002, 2006, 2010 (N=27)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

⁵ No critério de ocupantes do cargo, o número absoluto vai a 28, mas em termos relativos passa a 20,7%.

Na análise por pleitos vale pontuar que, apesar de os advogados terem sido a categoria que mais elegeu governadores, houve uma queda significativa dos anos 1990 para os anos 2000. Nas eleições de 1994 e de 1998, eles compunham a categoria mais presente, elegendo nove governadores com este vínculo profissional, o que corresponde a um terço do total de eleitos em cada disputa. Nos pleitos de 2002 e de 2010, o percentual se reduziu para 22,2%. O pior desempenho, embora significativo, foi em 2006, quando a categoria representou 14,8% do universo. Nas três últimas eleições os advogados não constituíram a profissão majoritária.

Tal situação encontra respaldo no caso do Senado brasileiro, conforme indicam os dados de Neiva e Izumi (2012): de 47% em 1995, eles caíram para 27% em 2007. Da mesma forma, tal movimentação ocorreu no panorama internacional:

na Alemanha, Wessel (1997) verificou que não existe mais o monopólio do Direito no poder Legislativo: a proporção de indivíduos com essa formação caiu de 50% para 30%, no período compreendido entre os anos 1960 e os anos 1980. [...] Na França, os formados em Direito diminuíram a sua participação de 29% em 1898 para 24% no período entre guerras e para 13% na Quarta República, instaurada em 1946. Na Itália, ocupavam 42% das cadeiras de deputados no início dos anos 1920, caindo para 21% no início dos anos 1960 (PATTERSON, 1968) (NEIVA; IZUMI, 2012, p.175).

Outro segmento que teve mais sucesso nos anos 1990 e depois elegeu um número menor de representantes nos seguintes foi o dos empresários. Assim como os advogados, estes atingiram o ápice nas eleições de 1994 e de 1998, com 18,5% e 22,2%, respectivamente. No pleito de 2002, a queda foi pela metade, para 11,11%, estabilizando-se em 7,4% nas duas eleições posteriores.

Por outro lado, aqueles que tiveram menor sucesso nos anos 1990 e que cresceram nos anos 2000 foram os professores. Nas primeiras eleições, a categoria atingiu o máximo de 18,5%. Já naquelas correspondentes ao período de 2002 até 2010, o melhor desempenho foi em 2002, 25,9%, pois nos dois pleitos seguintes a classe elegeu 22,2% em cada disputa.

Os engenheiros, segunda categoria que mais supriu os executivos estaduais, começaram com 22,2% no pleito de 1994, subiram para 33,3% em 1998, mas de lá para cá os profissionais da engenharia sofreram constante queda: correspondiam a 29,6% em 2002, 22,2% em 2006 e 18,5% no último pleito, em 2010.

Os médicos tiveram modesta representação durante os quatro primeiros pleitos de análise, elegendo entre dois e três governadores por vez. Entretanto, em 2010 a categoria elegeu oito candidatos, sendo, inclusive, o setor profissional que teve o maior sucesso neste ano, superando os professores, os engenheiros e também os advogados. Embora tenham sido eleitos poucos governadores da área da medicina, a categoria veio com grande força no último pleito, demonstrando este como um segmento ainda muito importante e presente na classe política nacional.

Tabela 25 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por profissão e por região (Brasil, 1994-2010)

Profissão	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Administrador	1	4,3	2	7,1	-	-	-	-	1	8,3
Advogado	3	13,0	8	28,6	4	30,8	3	20,0	6	50,0
Agropecuarista	6	26,1	1	3,6	1	7,7	-	-	1	8,3
Bancário	2	8,7	1	3,6	1	7,7	-	-	1	8,3
Comunicador	-	-	3	10,7	-	-	3	20,0	2	16,7
Economista	2	8,7	3	10,7	1	7,7	3	20,0	1	8,3
Empresário	5	21,7	2	7,1	3	23,1	-	-	-	-
Engenheiro	6	26,1	5	17,9	5	38,5	5	33,3	2	16,7
Médico	4	17,4	5	17,9	3	23,1	2	13,3	-	-
Professor	3	13,0	5	17,9	1	7,7	7	46,7	5	41,7
Sociólogo	-	-	2	7,1	1	7,7	-	-	1	8,3
Outros	4	17,4	3	10,7	1	7,7	1	6,7	3	25,0
Total	36	-	40	-	21	-	24	-	23	-

Norte (N=23); Nordeste (N=28); Centro-Oeste (N=13); Sudeste (N=15); Sul (N=12)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na distribuição das profissões por região, as distinções são mais notáveis. Em alguns casos, os setores tiveram melhor desempenho em determinadas regiões e pior em outros, e houve ainda a situação dos que nem se elegeram em algumas delas.

A começar pelos advogados. No Nordeste e no Sul do país foi o segmento que obteve a maioria, sendo que no Sul seis dos 12 eleitos nos estados da região eram oriundos dessa área.

Os agropecuaristas tiveram mais sucesso na Norte (seis dos nove eleitos estão nessa região), o que não pode ser considerado uma surpresa, uma vez que nela é comum a presença de pessoas ligadas à pecuária e à agricultura. No

Nordeste a categoria apresentou apenas um indivíduo, assim como no Centro-Oeste e no Sul. Já no Sudeste, a categoria não teve nenhum representante.

Os oriundos do empresariado e os médicos tiveram maior sucesso nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já nas regiões Sudeste e Sul, a representação foi nula entre os empresários, e os médicos se elegeram apenas no Sudeste, pois no Sul a categoria não saiu do zero. Tais territórios foram mais acessíveis aos professores. No caso dos profissionais de saúde, o caso dos governadores parece ser convergente com o dos senadores, pois Neiva e Izumi (2012, p.182) observaram que

o alto percentual de profissionais da saúde nas regiões mais carentes do país. A proporção de senadores com formações em Medicina, Odontologia, Farmácia e Psicologia é bem maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – nesta ordem – do que nas regiões Sul e Sudeste. Esses dados vão ao encontro dos achados de Romero *et alii* (2000), que verificaram que 62% das propostas legislativas e dos discursos na área de saúde pública, no período de 1995 a 1996, foram realizadas por senadores das regiões Norte e Nordeste. [...] A hipótese é que, em regiões rurais, carentes e com poucos eleitores, profissões que permitem um contato mais direto com o eleitor facilitam a obtenção de votos.

Cabe pontuar, ainda, que a região Nordeste foi a mais receptiva às categorias analisadas, uma possível causa pode estar no fato desta ser aquela com o maior número de estados da nação, e assim permitir maior diversidade. Ela foi a única região do país que absorveu membros de todas as categorias profissionais da análise. Por outro lado, a região mais restrita foi a Sudeste, que elegeu membros de seis das 11 categorias analisadas, o que demonstra que esta é uma região mais reservada para os profissionais mais tradicionais da política, tais como: médicos, advogados, engenheiros e professores. As outras duas categorias que também tiveram sucesso na região foram os comunicadores e os economistas.

Tabela 26 - Governadores eleitos no Brasil por profissão e por região (1994-2010)

Profissão	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Administrador	1	2,6	3	6,7	-	-	-	-	1	6,7
Advogado	4	11,4	13	28,9	6	30,0	3	15,0	8	53,3
Agropecuarista	11	31,4	1	2,2	2	10,0	-	-	1	6,7
Bancário	3	8,6	2	4,4	2	10,0	-	-	1	6,7
Comunicador	-	-	6	13,3	-	-	4	20,0	3	20,0
Economista	4	11,4	5	11,1	2	10,0	5	25,0	1	6,7
Empresário	10	28,6	3	6,7	5	25,0	-	-	-	-
Engenheiro	9	25,7	7	15,6	9	45,0	6	30,0	3	20,0
Médico	5	14,3	6	13,3	4	20,0	3	15,0	-	-
Professor	4	11,4	7	15,6	1	5,0	9	45,0	7	46,7
Sociólogo	-	-	4	8,9	3	15,0	-	-	1	6,7
Outros	6	17,1	5	11,1	2	10,0	1	5,0	5	33,3
Total	57	-	62	-	36	-	31	-	31	-

Norte (N=35); Nordeste (N=45); Centro-Oeste (N=20); Sudeste (N=20); Sul (N=15)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Quando a base para a construção do perfil dos governadores é as 135 vagas ocupadas no período, as relações numéricas sofrem modificação, mas o cenário continua o mesmo do perfil anterior: os advogados lideram nas regiões Nordeste (28,9%) e Sul (53,3%), enquanto os agropecuaristas no Norte (31,4%), os engenheiros no Centro-Oeste (45%) e os professores no Sudeste (45%).

Tabela 27 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por profissão e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Profissão	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Administrador	2	12,5	2	4,9	-	-
Advogado	3	18,8	16	39,0	5	14,7
Agropecuarista	3	18,8	5	12,2	1	2,9
Bancário	1	6,3	-	-	4	11,8
Comunicador	1	6,3	4	9,8	3	8,8
Economista	-	-	7	17,1	3	8,8
Empresário	4	25,0	5	12,2	1	2,9
Engenheiro	5	31,3	8	19,5	10	29,4
Médico	2	12,5	6	14,6	6	17,6
Professor	1	6,3	11	26,8	9	26,5
Sociólogo	1	6,3	3	7,3	-	-
Outros	1	6,3	5	12,2	6	17,6
Total	24	-	72	-	48	-

Direita (N=16); Centro (N=41); Esquerda (N=34)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 28 - Governadores eleitos por profissão e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Profissão	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Administrador	2	9,1	3	4,5	-	
Advogado	4	18,1	24	36,4	6	12,8
Agropecuarista	4	18,1	8	12,1	3	6,4
Bancário	1	4,5	1	1,5	6	12,8
Comunicador	2	9,1	7	10,6	4	8,5
Economista	-	-	12	18,1	5	10,6
Empresário	6	27,3	8	12,1	3	6,4
Engenheiro	8	36,4	13	19,7	14	29,8
Médico	2	9,1	10	15,2	6	12,8
Professor	2	9,1	16	24,2	10	21,3
Sociólogo	2	9,1	6	9,1	-	-
Outros	3	13,6	7	10,6	9	19,1
Total	36	-	115	-	66	-

Direita (N=22); Centro (N=66); Esquerda (N=47)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Estudiosos formulam teorias de que, dependendo do espectro ideológico dos partidos, as composições profissionais se diferenciam. No Brasil, partidos à esquerda seriam mais propícios às atividades ligadas a: magistério, comunicação, funcionários públicos; já os de direita apresentariam mais engenheiros, empresários e médicos (RODRIGUES, 2002; MARENCO; SERNA, 2007). Na análise a partir dos blocos ideológicos das legendas partidárias alguns dados sobre os governadores foram distintos dos resultados apresentados por Rodrigues (2002) a respeito do perfil profissional da Câmara Baixa.

Quanto aos professores, a esquerda apresentou percentual significativo (26,5% ou 21,3%, conforme o critério), porém inferior ao índice dos de centro (26,8% ou 24,2%). Os médicos tiveram mais sucesso também em legendas consideradas de esquerda e de centro pela literatura do que nos partidos de direita: 14,6% ou 15,2% de médicos eram do centro, 17,6% ou 12,8% de esquerda e o menor índice, contrariando as suposições da literatura para outros cargos, foi de 12,5% ou 9,1% para os partido de direita.

Os advindos da engenharia tiveram representação em todos os partidos, tendo sido eleitos por mais vezes nas legendas da direita (31,3% ou 36,4%). Contudo, vale destacar que os engenheiros tiveram representação significativa também nas agremiações de esquerda (29,4% ou 29,8%). O perfil de empresários foi o mais próximo dos dados de Rodrigues (2002), tendo tido maior sucesso em

partidos de direita (25% ou 27,3%) e de centro (12,2% ou 12,1%). Os empresários eleitos por partidos de esquerda são poucos, como prevê a literatura: 2,9% ou 6,4%.

Contudo, os dados a respeito dos governadores não permite que sejam feitas inferências sobre um perfil profissional ligado a partidos de um ou outro espectro ideológico, pois eles se mostraram bastante dispersos e, diferentemente, dos achados de Rodrigues (2002), aqui não foi possível captar tão marcadamente tais particularidades. As legendas partidárias apresentaram uma grande diversidade na sua composição, ou seja, as profissões tradicionais da política prevaleceram em praticamente todos os partidos, não havendo grande diferenciação a partir da ideologia dos partidos.

Conforme se pode perceber, alguns profissionais se sobressaem na política, apesar de existirem algumas variações de cargo ou de território, é claro. Basicamente, as carreiras políticas são mais fáceis para indivíduos das áreas de: Direito, Medicina, Administração, Engenharia, Comunicação, Educação e, também, para os empresários e agropecuaristas. Algumas explicações referem-se à possibilidade de retorno à profissão de origem, caso os políticos não consigam se reeleger. Determinadas profissões são de fácil retorno em caso de fracasso eleitoral e também passíveis de conciliação com a carreira política. Certamente, este é um ponto que facilita bastante a carreira para estes profissionais, entretanto, não é a única causa.

Aspectos como a independência financeira também são de grande importância para aqueles que investem na carreira política. Em razão do elevado custeio de campanhas no Brasil, aqueles profissionais com maior disposição de recursos são aqueles que se arriscariam mais na arena política. Embora alguns atores utilizem os recursos do partido para a campanha, no Brasil os custos da campanha eleitoral são altos, e pode não ser possível o partido arcar com as despesas de todos os seus candidatos, o que dificulta o ingresso daqueles com menor posse de recursos financeiros.

Segundo Perissinotto, Costa e Tribess (2009), outros fatores contribuem para que estas profissões colham melhores frutos na arena política. Para os autores:

os indivíduos dedicados a esse tipo de atividade são, em geral, portadores dos requisitos básicos exigidos pela atividade política, isto é, são profissionais que têm bastante familiaridade com a escrita e a oratória. Além disso, algumas delas, em especial a atividade de funcionário público, confere ao indivíduo outras duas grandes vantagens: primeira, flexibilidade de tempo, o que é fundamental para que o indivíduo possa construir a sua candidatura dentro dos partidos políticos; segunda, a possibilidade de voltar à antiga ocupação caso fracasse na política, diminuindo assim os riscos de uma tentativa de incursão no campo político (PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009, p.297-298).

Por outro viés explicativo, alguns teóricos ponderam que a própria oferta desses profissionais supera a questão da demanda, ou seja, estes grupos se sentem mais confortáveis e são os que mais procuram os partidos para dar início à carreira política, não sendo necessariamente uma questão de exclusão de outros grupos.

Norris e Lovenduski (1995) chamam a atenção para a tendência de pessoas vinculadas ao que define como *talking professions* de se apresentarem para uma candidatura. Trata-se também de uma questão de oferta de aspirantes e não apenas de demanda dos selecionadores. Ainda sobre isso, é preciso pontuar o que Ranney (1965) definiu como *brokerage occupations*, profissões de classe média que proporcionam algumas vantagens para a construção de uma carreira política como, por exemplo, flexibilidade de hora de trabalho e de férias, independência profissional, segurança financeira, *network* pública, *status* social, experiência e conhecimento da política. Ranney pontua que devido a todas essas vantagens haveria uma maior oferta de aspirantes oriunda desse segmento (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p.136).

O estudo sobre recrutamento de candidatos é uma ferramenta importante para colocar em teste a teoria da oferta *versus* demanda, contudo seria necessária uma comparação entre aqueles que são selecionados pelos partidos e aqueles que são preteridos. Somente após tal procedimento seria possível afirmar com mais clareza se os responsáveis pela seleção de candidatos dão preferência por determinados profissionais ou se, simplesmente, alguns grupos não se interessam pela política, em razão da falta de recursos, da disponibilidade de tempo, entre outros. Contudo, para os fins desta pesquisa o estudo sobre recrutamento não será realizado, uma vez que este tipo de estudo é mais voltado para carreiras parlamentares, e também o acesso aos dados pode ser encontrado mais facilmente em locais como a Câmara de Vereadores, por exemplo.

Vale frisar que as profissões dos governadores, de modo geral vão de encontro com os achados da literatura. Advogados, engenheiros, empresários, professores e médicos, foram os profissionais que tiveram maior êxito eleitoral. Contudo, alguns apresentaram queda significativa, a exemplo dos advogados e engenheiros, que na década de 1990 foram os dois segmentos que mais elegeram governadores, tendo diminuído sua representação nos pleitos seguintes.

A leve ascensão dos professores também merece destaque, embora os oriundos da educação estejam frequentemente nos estudos sobre perfil parlamentar. Este grupo mostrou-se uma categoria forte entre os membros do executivo estadual, superando o índice inclusive de médicos, indivíduos sempre notáveis na política brasileira. Outro diferencial do perfil de executivos para o perfil dos parlamentares se refere à categoria dos funcionários públicos, com representação constante na arena parlamentar, aqui este setor não teve representação considerável, tendo apenas um governador eleito.

3.5 Síntese

Neste capítulo foi possível tomar o perfil social geral dos governadores brasileiros durante o período de 1994 a 2010, perfil este que não apresentou nenhuma grande modificação em relação às contribuições da literatura referente ao panorama de outros cargos, como deputados federais e senadores. Foram encontrados como governadores majoritariamente homens, na faixa etária dos 45-59 anos, altamente escolarizados, advindos de segmentos profissionais ligados às áreas da medicina, engenharia, advocacia, educação e comunicação, assim como os empresários.

Alguns pontos mereceram destaque, porém, como o fato do índice bastante reduzido de mulheres nas cadeiras executivas estaduais, pois os percentuais achados aqui são ainda menores dos os habituais. As que lograram êxito precisaram herdar o capital político de maridos e dos pais ou tiveram de traçar uma carreira política longa e já consolidada até a ocupação do governo.

Por se tratar de um universo muito pequeno em números absolutos (apenas seis dentre 91 casos ou nove dentre 135) não se pode fazer inferências acerca de uma restrição ao ingresso das mulheres neste cargo político, tanto no que se refere

às regiões do país, ao espectro ideológico dos partidos quanto também à série histórica (1994-2010).

Quanto à faixa etária, a consideração a ser feita é que a média de 45-59 anos equivale a de outros cargos políticos. Porém, isto ocorre apesar de o cargo de governador exigir uma idade mínima de 30 anos, pois são poucos os que conseguem atingir esta cadeira com menos de 45 anos. Conforme foi apontado, em tese a idade mais avançada permite ao político ter tempo para o acúmulo de experiência política e se tornar familiar e reconhecido pelos eleitores, fatores chaves para o ingresso no cargo de governador (o que será explorado em detalhe no próximo capítulo).

No que se refere à escolaridade, novamente os dados se equivalem ao encontrado em outros estudos: a grande maioria destes políticos obtém alta escolaridade, sendo poucos aqueles que chegam ao cargo sem ter um diploma universitário. Os dois pontos a serem destacados dizem respeito à maior abertura aos menos escolarizados na região Norte do país e nos partidos de esquerda. Estes foram os dois cenários em que os membros com menor capital escolar tiveram maior sucesso.

O último atributo analisado foi o vínculo profissional de origem dos governadores. Grande parte dos atores exerceu a profissão ou a atividade de: advogado, médico, professor, engenheiro e empresário. Por ser um atributo bastante disperso, ficou um pouco difícil comparar e sugerir a existência de um perfil profissional distinto por região, por bloco ideológico ou apresentado ao longo dos pleitos analisados. O que ficou mais evidente foi a diferença dos achados desta dissertação em relação aos de Rodrigues (2002), relativos aos deputados federais. No trabalho deste autor foi nítida a presença de professores ligados a partidos de esquerda, e empresários e médicos aos partidos de direita. Nesta pesquisa, ocorreu o inverso: os professores foram mais constantes nas legendas de direita e os médicos nas de esquerda.

O próximo capítulo tratará da segunda parte empírica da pesquisa, a carreira política dos governadores. No quarto capítulo serão analisados os aspectos próprios da configuração das carreiras e da trajetória política dos governadores até a conquista do posto em questão. Assim como foi feito neste capítulo, em cada seção será tomada a análise de modo geral, por região, por pleito e por bloco ideológico,

bem como uma comparação com achados de estudos sobre outros cargos políticos, a fim de captar a existência ou não de uma especificidade do cargo analisado.

Capítulo 4 Carreira política dos governadores eleitos no Brasil de 1994 a 2010

A diversidade de cargos disponíveis no Brasil pode tornar menos nítida a percepção de modelos ou de padrões de carreira bem definidos, como foi indicado no capítulo 1. A contar os cargos legislativos (vereador¹, deputado estadual², deputado federal e senador) e os cargos executivos (prefeito, governador e presidente, e seus respectivos vices), são 10 diferentes postos eletivos disponíveis no âmbito político brasileiro. A eles podem ser acrescentados aqueles de nomeação política (ministro, secretário estadual ou municipal, presidente de estatal, ministro de tribunais de contas etc.), pois muitos deles têm importância presumida maior do que muitos dos cargos eletivos³. Soma-se a isso a possibilidade de ingresso em qualquer cargo independentemente da esfera regional, de acúmulo de alguns deles⁴, bem como a transferência sem impedimentos de um cargo para outro (por meio de eleição ou com suplente chamado a ocupar a titularidade⁵). Todos esses fatores tornam as carreiras políticas no Brasil bastante dinâmicas. Não há uma porta de ingresso única e tampouco um caminho único a seguir.

¹ Conselheiros distritais, no caso de Fernando de Noronha, pois ele é um distrito do estado de Pernambuco, cujo órgão, com funções consultivas e de fiscalização, denomina-se Conselho Distrital (PERNAMBUCO, art. 96).

² Deputado distrital, no caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

³ Argumentação nesse sentido é realizada por Anastasia, Correa e Nunes (2012, p.111).

⁴ Por exemplo: um vereador, deputado ou senador pode se tornar secretário municipal, estadual ou ministro sem a necessidade de renunciar ao mandato, basta solicitar licença.

⁵ Em realidade, o suplente de um cargo para ocupar outro tem de renunciar ao que está em exercício. Assim, um vereador chamado para ser deputado deve deixar definitivamente o cargo municipal. O detentor de posto executivo deve renunciar a ele inclusive para ser candidato, caso de um prefeito que pretenda ser governador. Se pretender a reeleição, tal afastamento não é necessário. Membros do legislativo também não precisam renunciar para concorrerem a outro cargo.

Este capítulo trata especificamente dessa questão: a trajetória política dos governadores eleitos no período 1994-2010 até chegar ao cargo (e em alguns casos nele continuar), com vistas a identificar o perfil e o padrão de carreira (se é que eles existem) e o grau de profissionalização. Ele está organizado em oito seções, as quais se referem a quatro eixos de análise.

O primeiro quesito aborda o tempo de carreira do governador eleito (seção um) e, em decorrência, o número de mandatos (seção dois), um elemento em relação direta com o anterior, pois quanto mais longa a carreira supostamente mais mandatos legislativos e/ou executivos foram exercidos.

O segundo eixo se refere à carreira eletiva dos eleitos e está distribuído por quatro seções. A seção três aponta em sentido amplo o tipo: se em cargos executivos, legislativos, ambos ou se não há carreira prévia. Diretamente relacionado a isso, a seção quatro discrimina os cargos ocupados, enquanto a cinco se volta especificamente ao primeiro cargo eletivo obtido, isto é, à porta de entrada na política formal. A seção seis, seguindo a mesma orientação, pergunta sobre o cargo eletivo ocupado imediatamente antes da conquista do executivo estadual.

O terceiro quesito está contido na seção sete, a qual aborda a carreira em cargos não eletivos, aqui entendidos como aqueles de nomeação, isto é, que pertencem ao “mundo da política”, e aqueles que exigem habilidades políticas e servem muitas vezes como treinamento à política propriamente dita, como movimento estudantil ou sindical.

O eixo derradeiro, desenvolvido na seção oito, aborda a trajetória dos governadores em relação a um fenômeno importante na classe política brasileira, a migração partidária e, como outra face dessa moeda, os vínculos com essas instituições.

4.1 Tempo de carreira

O primeiro indicador a fim de captar o nível de profissionalização política dos governadores brasileiros diz respeito ao período de tempo que o indivíduo está inserido e/ou se dedica a este segmento. Foi considerado para o estudo o tempo percorrido desde a primeira disputa eletiva até atingir o cargo de governador, tendo obtido sucesso ou fracasso, bem como os cargos ocupados por nomeação, embora

se saiba que alguns podem ter principiado em cargos não eletivos, o que será objeto de uma análise específica.

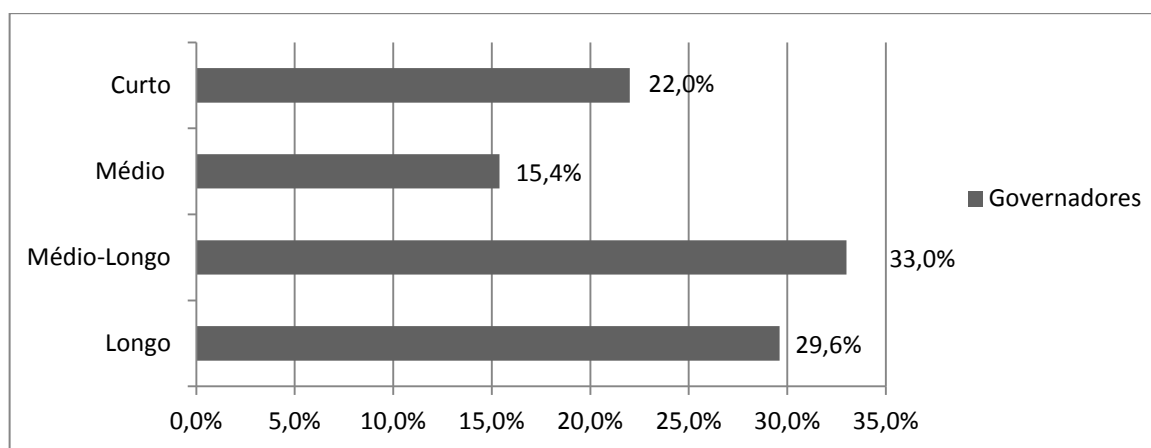
Para melhor percepção do tempo de carreira política dos governadores as trajetórias foram separadas em quatro blocos. A categoria “curto” corresponde a aqueles mais novatos, que apresentam de zero a nove anos de carreira. A “médio” condiz com aqueles que têm entre 10 e 14 anos de carreirismo político. Quanto aos mais experientes, as trajetórias “médio-longa” situam-se entre a faixa de 15 e 19 anos e a “longa”, acima dos 20 anos.

Tabela 29 - Governadores eleitos por tempo de carreira (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	Indivíduos	%	Vagas	%
Curto	20	22,0	25	18,5
Médio	14	15,4	22	16,3
Médio-longo	30	33,0	25	18,5
Longo	27	29,6	63	46,7
Total	91	100	135	100

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14 anos), Médio-longo (15 a 19 anos), Longo (20 anos ou mais)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 5 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira (1994-2010)

Como mostram a tab. 29 e o gráfico 5, a incidência aponta para carreiras mais longevas, pois 62,6% dos indivíduos eleitos governadores entre 1994 e 2010 ou 65,2% dos que ocuparam esse posto no mesmo período tinham, no mínimo, 15 anos de participação em disputas políticas.

Como se poderia esperar, quando a possibilidade de reeleição ou de retorno ao cargo após um interregno é incluída na análise, cresce o percentual de governadores com carreira “longa”. Assim, dos 91 indivíduos eleitos pela primeira vez, 33% tinham carreira “média-longa” e 29,6% “longa”. Dentre os 135 que ocuparam o cargo, a trajetória “média-longa” cai para 18,5%, mas em compensação a “longa” atinge 46,7%.

Aqueles de carreiras mais breves, com no máximo nove anos de dedicação às atividades políticas, têm um percentual menor, 22% dentre os que se elegeram pela primeira vez e, também como o esperado, cai para 18,5%, quando é incluída a possibilidade de retorno ou de continuidade no cargo.

Tabela 30 - Governadores eleitos por tempo de carreira e por eleição (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Curto	10	37,0	5	18,5	4	14,8	2	7,4	4	14,8
Médio	4	14,8	4	14,8	9	33,3	5	18,5	-	-
Médio-longo	3	11,1	7	25,9	7	25,9	14	51,9	13	48,1
Longo	10	37,0	11	40,7	7	25,9	6	22,2	10	37,0
Total	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	100	27	99,9

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14 anos), Médio-longo (15 a 19 anos), Longo (20 anos ou mais)
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHHB (2001)

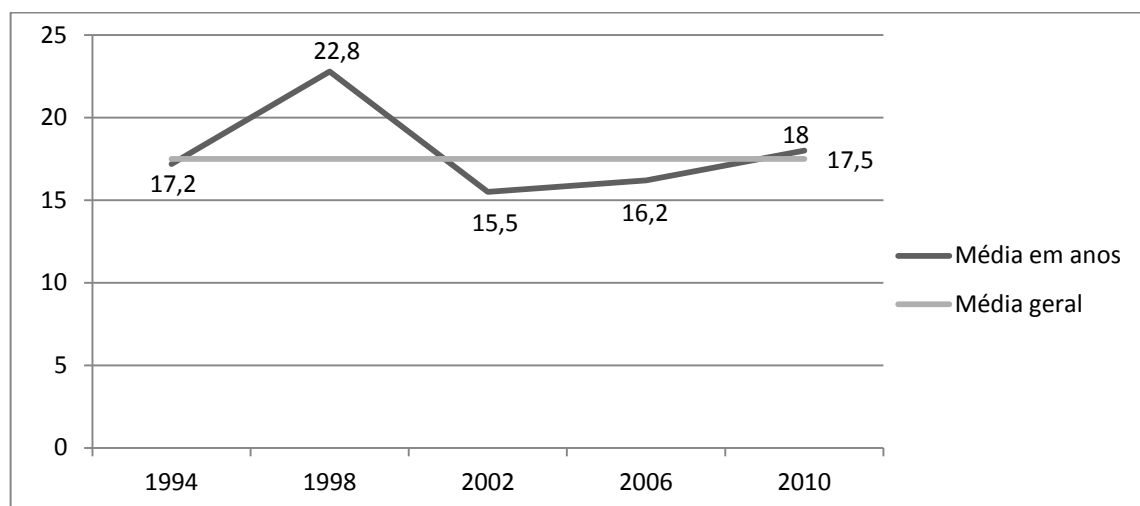
Na relação a partir dos pleitos podemos observar tendências outras. A participação percentual dos governadores eleitos após uma carreira “curta” caiu ao longo do período: era de 37% em 1994, passou a 18,5% em 1998 e a 14,8% em 2002, tendo chegado ao patamar mais baixo em 2006 (7,4%). Contudo, em 2010 o índice dobrou para 14,8%, o mesmo atingido em 2002.

As carreiras “média-longa”, que correspondem a aquelas trajetórias entre 15 e 19 anos, cresceram significativamente de 1994 para 2010. Em 1994, o índice era de 11,1%, mais do que dobrou em 1998 e em 2002, tendo passado a 25,9% e chegado a 51,9% em 2006. Houve pequena redução para 48,1% em 2010.

Curiosamente, as “raposas” políticas, termo utilizado por Marengo dos Santos (2000) para indicar aqueles profissionais com mais de 20 anos de carreira, tiveram melhor desempenho nas primeiras eleições analisadas – giraram em torno

de 37% a 40,7% –, depois passaram a um patamar mais baixo (22%-25,9%) e voltaram ao piso inicial no pleito de 2010 (37%).

Isto pode ser explicado devido ao período ditatorial, quando parte desses políticos começou a sua trajetória na política sendo nomeados para cargos públicos. Outro fator situa-se na peculiaridade de que alguns tiveram seus direitos políticos cassados por muitos anos. Assim, ao se olhar para a data do início da carreira deles percebe-se que passaram muitos anos fora do cenário político nacional. Estes são os casos de: Miguel Arraes, de Pernambuco; Marcelo Alencar, do Rio de Janeiro; e Wilson Barbosa Martins, do Mato Grosso do Sul, que tiveram seus direitos políticos cassados por mais de 10 anos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 6 - Tempo de carreira política prévio à eleição para governador no Brasil (1994-2010)

A média geral do tempo de carreira política prévia à chegada ao executivo estadual dos governadores foi de 17,5 anos. Com três dos cinco que estrearam em cargos eletivos como governador (ou seja, não tinham carreira política prévia), o pleito de 2002 foi aquele com a menor média, correspondente a 15,5 anos. Porém, ainda assim, é apenas dois anos menor que a geral do período, indício de que esta não variou intensamente no período.

De fato, a do pleito de 1998, que superou em cinco anos a média geral ao contabilizar 22,8 anos, fixou-se como a mais alta dentre todas. A causa disto foi o fato de que dois dos quatro governadores com mais tempo de carreira política do estudo foram eleitos nesta oportunidade: Itamar Franco e José Targino Maranhão, governadores de Minas Gerais e da Paraíba, respectivamente, ambos com uma trajetória política de 44 anos. Contudo, os dois compartilham tão somente o mesmo tempo de vida política, pois as carreiras foram bem distintas.

Itamar tentou sem sucesso se eleger vereador em 1954 e vice-prefeito em 1960, conseguindo a primeira vitória somente em 1966, quando foi escolhido prefeito de Juiz de Fora. Elegeu-se por duas vezes para o Senado Federal e, então, foi vice-presidente nas eleições diretas realizadas em 1989. Com o *impeachment* do titular, Fernando Collor, ele foi efetivado Presidente da República até o fim de 1994 e retonou às disputas política ao se eleger governador de Minas Gerais em 1998. Já José Targino Maranhão teve assento por quatro vezes consecutivas na Assembleia Legislativa da Paraíba (1954-1969), foi por três legislaturas deputado federal (1982-1994) e uma vez vice-governador (1995)⁶. Logo, enquanto ser governador para Itamar implicou a retomada da carreira, após ter ocupado a presidência da República, Targino chegou ao cargo mais alto ao se tornar chefe do executivo estadual.

Os outros dois atores de trajetória mais longa correspondem ao cearense, mas governador de Pernambuco, Miguel Arraes, eleito em 1994, e ao gaúcho Tarso Genro, eleito em 2010. Arraes já ocupara um cargo nos três níveis da federação, sendo ao longo de sua carreira: prefeito municipal, deputado estadual e federal, e governador por duas vezes. Tarso Genro, apesar do longo tempo de carreira, foi eleito apenas para cargos a nível municipal: vereador por um mandato, vice-prefeito de Porto Alegre uma vez e prefeito da capital gaúcha em duas ocasiões.

⁶ Ele acabou por ser efetivado como governador ainda no primeiro ano do mandato, em 1995, após a morte do titular Antonio Mariz. Então, ao se eleger em 1998, era um candidato à reeleição.

Tabela 31 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira e por região (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Curto	9	39,1	3	10,7	3	23,1	3	20,0	2	16,7
Médio	7	30,4	3	10,7	2	15,4	1	6,7	1	8,3
Médio-longo	4	17,4	11	39,3	6	46,2	6	40,0	3	25,0
Longo	3	13,0	11	39,3	2	15,4	5	33,3	6	50,0
Total	23	99,9	28	100	13	100,1	15	100	12	100

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14 anos), Médio-longo (15 a 19 anos), Longo (20 anos ou mais)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na análise por região pode-se verificar que a Norte foi a que apresentou o maior índice de carreiras “curtas” (39,1% dos eleitos pela primeira vez possuíam no máximo nove anos até a obtenção da cadeira executiva estadual). A região Centro-Oeste aparece em seguida, com 23,1% de governantes com carreiras “curtas”.

No que tange às carreiras de tempo “médio”, novamente a liderança é da região Norte (30,4%), seguida por Centro-Oeste (15,4%) e por Nordeste (10,7%). Desse modo, verifica-se que 69,6% dos governadores do Norte tinham no máximo 14 anos de carreira, o que contrasta com os índices das demais regiões: Centro-Oeste, segunda colocada nessa agregação, atinge 38,5%.

As regiões que apresentaram os índices mais altos quanto ao tempo de trajetória política são: Nordeste, Sul e Sudeste, nas quais 78,6%, 75% e 73,3% dos governadores, respectivamente, têm pelo menos 15 anos de carreira. No Sul, metade dos governadores se elegeu para o cargo após mais de 20 anos de disputas políticas. Como reverso dessa informação, no Norte apenas 30,4% dos governadores ultrapassavam os 15 anos de carreira.

Tabela 32 - Governadores eleitos por tempo de carreira e por região (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Curto	12	34,3	4	8,9	4	20,0	3	15,0	2	13,3
Médio	10	28,6	6	13,3	4	20,0	1	5,0	1	6,7
Médio-longo	5	14,3	10	22,2	5	25,0	3	15,0	2	13,3
Longo	8	22,9	25	55,6	7	35,0	13	65,0	10	66,7
Total	35	100,1	45	100	20	100	20	100	15	100

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14), Médio-longo (15 a 19), longo (20 ou mais)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Ao considerar 135 vagas, o ordenamento entre as regiões não se altera, embora os percentuais sim. A liderança entre a carreira “curta” continua com a região Norte, mas o índice se reduz para 34,3%. A região Centro-Oeste também se mantém como a segunda colocada, mas com 20% dos governadores eleitos com até nove anos de carreira.

No que tange às carreiras de tempo “médio”, a liderança prossegue com a região Norte (28,4%), seguida por Centro-Oeste (20%) e por Nordeste (13,3%). Assim, 62,9% dos que ocuparam a cadeira de governador na região Norte no período tinham no máximo 14 anos de carreira, um patamar muito mais elevado do que o apresentado pelas demais regiões, pois o Centro-Oeste registra 40%, enquanto o Nordeste marca 22,2%, Sul e Sudeste 20%.

As regiões que apresentaram os índices mais altos quanto ao tempo de trajetória política continuam a ser: Nordeste (77,8%), Sul e Sudeste (80%), nas quais quem ocupou a cadeira de governadores registra pelo menos 15 anos de carreira. No Sul e no Sudeste, quase dois terços dos governadores se elegeram para o cargo após mais de 20 anos de disputas políticas.

Tabela 33 - Indivíduos eleitos pela primeira vez governador por tempo de carreira e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Curto	4	25,0	9	22,0	7	20,6
Médio	5	31,3	3	7,3	6	17,6
Médio-longo	2	12,5	7	17,1	12	35,3
Longo	5	31,3	22	53,6	9	26,5
Total	16	100,1	41	100	34	100

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14 anos), Médio-longo (15 a 19 anos), Longo (20 anos ou mais)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Os dados referentes ao tempo de carreira dos governadores eleitos pelos blocos ideológicos mostram que as carreiras “curtas” são mais intensas nos partidos de direita (25%), mas não há grande diferença em relação aos de centro (22%) ou aos de esquerda (20,6%). A distinção aparece efetivamente nas carreiras com duração “média”, pois as legendas de direita totalizam 31,3% contra apenas 7,3% das de centro e 17,6% das de esquerda. Já dentre os indivíduos eleitos governador

pela primeira vez que registram maior experiência, aqueles que somam mais de 20 anos, o destaque é para os de centro (53,6%), seguidos pelos de direita (31,3%) e em último os de esquerda (26,5%). Os governadores de esquerda estão mais concentrados nas carreiras “médio-longo”, equivalente a 10 a 14 anos, com 35,3%.

Ao agregar as categorias verifica-se que os de direita se concentram em carreiras “curto”-“médio” (56,3%), os de esquerda nas “médio-longo”-“longo” (61,8%) e os de centro nas “longo” (53,6%).

Tabela 34 - Governadores eleitos por tempo de carreira e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Tempo de carreira*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Curto	6	27,3	10	15,2	9	19,1
Médio	7	31,8	5	7,6	10	21,3
Médio-longo	2	9,1	21	31,8	21	44,7
Longo	7	31,8	30	45,5	7	14,9
Total	22	100	66	100,1	47	100

* Curto (0 a 9 anos), Médio (10 a 14 anos), Médio-longo (15 a 19 anos), Longo (20 anos ou mais)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Quando o critério é formado pelas 135 vagas existentes no período em análise quase não há mudanças no perfil dos eleitos por partidos de direita em comparação ao critério anterior, embora fique mais nítida a condição de carreiras com até 14 anos de duração (“curta” e “média”), responsáveis por 59,1%. No caso dos partidos de esquerda, há a redução da participação dos governadores com carreira “longa” (que passam de 26,5% para 14,9%) e a ampliação daqueles com carreira “médio-longa” (que variam de 35,3% para 44,7%). Tais mudanças fortalecem um perfil distinto do anterior, pois a concentração se dá entre os “médio”-“médio-longo”, que totalizam 66%. No caso dos partidos de centro as mudanças ocorrem com a redução daqueles eleitos com carreira “curta”, que passam de 22% para 15,2%. Porém, a alteração não se reflete na categoria seguinte, a qual permanece praticamente com o mesmo índice (7,6% de “médio”), e sim na “médio-longo”, que cresce de 17,1% para 31,8%.

4.2 Número de mandatos

O próximo quesito a ser analisado diz respeito à quantidade de mandatos exercidos antes de ser eleito governador, o que está diretamente relacionado ao anterior, afinal, quanto mais longa a carreira de um político, teoricamente mais mandatos ele terá ocupado.

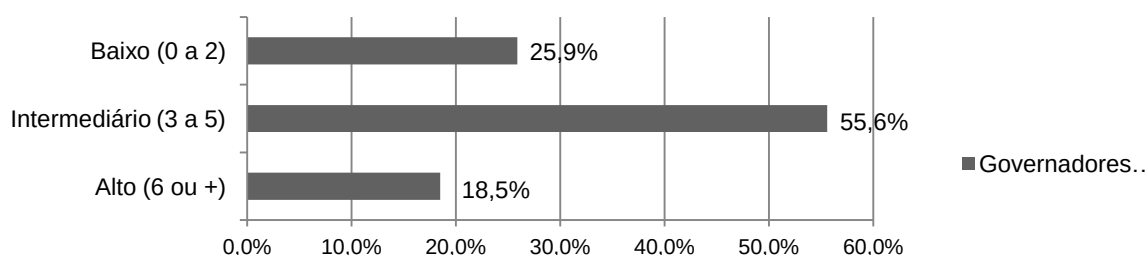
Vale ressaltar que os cargos considerados não se restringem àqueles eleitos diretamente. Ou seja, o estudo, também está considerando os cargos em que o candidato era suplente ou vice e veio a assumir em definitivo, seja por desincompatibilização, renúncia, cassação ou morte do titular. Este é o caso, por exemplo, de Itamar Franco, que acumulou tanto o cargo de vice-presidente quanto o de presidente da República. Além destes, também serão contabilizados aqueles cargos em que o candidato foi nomeado, como o de alguns governadores e prefeitos na época do regime militar.

Tabela 35 - Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)

Quantidade*	Indivíduos	%	Vagas	%
Baixa	29	31,9	35	25,9
Intermediária	49	53,8	75	55,6
Alta	13	14,3	25	18,5
Total	91	100	135	100

* Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 7 - Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)

Conforme os dados da tab. 35 e do gráfico 7 pode-se perceber que a maior parte dos governadores eleitos (53,8% ou 55,6%, conforme o critério) exerceu entre três e cinco mandatos antes de assumir o posto em análise, índice superior aos 48% encontrados por Silva (2010) em trabalho sobre os senadores brasileiros. Aqueles com nenhuma ou reduzida experiência política correspondem a 31,9% e a 25,9%, ou seja, praticamente um a cada quatro governadores tinha no máximo dois cargos no currículo. Este índice é menor do que o percentual de senadores eleitos entre 1990 e 2006, que atingiu 34,4% (SILVA, 2010). Os 14,3% ou 18,5% restantes são aqueles cujas carreiras indiscutivelmente estão profissionalizadas e os indivíduos constituem figuras conhecidas no cenário político nacional. Deste modo, os dados sugerem que o cargo de governadores é mais restrito aos novatos do que o de senador – e este, por sua vez, é tido como mais exclusivo do que o de deputado federal, por exemplo.

Os campeões de mandatos foram aqueles que exerceram nove mandatos ao longo da trajetória analisada. Um deles é Geraldo Alckmin, eleito governador de São Paulo nos pleitos de 2002 e de 2010. Alckmin teve passagem pela maior parte dos cargos oferecidos pela legislação brasileira: vereador, prefeito, deputado estadual e federal, vice-governador por duas vezes, vindo a assumir o governo no segundo mandato nesse posto, após o falecimento do titular Mario Covas. Alckmin também disputou a Presidência da República em 2006 e a Prefeitura de São Paulo, em 2008, sendo derrotado em ambas as oportunidades.

O outro “campeão de mandatos” é Luiz Henrique da Silveira. Todavia, diferentemente de Alckmin, o governador de Santa Catarina apresentou uma trajetória política mais estática, com o acúmulo de mandatos em dois cargos: foi deputado federal por cinco vezes e prefeito de Joinville em três oportunidades. Em 2002 elegeu-se pela primeira vez governador, vindo a se reeleger no pleito seguinte, sendo este o seu décimo cargo eletivo na carreira.

Tabela 36 - Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Quantidade*	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	13	48,1	7	25,9	7	25,9	3	11,1	5	18,5
Intermediária	10	37,0	15	55,6	15	55,6	21	77,8	14	51,9
Alta	4	14,8	5	18,5	5	18,5	3	11,1	8	29,6
Total	27	99,9	27	100	27	100	27	100	27	100

* Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Em relação à passagem dos pleitos, os dados sugerem que a profissionalização da carreira política dos governadores brasileiros vem aumentando conforme se acumulam as eleições. Os governadores que tinham índice “baixo” vêm diminuindo gradativamente, sendo notada queda no percentual dos líderes subnacionais que se elegiam com dois cargos no máximo: em 1994, ele era de 48,1%, caiu para 25,9% nos pleitos de 1998 e de 2002, decresceu ainda mais em 2006, quando atingiu o piso no período (11,1%). Contudo, em 2010 apresentou ascensão, chegando a 18,5%.

Por sua vez, os que detêm índice “alto” de mandatos prévios exercidos cresceram, só que de maneira mais lenta. Em 1994, somente 14,8% já haviam sido eleitos pelo menos seis vezes para cargos eletivos, taxa que cresceu para 18,5% nos dois pleitos seguintes, tendo queda para 11,1% em 2006, mas, em 2010, atingiu o seu ápice, com 29,6%. Tal fato demonstra, mais uma vez, que conforme aumenta o tempo de duração da democracia brasileira e se acumula a realização de eleições mais o campo político impõe restrições aos inexperientes e novatos, e transforma-se em uma arena onde aqueles mais treinados e com carreira mais longa obtêm sucesso.

Tabela 37 - Quantidade de mandatos exercidos pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)

Quantidade*	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	13	56,5	4	14,3	5	38,5	4	26,7	3	25,0
Intermediária	8	34,8	19	67,9	7	53,8	9	60,0	6	50,0
Alta	2	8,7	5	17,8	1	7,7	2	13,3	3	25,0
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	100

* Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 38 - Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos no Brasil por região (1994-2010)

Quantidade	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	15	42,9	7	15,6	6	30,0	4	20,0	3	20,0
Intermediária	16	45,7	29	64,4	11	55,0	11	55,0	8	53,3
Alta	4	11,4	9	20,0	3	15,0	5	25,0	4	26,7
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

No que tange ao número de mandatos exercidos pelos governadores por região, a primeira observação a fazer é que, como se poderia supor, a categoria “alta” cresce se o critério for as 135 vagas ocupadas em comparação aos 91 indivíduos eleitos. Afinal, muitos dos reeleitos ou que retornam ao posto incorporam a experiência anterior no cargo.

A segunda observação é que, apesar dessa variação, as tendências são as mesmas, logo, a região que apresenta o maior índice de “alta” quantidade de mandatos foi o Sul, na qual 25% ou 26,7% dos governadores ultrapassaram os seis cargos eletivos na carreira. Em seguida vem a região Nordeste (17,8%) se o critério for calcado nos indivíduos eleitos pela primeira vez, mas passa a ser o Sudeste (25%), se o critério for a ocupação das vagas. Aquelas onde foram notados os menores índices correspondem às regiões Norte e Centro-Oeste, nos dois critérios (sempre igual ou abaixo de 15%).

Em sentido inverso, as regiões com índice de mandatos exercidos mais baixos são: Norte (56,5% ou 42,9%, conforme o critério) e Centro-Oeste (38,5% ou 30%). Mais da metade dos governadores da região Norte tinha no máximo dois cargos no currículo, revelando ser este o território mais aberto aos novatos e aos menos inexperientes, prova disto se dá pelo fato de que 13 dos 29 governadores que tinham de zero a dois mandatos situarem-se nesta região. O Nordeste tem o menor índice nesse quesito (14,3% ou 15,6%), mas, em compensação, lidera no nível intermediário, com 67,9% ou 64,4%.

No acumulado das categorias, pode-se dizer que o perfil dos governadores eleitos nas regiões Norte e Centro-Oeste é de um índice de mandatos acumulados “baixo”-“intermediário” (em torno de 85%-93%) e o das regiões Nordeste e Sudeste é “intermediário” (em torno de 60%-80%). Por fim, a região Sul pode-se dizer que é “intermediário”-“alto” (75%-80%).

Tabela 39 - Quantidade de mandatos exercidos pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Quantidade*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Baixa	5	31,3	11	26,8	13	34,2
Intermediária	9	56,3	22	53,7	18	52,9
Alta	2	12,5	8	19,5	3	8,8
Total	16	100,1	41	100	34	99,9

* Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 40 - Quantidade de mandatos exercidos pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Quantidade*	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Baixa	7	31,8	13	19,7	15	31,9
Intermediária	12	54,5	35	53,0	28	59,6
Alta	3	13,6	18	27,3	4	8,5
Total	22	99,9	66	100	47	100

* Baixa (0 a 2 mandatos); Intermediária (3 a 5 mandatos); Alta (6 ou mais mandatos)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

A análise por espectro ideológico dos partidos indica que há poucas distinções, pois em todos predomina o nível “intermediário”, seja qual for o critério utilizado. Além disso, a quantidade “baixa” varia pouco entre os critérios, bem como entre os partidos de direita e de esquerda (31,3%-31,8% e 34,2%-31,9%, respectivamente). O mesmo ocorreu no caso de governadores eleitos com seis ou mais mandatos (12,5%-13,6% e 8,8%-8,5%, respectivamente).

Portanto, são os partidos de centro que se distinguem dos outros e cuja variação é mais intensa conforme o critério utilizado. Logo, eles têm o menor índice de “baixa” quantidade de mandatos: 26,8%, quando se consideram os indivíduos eleitos, a menor, mas ainda no padrão dos demais (que é superior a 30%); e de 19,7% dos que ocuparam a vaga de governador, esta sim bastante distinta da apresentada pelos demais (na faixa de 30%). O contrário se verifica no caso dos governadores com mais mandatos: os de centro lideram nos dois critérios, mas a diferença é muito expressiva no caso de o critério serem as vagas ocupadas (27,3%), quando os demais estão abaixo de 14%.

4.3 Tipo de carreira eletiva

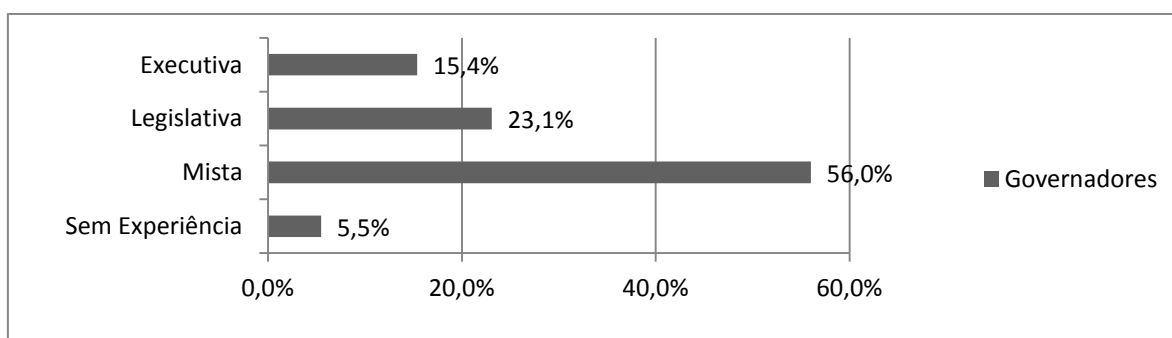
A terceira observação refere-se à natureza dos cargos eletivos ocupados pelos governadores. A tipologia aqui utilizada é inspirada na análise de Marengo dos Santos (2000), a qual distingue a natureza em: cargos executivos, legislativos, mista e sem experiência. Porém, ao contrário do referido autor, no caso dos cargos executivos foram considerados somente os eletivos (prefeito ou vice, governador ou vice, presidente ou vice), e não os de nomeação política, como secretarias municipais ou estaduais. Por sua vez, os postos legislativos correspondem aos cargos de: vereador, deputado estadual, deputado federal e senador.

A carreira mista, diz respeito àqueles indivíduos que obtiveram experiência prévia tanto em cargos legislativos quanto em cargos executivos. Neste sentido, quanto maior o índice de governadores com este tipo de carreira, maior o índice de profissionalização, pois elas significam o acúmulo de funções nos dois poderes. Sem experiência se refere aos que iniciaram diretamente como governador.

Tabela 41 - Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Indivíduos	%	Vagas	%
Executiva	14	15,4	21	15,6
Legislativa	21	23,1	22	16,3
Mista	51	56,0	87	64,4
Sem experiência	5	5,5	5	3,7
Total	91	100	135	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 8 - Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)

A maioria dos governadores (56% ou 64,4%, conforme o critério) tem acumulado cargos nos dois poderes, ou seja, prevaleceu a carreira mista, sendo seguida por aqueles que obtiveram somente experiência em cargos legislativos (23,1% ou 16,3%). Os chefes subnacionais que haviam exercido mandatos apenas nos cargos executivos correspondem a 15,4% ou 15,6%. Deste modo, nota-se que prevaleceu a profissionalização dos políticos.

Conforme o critério utilizado, a variação importante é a ampliação daqueles com experiência mista e a redução dos com trajetória apenas legislativa quando são considerados os 135 casos. Este é um claro indício de que indivíduos apenas com experiência legislativa foram eleitos para o governado do estado e, nessa condição, reelegeram-se ou retornaram posteriormente ao cargo, razão pela qual transformaram a carreira em “mista”.

Aqueles que chegaram à chefia estadual sem ter exercido qualquer tipo de cargo eletivo anterior corresponde a cinco dos 91 governadores (5,5%), sendo, portanto, uma categoria residual⁷. Dois desses inexperientes foram eleitos no primeiro pleito em análise, o de 1994. O primeiro deles é Cristovam Buarque, do Distrito Federal, que foi o segundo governador escolhido por meio de eleições diretas, pois naquele território a medida foi adotada apenas em 1990. Antes disso, o governador era nomeado pelo presidente da República⁸. O segundo é Neudo Campos, de Roraima. De modo semelhante ao caso anterior, uma possível explicação para este fato decorre de esse território ter sido elevado à categoria de estado somente a partir da Constituição de 1988⁹.

Os outros governadores sem experiência prévia foram eleitos em 2002. Contudo, diferentemente dos anteriores, que eram de estados que mais recentemente se constituíram como unidades federativas ou passaram a ter eleição direta, nesses casos se tratavam de estados tradicionais: Mato Grosso, que elegeu Blairo Maggi, e Pará, que escolheu Simão Jatene. Tanto um quanto o outro apenas nesta oportunidade elegeram um “novato”, pois os demais governadores do Mato

⁷ Obviamente a quantidade de casos continua a mesma quando são incorporados os reeleitos. Em termos relativos é que há uma redução (também óbvia).

⁸ Apesar disso, Cristovam não era um neófito nas relações políticas, pois havia sido eleito Reitor da Universidade de Brasília, cargo que exerceu de 1985 a 1989.

⁹ Este não foi um fato isolado: na média dos cinco pleitos analisados, os governadores de Roraima ocuparam 1,8 mandatos eletivos antes da chegada ao executivo estadual, sendo este o terceiro estado que elegeu nomes com o menor índice de mandatos prévios. É também o de menor eleitorado do país: havia aproximadamente 119 mil eleitores em 1994; 170 mil em 1998; 208 mil em 2002; 232 mil em 2006 e 271 mil em 2010.

Grosso¹⁰ chegaram ao posto depois de quatro mandatos cada um e os do Pará¹¹, somente após exercerem dois e cinco cargos, respectivamente. Apesar da constatação destes dois fatos isolados, tanto Maggi, quanto Jatene foram reeleitos governadores, o primeiro de modo sucessivo, em 2006, e o segundo em 2010, após um interregno, pois não concorreu à reeleição em 2006.

A quinta e última governadora a ocupar o cargo na condição de novata é Rosinha Garotinho (Rosângela de Oliveira), já referenciada no capítulo anterior, esposa e sucessora do governador do Rio de Janeiro (1999-2002), Anthony Garotinho¹². Neste mesmo ano, o ex-governador carioca lançou-se candidato à Presidência da República, entretanto, não obteve o mesmo êxito que a esposa. Garotinho sequer chegou ao segundo turno, disputado e vencido pelo candidato petista Luis Inácio Lula da Silva contra José Serra, que concorreu pelo PSDB.

Tabela 42 - Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Natureza	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executiva	6	22,2	5	18,5	3	11,1	4	14,8	3	11,1
Legislativa	5	18,5	3	11,1	5	18,5	6	22,2	3	11,1
Mista	14	51,9	19	70,4	16	59,3	17	63,0	21	77,8
S/Experiência	2	7,4	-	-	3	11,1	-	-	-	-
Total	27	100	27	100	27	100	27	100	27	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na análise por eleições, os dados apresentam distinções ao longo do período. Os governadores com carreira mista aumentaram de forma gradativa e ininterrupta de 1994 a 2010, com exceção da queda registrada em 2002. Em 1994, eles já correspondiam à maioria, com 51,9% dos eleitos, tendo avançado a 70,4% em 1998. Em 2002, houve a queda para 59,3%, ainda assim superior ao patamar

¹⁰ Dante Martins de Oliveira, eleito em 1994 e reeleito em 1998; Silval da Cunha Barbosa, eleito em 2010.

¹¹ Almir José de Oliveira Gabriel, eleito em 1994 e reeleito em 1998; Ana Julia Carepa, eleita em 2006.

¹² Como explicado no capítulo anterior, Garotinho e Rosinha foram eleitos sucessivamente ao governo do Rio de Janeiro: ele em 1998 e ela em 2002. No entanto, Garotinho teve de renunciar para concorrer à presidência em 2002 e quem completou o mandato e transmitiu o cargo para Rosinha foi Benedita da Silva.

inicial. O índice voltou a crescer em 2006 e atingiu 63%, mas sem retomar ao ponto atingido em 1998. Por fim, em 2010 foi a 77,8%, recorde no período.

Os eleitos sem experiência registram incidência ocasional: em três dos cinco pleitos considerados a situação não se verificou (1998, 2006 e 2010), tendo ocorrido tão somente em 1994 (7,4%) e em 2002 (11,1%). A destacar, então, que nos últimos dois pleitos ninguém foi eleito governador sem apresentar passagem por cargo eletivo anterior.

A experiência exclusivamente em cargos legislativos ou exclusivamente em cargos executivos variou ao longo do tempo, porém em torno de um patamar de 11,1% a 22,2%, correspondentes a três e seis casos. Embora em termos percentuais isso signifique o dobro de ocorrências, essa variação tão intensa é possível também porque ambos se tratam de patamares de reduzida intensidade. Registre-se, por fim, que em 2010 ambos ocuparam os mesmos 11,1%. Além de este ser o piso atingido pelas duas categorias, foi o primeiro pleito em que registraram o mesmo percentual.

Enfim, os dados sugerem que, com o passar do tempo, os governadores passam a apresentar maior acúmulo de exercício de mandato nos dois poderes.

Tabela 43 - Natureza da carreira eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executiva	7	30,4	4	14,3	-	-	2	13,3	1	8,3
Legislativa	4	17,4	6	21,4	4	30,8	3	20,0	4	33,3
Mista	10	43,5	18	64,3	7	53,8	9	60,0	7	58,3
S/Experiência	2	8,7	-	-	2	15,4	1	6,7	-	-
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 44 - Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executiva	11	31,4	5	11,1	1	5,0	2	10,0	2	13,3
Legislativa	5	14,3	6	13,3	4	20,0	3	15,0	4	26,7
Mista	17	48,6	34	75,6	13	65,0	14	70,0	9	60,0
S/Experiência	2	5,7	-	-	2	10,0	1	5,0	-	-
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Como a carreira mista é considerada um indício mais forte de uma intensa profissionalização política, pode-se perceber que, na distribuição por regiões, a Norte é aquela com o menor índice de profissionalização. Ela foi a única em que menos da metade dos governadores eleitos tinham experiência nos dois poderes (43,5% ou 48,6%, conforme o critério) – o patamar mínimo obtido pelas demais é 53,8%, na região Centro-Oeste dentre os eleitos pela primeira vez. Também foi a região que apresentou os menores índices de membros com carreira somente legislativa (17,4% ou 14,3%). Quando se consideram as vagas, o patamar mínimo fica com o Nordeste (13,3%), seguido pelo Sudeste (15%).

Entretanto, a experiência executiva foi a que mais contou para os políticos do Norte, sendo aquela com o maior índice (30,4% ou 31,4%). Nesse quesito, por exemplo, a região Centro-Oeste não registra nenhum governador com carreira exclusivamente executiva dentre os eleitos pela primeira vez. Os governadores eleitos das regiões Nordeste e Sudeste foram os que apresentaram o maior percentual com carreira mista: 64,3%-75,6% e 60%-70%, respectivamente.

A partir dos dados acima, pode-se inferir que essas são as regiões onde há uma maior profissionalização, enquanto no Norte e no Centro-Oeste preponderou menor experiência política, uma vez que elas apresentaram os menores índices de governadores com carreira mista e também o maior dentre aqueles que ingressaram sem experiência política eletiva prévia no executivo estadual.

Tabela 45 - Natureza da carreira eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Executiva	3	18,7	5	12,2	6	17,6
Legislativa	3	18,7	10	24,4	8	23,5
Mista	9	56,3	25	61,0	17	50,0
S/Experiência	1	6,3	1	2,4	3	8,8
Total	16	100	41	100	34	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 46 - Natureza da carreira eletiva dos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Executiva	5	22,7	7	10,6	9	19,1
Legislativa	3	13,6	10	15,2	9	19,1
Mista	13	59,1	48	72,7	26	55,3
S/Experiência	1	4,5	1	1,5	3	6,4
Total	22	99,9	66	100	47	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHB (2001)

Quanto aos blocos ideológicos, não há diferenças significativas entre eles. A mais notável diz respeito aos políticos do centro, que têm em sua grande maioria acúmulo tanto de cargos legislativos quanto executivos. Na análise por vagas ocupadas, são 72,7% os que apresentaram carreira mista, enquanto os de direita e os de esquerda giram em torno da faixa de 50% (59,1% e 55,3%).

O segundo ponto a mencionar é o fato de que três dos cinco estreates pertencerem à esquerda, o que contraria aquilo que a literatura vem registrando: o maior tempo de vinculação partidária, experiência e treinamento político desse setor (RODRIGUES, 2002; MARENCO DOS SANTOS, 2000; MARENCO; SERNA, 2007). No entanto, esses estudos foram realizados com deputados federais, e este se refere a governador. Em outras palavras: no cargo de governador, por suas peculiaridades, a situação é distinta, como os dados apontam. Apesar disso, não deixa de ser surpreendente que o cargo mais elevado e teoricamente mais restrito seja aquele que tenha sido obtido mais intensamente por membros de partidos de esquerda sem experiência. Talvez o crescimento eleitoral dos partidos de esquerda, ocorrido nos últimos tempos, possa ajudar a explicar essa situação. Ressalte-se, porém, que se está falando de três casos em 34 ou 47, ou seja, há limitações para realizar generalizações. Ainda assim, é importante registrar tal situação.

4.4 Cargos eletivos ocupados

Se o quesito anterior analisava as carreiras em função do tipo de cargo eletivo ocupado, esta seção é mais específica e aborda os cargos para os quais os governadores foram eleitos. Em razão da diversidade de cargos e do fato de ser

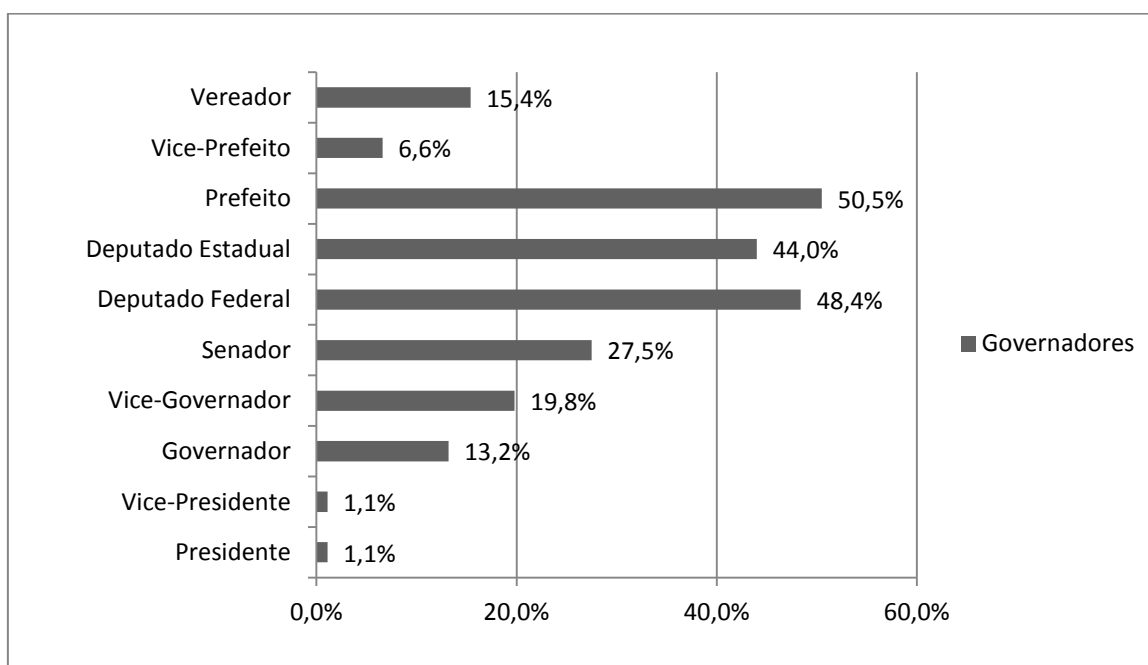
possível ocupar muitos deles ao longo do tempo, o percentual é calculado sobre os 91 ou 135 governadores, mas ultrapassa largamente os 100%, pois indica a incidência da ocupação do posto em uma escala em que seria teoricamente possível que todos tivessem exercido tal cargo.

Tabela 47 - Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Indivíduos	%	Vagas	%
Vereador	14	15,4	22	16,3
Vice-Prefeito	6	6,6	6	4,4
Prefeito	46	50,5	69	51,1
Deputado Estadual	40	44,0	64	47,4
Deputado Federal	44	48,4	62	45,9
Senador	25	27,5	36	26,7
Vice-Governador	18	19,8	20	14,8
Governador	12	13,2	59	43,7
Vice-Presidente	1	1,1	1	0,7
Presidente	1	1,1	1	0,7
Total	207	-	340	-

Indivíduos (N=91); Vagas (N=135)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 9 - Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)

Nos dois critérios utilizados a situação é a mesma, embora haja variação (não significativa) em alguns percentuais. Assim, pode-se dizer que boa parte dos governadores estudados ocupou cargos de prefeito (50,5% ou 51,1%), deputado federal (48,4% ou 45,9%) e deputado estadual (44% ou 47,4%). Em menor medida, eles também foram senador (27,5%). Estes números justificam o grande índice de governadores com carreiras mistas, combinando cargos no legislativo e no executivo. Vale o destaque também de que apenas 15,4% exerceram o cargo de vereador. A maioria dos atores analisados passou longe do cargo mais básico da política nacional (BARRETO, 2008; NOLL; LEAL, 2008; MIGUEL, 2003).

É relevante, ainda, resgatar as informações apresentadas no capítulo 1 referentes ao perfil dos governadores eleitos em períodos anteriores. Conforme o levantamento de Nunes (1978, p.53-55), os que ocuparam o cargo de governador entre 1947 e 1974 apresentavam uma trajetória semelhante a esta: 70% deles tinham passagem pelos legislativos estadual e federal. Os dados apresentados por Miguel (2003, p.127), relativos ao período 1986-1998 também são convergentes: dois terços tinham passagem pelo Congresso Nacional e mais de 70% pelos poder executivo, sendo que quase a metade tinha experiência mista.

Tabela 48 - Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Cargo	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	3	11,1	4	14,8	7	25,9	3	11,1	5	18,5
Vice-prefeito	-	-	1	3,7	1	3,7	1	3,7	3	11,1
Prefeito	16	59,3	14	51,9	13	48,1	14	51,9	12	44,4
D. Estadual	8	29,6	15	55,6	14	51,9	12	44,4	15	55,6
D. Federal	11	40,7	9	33,3	13	48,1	15	55,6	14	51,9
Senador	9	33,3	9	33,3	3	11,1	7	25,9	8	29,6
Vice-Gov.	2	7,4	3	11,1	6	22,2	2	7,4	7	25,9
Governador	6	22,2	14	51,9	11	40,7	14	51,9	14	51,9
Vice-Pres.	-	-	1	3,7	-	-	-	-	-	-
Presidente	-	-	1	3,7	-	-	-	-	-	-
Total	55	-	71	-	68	-	68	-	78	-

1994, 1998, 2002, 2006, 2010 (N=27)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Apesar de pequenas oscilações, a ocupação de cargos de acordo com os pleitos não sofreu variações significativas, somente um índice menor de ocupantes dos legislativos estaduais e federais nos anos 1990, em contraste aos percentuais maiores nos anos 2000. Os prefeitos municipais tiveram o índice mais constante, oscilando de 44,4% em 2010 a 59,3% em 1994. Já os com passagem como vereador cresceram entre 1994 e 2002 (de 11,1% a 25,9%), mas retornaram ao patamar abaixo de 20% desde então. A destacar, por fim, a ampliação daqueles que já haviam sido governadores (de 22% em 1994 ao patamar de 50% desde então), reflexo da possibilidade de reeleição, que foi implantada em 1998.

Tabela 49 - Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	5	21,7	3	10,7	2	15,4	2	13,3	2	16,7
Vice-Prefeito	3	13,0	-	-	-	-	1	6,7	2	16,7
Prefeito	10	43,5	16	57,1	4	30,8	8	53,3	8	66,7
D. Estadual	6	26,1	15	53,6	9	69,2	5	33,3	5	41,7
D. Federal	5	21,7	14	50,0	9	69,2	8	53,3	8	66,7
Senador	5	21,7	7	25,0	2	15,4	8	53,3	3	25,0
Vice-Gov.	4	17,4	7	25,0	4	30,8	3	20,0	-	-
Governador	4	17,4	3	10,7	2	15,4	1	6,7	2	16,7
Vice-Pres.	-	-	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Presidente	-	-	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Total	42	-	65	-	32	-	38	-	30	-

Norte (N=23); Nordeste (N=28); Centro-Oeste (N=13); Sudeste (N=15); Sul (N=12)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 50 - Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	9	25,7	5	11,1	3	15,0	3	15,0	2	13,3
Vice-Prefeito	3	8,6	-	-	1	5,0	-	-	2	13,3
Prefeito	15	42,9	24	53,3	8	40,0	12	60,0	10	66,7
D. Estadual	10	28,6	23	51,1	15	75,0	9	45,0	7	46,7
D. Federal	8	22,9	24	53,3	11	55,0	11	55,0	8	53,3
Senador	7	20,0	11	24,4	3	15,0	11	55,0	4	26,7
Vice-Gov.	4	11,4	7	15,6	5	25,0	4	20,0	-	-
Governador	16	45,7	21	46,7	10	50,0	7	35,0	5	33,3
Vice-Pres	-	-	-	-	-	-	1	5,0	-	-
Presidente	-	-	-	-	-	-	1	5,0	-	-
Total	72	-	115	-	56	-	59	-	38	-

Norte (N=35); Nordeste (N=45); Centro-Oeste (N=20); Sudeste (N=20); Sul (N=15)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na distribuição por regiões, o primeiro ponto a destacar é que apenas no Sudeste os governadores eleitos haviam passado por todos os cargos aqui considerados – muito em razão da presença de Itamar Franco, governador de Minas Gerais.

Depois, pode-se destacar que os cargos mais exercidos na região Norte são o de prefeito (43,5% ou 42,9%, conforme o critério) e o de governador (que atinge 45,7%, quando é incluída a possibilidade de reeleição ou de retorno), a confirmar a importância dos postos executivos. No caso do Nordeste, prevalecem os que foram prefeito (57,1% ou 53,3%), deputado estadual (53,6% ou 51,1%) e deputado federal (50% ou 53,3%). Dentre os do Centro-Oeste, no entanto, destacam-se os deputados estadual e federal (ambos com 69,2% ao considerar os indivíduos, 75% e 55% ao considerar as vagas). No Sudeste, o perfil é outro: prefeito, deputado federal ou senador (todos com 53,3% no critério dos indivíduos; 60%, 55%, 55% no critério vagas). Por fim, no Sul a maior incidência é de prefeitos (66,7% em ambos os critérios) e de deputados federais (66,7% ou 53,3%).

Como em todos se destacam os deputados federais e os prefeitos (exceção ao Norte no primeiro caso e ao Centro-Oeste no segundo), o diferencial acaba sendo os demais cargos que atingem destaque em determinadas regiões: deputado estadual no Centro-Oeste e senador no Sudeste.

Novamente a região Norte foi a que apresentou os menores índices, deputados estaduais e federais foram os que ficaram bem abaixo da média nacional 26,1% e 21,7%, respectivamente. A região Sul foi a que teve maior ocupação em executivos municipais (66,7%), a região Centro-Oeste a de deputados estaduais e federais, 69,2% cada. A região sudeste teve o destaque da ocupação do cargo de senador (53%), quase o dobro dos 27,5% da média nacional.

Tabela 51 - Cargos eletivos ocupados pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vereador	1	6,3	6	14,6	7	20,6
Vice-prefeito	-	-	2	4,9	4	11,8
Prefeito	7	43,8	23	56,1	16	47,1
D. Estadual	5	31,3	18	43,9	17	50,0
D. Federal	7	43,8	21	51,2	16	47,1
Senador	6	37,5	15	36,6	4	11,8
Vice-Gov.	4	25,0	9	22,0	5	15,7
Governador	4	25,0	7	17,1	1	2,9
Vice-Pres.	-	-	1	2,4	-	-
Presidente	-	-	1	2,4	-	-
Total	34	-	103	-	70	-

Direita (N=16); Centro (N=41); Esquerda (N=34)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 52 - Cargos eletivos ocupados pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vereador	2	9,1	10	15,2	10	21,3
Vice-prefeito	-	-	3	4,5	3	6,4
Prefeito	10	45,5	36	54,5	23	48,9
D. Estadual	6	27,3	33	50,0	25	53,2
D. Federal	8	36,3	34	51,5	20	42,6
Senador	8	36,3	24	36,4	4	8,5
Vice-Gov.	5	22,7	10	15,2	5	10,6
Governador	11	50,0	35	53,0	13	27,7
Vice-Pres.	-	-	1	1,5	-	-
Presidente	-	-	1	1,5	-	-
Total	50	-	187	-	103	-

Direita (N=22); Centro (N=66); Esquerda (N=47)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na separação por blocos as diferenças são mais notáveis, como o caso dos vereadores, que foram cargos constantes no currículo de 20,6% ou 21,3%, conforme o critério, dos governadores dos partidos de esquerda, índice bem superior ao dos demais blocos (14,6%-15,2% no centro e 6,3%-9,1% na direita). Já os senadores correspondem a apenas 11,8%-8,5% na esquerda, mas aproximadamente 36% nos outros dois. A passagem por assembleias legislativas e pela Câmara dos Deputados foi menor dentre os governadores de direita (31,3%-27,3% e 43%-36,3%, respectivamente) em comparação aos demais (em torno de 50% nos de centro nos dois cargos e de 50% e 40% nos de esquerda). Há maior equilíbrio no que tange aos

prefeitos, cargo ocupado pelos governadores de direita em 43,8%-45,5% dos casos, pelos de centro em 56,1%-54,5% e pelos de esquerda em 47,1%-48,9%.

4.5 Primeiro cargo eletivo

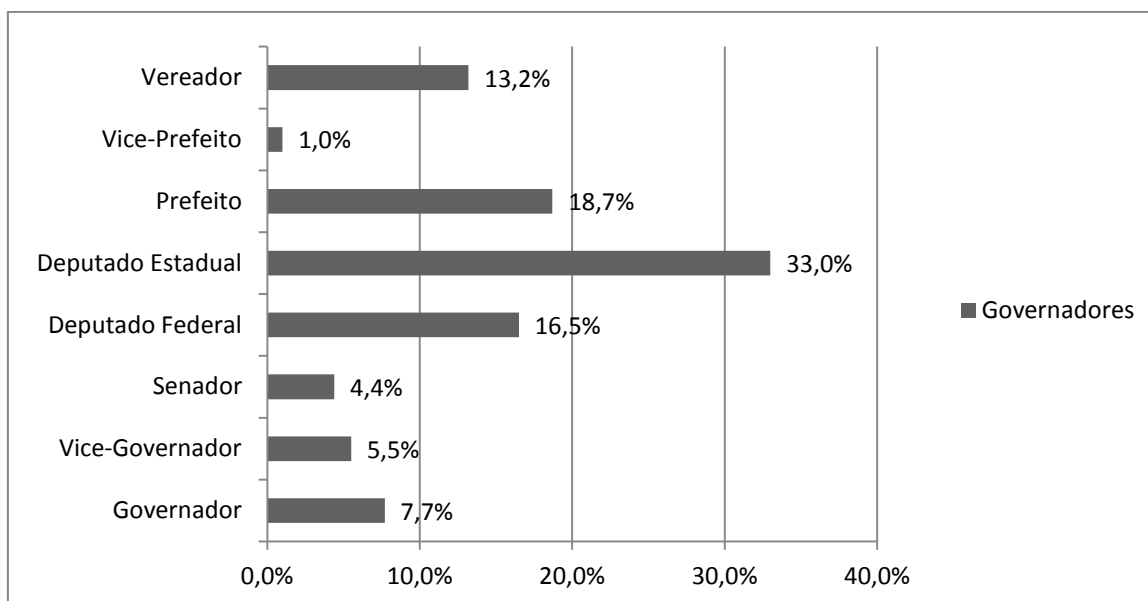
A partir deste ponto a análise fica ainda mais específica. O critério em observação é o primeiro cargo eletivo exercido pelo governador. Como pondera Marenco dos Santos (2000) e foi comentado no capítulo 1, esse primeiro cargo é um indício importante do tipo de capital político reunido pelo eleito, bem como da trajetória que ele precisou percorrer para chegar ao posto em análise, no caso, o de governador. Diferentemente de outros estudos, aqui não são considerados cargos não eletivos (como ministros e secretários), por exemplo, e sim tão somente os cargos eletivos, pois os demais serão objeto de outra análise, a ser realizada mais adiante.

Tabela 53 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Indivíduos	%	Vagas	%
Vereador	12	13,2	20	14,8
Vice-Prefeito	1	1,0	1	0,7
Prefeito	17	18,7	23	17,0
Deputado Estadual*	30	33,0	47	34,8
Deputado Federal	15	16,5	23	17,0
Senador	4	4,4	5	3,7
Vice-Governador	5	5,5	7	5,2
Governador	7	7,7	9	6,7
Total	91	100	135	99,9

* 29 deputados estaduais e 1 deputado distrital

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 10 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleito pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)

Um ponto a se considerar diz respeito à porta de entrada destes atores, ou seja, qual o primeiro cargo público eletivo¹³ de fato. A partir dos dados da tab. 37 e gráfico 10, percebe-se que poucos começaram a vida política em cargos da alta hierarquia brasileira, como: senador, governador e vice-governador. Praticamente um terço dos governadores em análise, o que corresponde ao maior contingente, iniciou a carreira política eletiva na Assembleia Legislativa. Já 16,5% ou 17% tiveram o primeiro contato com um cargo público na Câmara dos Deputados e em patamar um pouco superior a este (18,7% ou 17%) principiaram pelo executivo municipal.

Aqueles que já ingressaram na política em cargos relativamente mais altos, e também nas esferas estaduais e federais, correspondem a 4,4% ou 3,7% de estreantes como senadores e a 5,5% ou 5,2% para os que começaram na condição de vice-governadores. Os estreantes já como governadores correspondem a 7,7% ou 6,7%, o que mostra mais uma vez a restrição do cargo para aqueles que não têm experiência política prévia, uma vez que mais de 92% dos governadores eleitos haviam ocupado ao menos para um cargo eletivo antes da chegada ao governo

¹³ Neste estudo serão considerados os mandatos os quais os políticos ingressaram através de eleições diretas, eleições indiretas ou por nomeação. Durante o regime militar (1964 a 1985) as eleições para governador eram realizadas de maneira indireta ou por nomeação. O mesmo acontecia no caso dos prefeitos de capitais e de municípios considerados área de segurança nacional ou estações hidrominerais.

estadual. A destacar, por fim, que embora muitos comecem no legislativo, poucos iniciam como vereador (13,2% ou 14,8%).

Tabela 54 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos deputados federais (2003) e senadores (1990-2006) e governadores (1990-2010)

Cargo	Deputado	Senador	Governador
Vereador	25,7	19,3	13,2
Prefeito	4,3	13,4	18,7
Deputado Estadual	17,2	24,1	33,0
Deputado Federal	32,9	20,9	16,5
Senador	0,6	13,0	4,4
Governador	-	5,0	7,7
Outro	19,3	4,3	6,5
Total	100	100	100

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001); Bourdoukan (2006) e Silva (2010)

Na comparação com outros cargos, é notável a diferença entre os governadores, de um lado, e os deputados e os senadores, de outro, a indicar a posição mais elevada dos primeiros e, conseqüentemente, as diferentes portas de entrada para os que atingiram tais cargos. Se o primeiro a ser ocupado for o próprio cargo em análise, os governadores registram o índice mais baixo, seguido pelos senadores e os deputados. Cerca de um terço dos deputados federais debutaram na política como membros da Câmara, enquanto 13% dos senadores estrearam no próprio cargo e apenas 7,7% dos governadores o fizeram.

Se a entrada na política se deu como vereador, considerado como o “grau zero da política” (NOLL; LEAL, 2008), novamente os governadores registram o menor índice: 13,2% para eles, 19,3% para os senadores e 25,7% para os deputados. É preciso ponderar que os estudos de Bourdoukan (2006) e de Silva (2010) consideram cargos não eletivos também como porta de entrada, como secretarias municipais/estaduais e ministérios. Mas também nesse quesito, os governadores registram um índice baixo: 6,5% contra 4,3% dos senadores e 19,3% dos deputados. Ao inverso, se os cargos de entrada forem prefeito e deputado estadual, a liderança passa aos governadores (51,7% no acumulado desses dois postos), pois os deputados registram 21,5% no acumulado dos dois cargos e os senadores, 37,5%.

Logo, pode-se dizer que, em linhas gerais, a principal distinção entre os governadores e os deputados é que estes começaram a trajetória política nos legislativos municipais ou nos federais e aqueles tiveram como porta de entrada principal o legislativo estadual e o executivo municipal. Assim como os governadores, os senadores começaram em maior parte pelo legislativo estadual (24%), entretanto um percentual maior de senadores ingressou no próprio cargo sem experiência prévia (13%), ao passo que nos governadores o índice corresponde a quase 8%, conforme mencionado anteriormente. Neste sentido, novamente o cargo de governador se mostrou o mais restrito aos novatos ou inexperientes.

Tabela 55 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Indivíduos	%	Vagas	%
Municipal	30	33,0	44	32,6
Estadual	42	46,2	63	46,7
Federal	19	20,9	28	20,7
Total	91	100,1	135	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Outro ponto que merece destaque refere-se ao fato que a maioria dos governadores teve como porta de ingresso na carreira eletiva um cargo da esfera estadual (46,2% ou 46,7%). O índice dos que iniciaram a vida política a partir do município é de 33% ou 32,6%. Já aqueles que começaram na esfera federal, na condição de senador ou de deputado federal, são os menos comuns, pois correspondem a 20,9% ou 20,7%. Em relação aos deputados federais, por exemplo, o índice de iniciantes na esfera estadual cai para 17,8%, visto que a maior parte começa nos cargos da esfera municipal (BOURDOUKAN, 2006).

Tabela 56 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder (Brasil, 1994-2010)

Poder	Indivíduos	%	Vagas	%
Executivo	30	33,0	40	29,6
Legislativo	61	67,0	95	70,4
Total	91	100	135	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Os dados da tabela anterior são bastante claros: o primeiro cargo eletivo de dois terços dos governadores foi no poder legislativo e apenas um terço no poder executivo. Ou seja, o parlamento foi a porta de entrada preferencial dos que se tornaram governadores.

Tabela 57 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Cargo	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	3	11,1	3	11,1	6	22,2	3	11,1	5	18,5
Vice-prefeito	1	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Prefeito	8	29,6	7	25,9	4	14,8	2	7,4	2	7,4
D. Estadual	6	22,2	12	44,4	8	29,6	9	33,3	12	44,4
D. Federal	4	14,8	3	11,1	5	18,5	8	29,6	3	11,1
Senador	1	3,7	-	-	-	-	2	7,4	2	7,4
Vice-Gov.	1	3,7	2	7,4	1	3,7	1	3,7	2	7,4
Governador	3	11,1	-	-	3	11,1	2	7,4	1	3,7
Total	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na análise por eleição nota-se que a porta de entrada no próprio cargo diminui gradativamente, exceto em 1998, o que é coerente com as informações precedentes as quais indicam a redução do espaço ocupado pelos inexperientes. O ingresso pelo executivo municipal também decresceu de modo constante, os que iniciaram a trajetória política como prefeitos passou de 29,6% em 1994 para 25,9% em 1998, em 2002 o percentual caiu para 14,8% chegando a 7,4% nos últimos dois pleitos realizados em 2006 e em 2010. Apesar das oscilações, em quase todos os anos, com exceção de 1994, a maioria dos governadores começou a carreira nas assembleias legislativas estaduais.

Tabela 58 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa e por pleito (Brasil, 1994-2010)

Esfera	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municipal	12	44,4	10	37,0	10	37,0	5	18,5	7	25,9
Estadual	10	37,0	14	51,9	12	44,4	12	44,4	15	55,6
Federal	5	18,5	3	11,1	5	18,5	10	37,0	5	18,5
Total	27	99,9	27	100	27	99,9	27	99,9	27	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Em termos de esfera federativa em que ocupou o primeiro cargo eletivo ao longo dos pleitos, verifica-se que o âmbito municipal prevaleceu tão somente na eleição de 1994 (44,4%), posto cedido desde então para o âmbito estadual que, apesar de alternar entre 44,4% (2002 e 2006), 51,9% (1998) e 55,6% (2010), sempre liderou desde então. A esfera federal sempre foi a minoritária, com exceção do pleito de 2006, quando atingiu 37% e superou a municipal (18,5%).

Tabela 59 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder (Brasil, 1994-2010)

Poder	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executivo	13	48,1	9	33,3	8	29,6	5	18,5	5	18,5
Legislativo	14	51,9	18	66,7	19	70,4	22	81,5	22	81,5
Total	27	100	27	100	27	100	27	100	27	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

No que tange ao fato de o primeiro cargo ter sido no poder legislativo ou executivo, a prevalência sempre foi de postos legislativos, mas essa preponderância cresceu ao longo do tempo: foi de 51,9% em 1994, passou a 66,7% em 1998, atingiu 70,4% em 2006 e atingiu o pico de 81,5% em 2006 e em 2010.

Tabela 60 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos pela primeira vez eleitos governador por região (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	5	21,7	2	7,1	1	7,7	2	13,3	2	16,7
Vice-Prefeito	-	-	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Prefeito	6	26,1	6	21,4	2	15,4	1	6,7	2	16,7
D. Estadual	4	17,4	12	42,9	6	46,1	4	26,7	4	33,3
D. Federal	1	4,3	5	17,9	1	7,7	4	26,7	4	33,3
Senador	1	4,3	1	3,6	1	7,7	1	6,7	-	-
Vice-Gov.	3	13,0	1	3,6	-	-	1	6,7	-	-
Governador	3	13,0	1	3,6	2	15,4	1	6,7	-	-
Total	23	99,8	28	100,1	13	100	15	100,2	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 61 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos no Brasil por região (1994-2010)

Cargo	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vereador	9	25,7	3	6,7	3	15,0	3	15,0	2	13,3
Vice-Prefeito	-	-	-	-	-	-	1	5,0	-	-
Prefeito	11	31,4	6	13,3	2	10,0	1	5,0	3	20,0
D. Estadual	2	5,7	20	44,4	11	55,0	6	30,0	5	33,3
D. Federal	5	14,3	10	22,2	-	-	6	30,0	5	33,3
Senador	1	2,9	2	4,4	1	5,0	1	5,0	-	-
Vice-Gov.	2	5,7	2	4,4	-	-	1	5,0	-	-
Governador	5	14,3	2	4,4	3	15,0	1	5,0	-	-
Total	35	100	45	99,8	20	100	20	100	15	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na distribuição por regiões há diferenças notáveis entre elas, mas não conforme o critério utilizado para contabilizar os dados. O Norte foi o território onde os governadores começaram sua trajetória política prioritariamente na condição de prefeito municipal (26,1% ou 31,4%). Os das regiões Nordeste e Centro-Oeste têm o cargo de deputado estadual como o debut na carreira (42,9%-44,4% e 46,2%-55%, respectivamente). Os das regiões Sudeste e Sul estão divididos entre os postos de deputado estadual e de federal (26,7%-30% e 33,3%-33,3%, respectivamente).

Tabela 62 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por esfera federativa e por região (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municipal	11	47,8	8	28,6	3	23,1	4	26,7	4	33,3
Estadual	10	43,5	14	50,0	8	61,5	6	40,0	4	33,3
Federal	2	8,7	6	21,4	2	15,4	5	33,3	4	33,3
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 63 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa e por região (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municipal	20	57,1	9	20,0	5	25,0	5	25,0	5	33,3
Estadual	9	25,7	24	53,3	14	70,0	8	40,0	5	33,3
Federal	6	17,1	12	26,7	1	5,0	7	35,0	5	33,3
Total	35	99,9	45	100	20	100	20	100	15	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Quando os cargos são reunidos pela esfera ou nível da federação, pode-se verificar que a região Norte é a única em que prevalecem como primeiro cargo aqueles de âmbito municipal, independentemente do critério utilizado. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste preponderam cargos de nível estadual. No caso dessa última, uma das causas pode estar no fato de o Distrito Federal, que compõe a região, não eleger vereadores ou prefeitos, somente governadores, senadores e deputados distritais e federais. O Sul impede qualquer comentário, pois há igualdade entre cargos nas três esferas. O destaque que se pode fazer em relação a ela é que o percentual de cargos federais (33,3%) é o mais alto dentre todas as regiões, ao lado da Sudeste, o que, por comparação, permite destacar a presença desses postos em tal região.

Os cargos que compõem o nível federal foram os menos favoráveis como porta de entrada na política, com exceção do Sudeste e do Sul, revelando que o sistema político brasileiro de certo modo exige uma maior profissionalização, treinamento e acúmulo de cargos nas outras esferas.

Tabela 64 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por poder e por região (Brasil, 1994-2010)

Poder	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executivo	12	52,2	8	28,6	4	30,8	4	26,7	2	16,7
Legislativo	11	47,8	20	71,4	9	69,2	11	73,3	10	83,3
Total	23	100	28	100	13	100	15	100	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 65 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder e por região (Brasil, 1994-2010)

Poder	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Executivo	18	51,4	10	22,2	5	25,0	4	20,0	3	20,0
Legislativo	17	48,6	35	77,8	15	75,0	16	80,0	12	80,0
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Em todas as regiões preponderam postos legislativos como o primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos, independentemente do critério (de 69,2% na Centro-Oeste a 83,3% na Sul), com exceção da região Norte, em que a

porta de entrada tem sido majoritariamente cargos executivos (52,2% ou 51,4%, conforme o critério).

Tabela 66 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vereador	1	6,3	5	12,2	6	17,6
Vice-prefeito	-	-	1	2,4	-	-
Prefeito	5	31,2	8	19,5	4	11,8
D. Estadual	5	31,2	11	26,8	14	41,2
D. Federal	2	12,5	9	22,0	4	11,8
Senador	1	6,3	2	4,9	1	2,9
Vice-Gov.	1	6,3	2	4,9	2	5,9
Governador	1	6,3	3	7,3	3	8,8
Total	16	100,1	41	100	34	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

As informações relativas aos blocos ideológicos mostram distinções entre os indivíduos eleitos governador. Nos partidos de direita preponderam aqueles que iniciaram a carreira como prefeito ou deputado estadual (31,2% cada). No caso dos de esquerda se destacam os que começaram como deputado estadual (41,2%), vindo depois, a larga distância, os que iniciaram como vereador (17,6%). Nos partidos de centro preponderam deputados estaduais (26,8%) e deputados federais (22%). Portanto, embora em todos haja a importante participação dos deputados estaduais, os índices desse cargo variam significativamente.

Tabela 67 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vereador	2	9,1	10	15,2	8	17,0
Vice-prefeito	-	-	1	1,5	-	-
Prefeito	6	27,3	9	13,6	8	17,0
D. Estadual	5	22,7	22	33,3	20	42,6
D. Federal	4	18,2	14	21,2	5	10,6
Senador	1	4,5	3	4,5	1	2,1
Vice-Gov.	2	9,1	2	3,0	1	2,1
Governador	2	9,1	5	7,6	4	8,5
Total	22	100	66	99,9	47	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Quando a análise não considera os indivíduos, e sim quem ocupou as 135 vagas disponíveis no período, o cenário se altera nos partidos de direita, pois os que começaram como prefeito tomam a frente (27,3%) e superam os que principiaram como deputado estadual (22,7%). Nos partidos de centro e de esquerda, no entanto, os deputados estaduais continuam a liderar (33,3% e 42,6%) e as demais tendências se sustentam, como a participação importante dos vereadores entre os governadores eleitos por partidos de esquerda (17%) e os deputados federais entre os de centro (21,2%).

Tabela 68 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por esfera e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Municipal	6	37,5	14	34,1	10	29,4
Estadual	7	43,8	16	39,0	19	55,9
Federal	3	18,8	11	26,8	5	14,7
Total	16	100,1	41	99,9	34	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 69 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por esfera federativa e por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Municipal	8	36,4	20	30,3	16	34,0
Estadual	9	40,9	29	43,9	25	53,2
Federal	5	22,7	17	25,8	6	12,8
Total	22	100	66	100	47	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Se a análise for realizada por esfera da estrutura federativa prevalecem em todos os blocos ideológicos cargos de âmbito estadual, independentemente do critério utilizado. No entanto, a vantagem é maior dentre os governadores eleitos por partidos de esquerda, cujo índice supera os 50%. E tal perspectiva implica a menor presença daqueles que iniciaram a carreira em um cargo federal, cujos índices são bem menores do que o dos outros dois blocos.

Tabela 70 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por poder e por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)

Poder	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Executivo	7	43,7	14	34,1	9	26,5
Legislativo	9	56,3	27	65,9	25	73,5
Total	16	100	41	100	34	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 71 - Primeiro cargo eletivo ocupado pelos governadores eleitos por poder e por bloco ideológico (Brasil, 1994-2010)

Poder	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Executivo	10	45,5	17	25,8	13	27,7
Legislativo	12	54,5	49	74,2	34	72,3
Total	22	100	66	100	47	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

O legislativo é o principal modo de ingresso na carreira política eletiva em todos os blocos ideológicos, em qualquer critério utilizado. Porém, o predomínio nos partidos de direita (56,3%-54,5%) é menor do que nos de centro (65,9%-74,2%) e nos de esquerda (73,5%-72,3%).

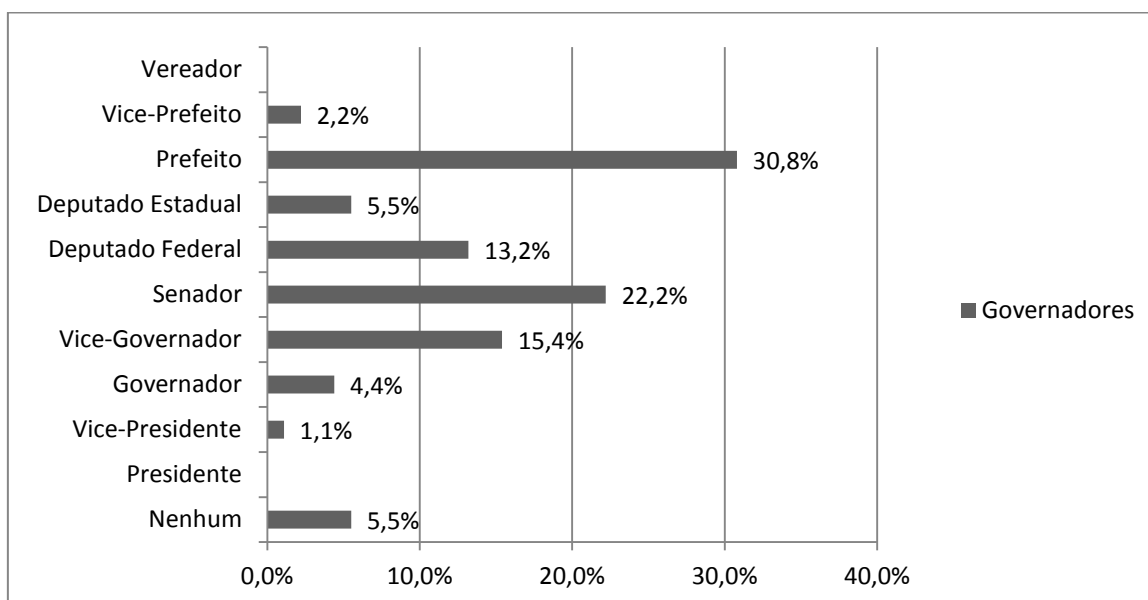
4.6 Cargo eletivo prévio

Outro indicador a fim de detectar padrões de carreiras políticas pode ser percebido através do cargo eletivo prévio a se tornar governador. Este critério busca saber de onde o candidato saiu para ganhar a disputa ao executivo estadual. É importante evidenciar que se está considerando como “cargo prévio” a última eleição vencida antes de ele se tornar governador. Logo, não se pondera simplesmente cargo em exercício, sendo possível que o candidato nem estivesse no exercício de algum no período imediatamente anterior à eleição.

Tabela 72 - Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos (Brasil, 1994-2010)

Natureza	Indivíduos	%	Vagas	%
Vereador	-	-	-	-
Vice-prefeito	2	2,2	2	1,5
Prefeito	28	30,8	29	21,5
Deputado Estadual	5	5,5	5	3,7
Deputado Federal	12	13,2	12	8,9
Senador	20	22,0	24	17,8
Vice-governador	14	15,4	15	11,1
Governador	4	4,4	42	31,1
Vice-presidente	1	1,1	-	-
Presidente	-	-	1	0,7
Nenhum	5	5,5	5	3,7
Total	91	100,1	135	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 11 - Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos (Brasil, 1994-2010)

Apesar de o formato do sistema político nacional não exigir pré-requisitos ou ocupações em determinados cargos antes da chegada ao executivo estadual, é possível notar certo padrão. Quando o critério é calcado nos indivíduos que chegaram ao cargo pela primeira vez observa-se que quase um terço comandara ou comandava a prefeitura municipal imediatamente antes do executivo estadual. Outros 22% tiveram como último cargo um assento na Câmara Alta. Por fim, 15,4% vieram diretamente do executivo estadual, mas na condição de vice-governadores.

Logo, 68,2% dos governadores tinham como cargo eletivo anterior: prefeito, senador ou vice-governador.

Embora o grande índice de mandatos ocupados no legislativo estadual e na Câmara dos Deputados ao longo da carreira, estes se configuram como uma parte da trajetória política, e não especificamente o trampolim direto para o executivo estadual, pois apenas 5,5% saíram da Assembleia Legislativa para o governo e 13,2% da condição de deputado federal.

Quando o critério é as vagas ocupadas no período, o cenário é outro, pois todos os reeleitos são contabilizados e o cargo de governador se destaca, sendo responsável por quase um terço dos casos. Como reflexo, os que deixam a prefeitura se reduz para 21,5% e os saem do Senado passam a 17,8%.

Tabela 73 - Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Cargo	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vice-prefeito	1	3,7	-	-	1	3,7	-	-	-	-
Prefeito	8	29,6	7	25,9	4	14,8	6	22,2	4	14,8
D. Estadual	1	3,7	1	3,7	2	7,4	-	-	1	3,7
D. Federal	3	11,1	1	3,7	3	11,1	4	14,8	1	3,7
Senador	8	29,6	3	11,1	4	14,8	3	11,1	6	22,2
V. Governad.	2	7,4	2	7,4	3	11,1	2	7,4	6	22,2
Governador	2	7,4	12	44,4	7	25,9	12	44,4	9	33,3
Presidente	-	-	1	3,7	-	-	-	-	-	-
Nenhum	2	7,4	-	-	3	11,1	-	-	-	-
Total	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Ao tomar os dados a partir dos pleitos verifica-se o peso da possibilidade de reeleição, medida que entrou em vigor em 1998. Na eleição imediatamente anterior a essa, prefeito e senador eram os principais cargos ocupados pelos que se elegeram governador (29,6% cada), seguidos à distância pelo posto de deputado federal (11,1%). A partir de 1998, o cargo principal passou a ser o próprio posto de governador de estado que, apesar das alternâncias (variou de 25,9% a 44,4%) sempre liderou esse quesito. O reflexo foi imediato nos demais cargos: o de prefeito jamais recuperou o percentual registrado em 1994, tendo registrado de 14,8% a 25,9% e o de senador sentiu ainda mais o impacto, pois variou de 22,2% a 11,1%.

Tabela 74 - Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos por região (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vice-prefeito	1	4,3	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Prefeito	8	34,8	9	32,1	2	15,4	4	26,7	5	41,7
D. Estadual	3	13,0			1	7,7			1	8,3
D. Federal	-	-	5	17,9	3	23,1	1	6,7	3	25,0
Senador	4	17,4	7	25,0	1	7,7	5	33,3	3	25,0
Vice-Gov.	4	17,4	5	17,9	3	23,1	2	13,3	-	-
Governador	1	4,3	2	7,1	1	7,7	-	-	-	-
Presidente	-	-	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Nenhum	2	8,7	-	-	2	15,4	1	6,7	-	-
Total	23	99,9	28	100	13	100,1	15	100,1	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na análise por região, quando o critério não inclui os casos de reeleição ou de retorno após um interregno, registra-se que a prefeitura municipal foi o principal trampolim para governo estadual em três das cinco regiões (Norte, Nordeste e Sul). O Senado Federal foi a rota de acesso secundária das regiões Norte, Nordeste e Sul e a principal da região Sudeste (33,3%), contudo, apenas 7,7% (um caso, em números absolutos) saiu da Câmara Alta para o governo estadual no Centro-Oeste. Nesta região, dois são os postos anteriores principais dos eleitos: o cargo de deputado federal ou de vice-governador (23,1% cada).

Tabela 75 - Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por região (Brasil, 1994-2010)

Esfera	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vice-prefeito	1	2,9	-	-	-	-	1	5,0	-	-
Prefeito	9	25,7	9	20,0	2	10,0	4	20,0	5	33,3
D. Estadual	3	8,6	-	-	1	5,0	-	-	1	6,7
D. Federal	-	-	5	11,1	3	15,0	1	5,0	3	20,0
Senador	4	11,4	9	20,0	3	15,0	5	25,0	3	20,0
Vice-Gov.	4	11,4	5	11,1	3	15,0	3	15,0	-	-
Governador	12	34,3	17	37,8	6	30,0	4	20,0	3	20,0
Presidente	-	-	-	-	-	-	1	5,0	-	-
Nenhum	2	5,7	-	-	2	10,0	1	5,0	-	-
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

O cenário presente na tabela anterior é modificado significativamente quando o critério inclui os casos de reeleição imediata ou mediada, isso porque o cargo de governador se torna preponderante em três das cinco regiões: Norte (34,3%), Nordeste (37,8%), Centro-Oeste (30%), o principal no Sul (20%). O peso da reeleição é menor nas regiões Sudeste e Sul, nas quais o cargo de governador é superado por Senador (25%) e prefeito (33,3%), embora figure como o segundo cargo ocupado pelos eleitos (20% em cada região).

Tabela 76 - Cargo eletivo ocupado pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador imediatamente antes de serem escolhidos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vice-prefeito	-	-	1	2,4	1	2,9
Prefeito	2	12,5	13	31,7	13	38,2
D. Estadual	1	6,3	1	2,4	3	8,8
D. Federal	2	12,5	5	12,2	5	14,7
Senador	4	25,0	11	26,8	5	14,7
V. Govern.	4	25,0	6	14,6	4	11,8
Governador	2	12,5	2	4,9	-	-
Presidente	-	-	1	2,4	-	-
Nenhum	1	6,3	1	2,4	3	8,8
Total	16	100,1	41	99,8	34	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 77 - Cargo eletivo ocupado pelos governadores imediatamente antes de serem escolhidos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Cargo	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Vice-prefeito	-	-	1	1,5	1	2,1
Prefeito	3	13,6	13	19,7	13	27,7
D. Estadual	1	4,5	1	1,5	3	6,4
D. Federal	2	9,1	5	7,6	5	10,6
Senador	5	22,7	14	21,2	5	10,6
Vice-Gov.	4	18,2	7	10,6	4	8,5
Governador	6	27,3	23	34,8	13	27,7
Presidente	-	-	1	1,5	-	-
Nenhum	1	4,5	1	1,5	3	6,4
Total (135)	22	99,9	66	99,9	47	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

No que tange aos blocos ideológicos, as diferenças mais marcantes nos dados conforme os critérios utilizados é o crescimento do posto de governador quando a possibilidade de reeleição é incluída na análise, o que condiciona os percentuais apresentados pelos demais cargos. Assim, ter a chefia do executivo estadual dentre os que atingem o posto pela primeira vez no recorte temporal da pesquisa, que respondia por 12,5% na direita, por 4,9% no centro e por nenhuma ocorrência na esquerda, passa ao se considerar as vagas ocupadas para 27,3% na direita, 34,8% no centro e 27,7% na esquerda. Especialmente nos campos do centro e da esquerda o cargo que mais perde participação percentual é o de prefeito – cai de 31,7% e de 38,2% para 19,7% e 27,7%, respectivamente.

A ponderar, ainda, que os partidos de direita tiveram como trampolim cargos mais altos, o Senado Federal (22,7%) e as vice-governadorias (18,2%). Já nas legendas do centro o Senado obteve o percentual de 21,2% seguido das prefeituras 19,7%. Nos partidos de esquerda o trampolim principal, assim como o próprio governo subnacional, foram as prefeituras (27,7%).

4.7 Carreira política não eletiva

Além dos cargos eleitos popularmente, nessa seção serão considerados na composição das carreiras políticas aqueles ocupados no sistema político nacional cujo ingresso não se dá necessariamente através de eleições populares. A ocupação de cargos em secretarias municipais e estaduais, bem como de pastas nos ministérios, são frequentes na trajetória política da classe política e podem ser úteis na ascensão (e em alguns casos na formação) da carreira política, por terem uma boa visibilidade para os eleitores, mobilizarem importantes quantias de recursos e interessarem aos próprios partidos no momento de lançar candidaturas para cargos eletivos. Outros cargos não eletivos que destacam os políticos no cenário nacional são os de liderança regional e nacional das próprias agremiações partidárias ou, ainda, das bancadas partidárias e de governo/oposição nos legislativos. Presidências nos legislativos e de comissões parlamentares também serão consideradas¹⁴.

¹⁴ Sabe-se que todos esses cargos são eletivos, excetuando a liderança de comissões que podem ser por indicação. No entanto, a distinção aqui realizada é entre cargos obtidos por meio de eleições

As atividades relacionadas ao campo político, porém situadas fora deste, foram incluídas. São atividades prévias em que os indivíduos acumulam níveis de experiências em funções semelhantes as do campo político, como a liderança em agremiações estudantis, sindicatos e também a liderança em órgãos de profissionais. São espaços que permitem a socialização com as funções do âmbito político, estabelecimento de relações de amizade, bem como a familiarização destes indivíduos para potenciais eleitores.

Por conta dessa diversidade de cargos ou de funções e da possibilidade de que um mesmo indivíduo acumule várias delas, os percentuais a serem apresentados não totalizam 100%, e sim registram a quantidade de governadores com passagem por esse cargo dentre os 91 ou 135 considerados.

Tabela 78 - Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos no Brasil (1994-2010)

Atividade	Indivíduos	%	Vagas	%
Secretário Municipal/Estadual	39	42,9	53	39,3
Ministro	15	16,5	20	14,8
Presidente no Legislativo	12	13,2	19	14,1
Pres. Comissão Parlamentar	27	29,7	42	31,1
Líder do Partido Regional/Nacional	36	39,6	52	38,5
Líder do Partido no legislativo	35	38,5	52	38,5
Líder estudantil	26	28,6	37	27,4
Líder de sindicato	13	14,3	20	14,3
Líder de órgão profissional	34	37,4	45	33,3
Nenhum	11	12,1	20	14,8
Total	248	-	360	-

Indivíduos (N=91); Vagas (N=135)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

A ocupação de certos cargos foi bastante constante dentre os governadores estudados: conforme o critério, 42,9% ou 39,3% dos eleitos obteve experiência nas secretarias municipais ou estaduais; 39,6% ou 38,5% foi líder do partido em algum momento da carreira política e 38,5% (nos dois critérios) ocupou a liderança do partido ou das bancadas de governo/oposição nas assembleias legislativas e câmaras baixa e alta. Contudo, aqueles de maior destaque no mundo da política, como a posição de ministros e de presidentes da Câmara dos Deputados ou do

populares e aqueles, ainda que eletivos, são escolhidos por setores ou grupos específicos, como um partido, uma bancada, uma categoria profissional, cuja dinâmica é distinta de um pleito de escolha do conjunto dos cidadãos.

Senado foram menos comuns: 16,5%-14,8% e 13,2%-14,1%, respectivamente. Dentre as atividades política nas organizações sociais consideradas, o destaque fica para liderança em órgão profissional (37,4% ou 33,3%), bem acima da liderança em sindicatos (14,3% ou 13,3%) ou no movimento estudantil (28,6% ou 27,4%).

Tabela 79 - Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos (1994-2010) em comparação a dos deputados federais (1987-2004) e dos senadores (1989-2010)

Atividade	Dep. Fed.		Senador		Governador	
	N	%	N	%	N	%
Secretario Munic./Estadual	35	38,0	76	29,8	39	42,6
Ministro	31	33,7	36	14,1	15	16,5
Líder de Órgão Profissional	32	34,8	N/I	-	34	37,4
Nenhuma	18	19,6	95	37,3	11	12,1

Deputado Federal (N=92); Senador (N=255); Governador (N=91)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE, DHBB (2001), Messemberg (2009) e Araújo (2009)

Ao comparar o governador com outros cargos, notam-se novamente algumas semelhanças em alguns aspectos e diferenças em outros. Ao analisar os membros que compuseram a elite parlamentar na Câmara dos Deputados durante os anos de 1987 e 2004, Messemberg (2009) encontrou um percentual alto (38%), de membros que ocuparam cargos de secretariado estadual ou municipal, mas ainda assim menor do que o dos governadores (42,6%). Já dentre os senadores (1989 a 2010), o índice encontrado por Araújo (2009) é mais baixo (29,8%), demonstrando que os governadores tiveram mais passagens por cargos administrativos no decorrer da carreira do que aqueles ocupantes de cargos legislativos.

A diferença dos políticos que pertenciam à elite da Câmara dos Deputados em relação aos outros dois cargos, é que 33,7% dos deputados têm no currículo a passagem como ministro, ao passo que entre os senadores há 14,1% e entre os governadores, 16,5%. Aqueles que não tiveram nenhuma atividade ligada à política ou não ocuparam secretarias e ministérios são 19,6% entre os deputados e 37,3% entre os senadores.

Contudo, é preciso salientar que os dados e cargos considerados por Messemberg (2009) para a elite parlamentar são mais próximos dos desta dissertação, embora este estudo tenha considerado e contabilizado um número

maior de atividades como experiência política prévia, como cargos em movimentos estudantis, por exemplo. O trabalho da autora já parte da análise de carreira de membros da elite do parlamento, ou seja, daqueles líderes de bancadas partidárias, presidentes de comissões parlamentares. No estudo de Araújo (2009) sobre os senadores, o elevado índice de 37,3% sem experiência poderia se modificar sensivelmente, se o autor considerasse um número maior de atividades, e não somente as de secretário, ministro e administrador.

Tabela 80 - Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Atividade	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Secretário	12	44,4	10	37,0	8	29,6	10	37,0	13	48,1
Ministro	2	7,4	3	11,1	5	18,5	5	18,5	5	18,5
Pres. Legisl.	2	7,4	1	3,7	3	11,1	6	22,2	7	25,9
Pres. Com. Parl.	2	7,4	6	22,2	9	33,3	13	48,1	12	44,4
Líder Partido	10	37,0	11	40,7	9	33,3	9	33,3	13	48,1
L. Partido no leg.	8	29,6	7	25,9	9	33,3	14	51,9	14	51,9
L. Estudantil	8	29,6	7	25,9	6	22,2	9	33,3	7	25,9
L. Sindicato	1	3,7	2	7,4	3	11,1	8	29,6	6	22,2
L. Órgão Prof.	13	48,1	9	33,3	7	25,9	8	29,6	8	29,6
Nenhum	5	18,5	4	14,8	4	14,8	3	11,1	4	14,8
Total	63	-	60	-	63	-	85	-	89	-

1994, 1998, 2002, 2006, 2010 (N=27)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na análise ao longo dos pleitos, observa-se que o conjunto dos governadores eleitos em 2010 tem uma experiência acumulada em atividades não diretamente eletivas, mas vinculadas à política, maior do que aqueles eleitos nas demais disputas.

A atividade como secretário estadual ou municipal era a preponderante entre os eleitos em 1994, com 44,4%. Mas ela não tornou a ocupar este posto nas disputas seguintes, tendo perdido também a participação percentual em 1998 e em 2002, quando atingiu o menor índice (29,6%). Desde então, cresceu e retomou em 2006 o patamar obtido em 1998 (37%) e superado o recorde em 2010 (48,1%).

Os ministros que apareceram timidamente nas eleições de 1994 (7,4%), teve leve crescimento em 1998 para 11,1% e estabilizou-se em 18,5% nas últimas três eleições. Cargos como liderança do partido em nível estadual e subnacional e nas

bancadas legislativas foram presença constante em todos os anos, apesar das oscilações, pois lideram em todos os pleitos, com exceção de 1994.

Tabela 81 - Atividades da carreira política não eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)

Atividade	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Secretário	8	34,8	14	50,0	6	46,2	6	40,0	5	41,7
Ministro	1	4,3	4	14,3	4	30,8	1	6,7	5	41,7
Pres. Legisl.	2	8,7	3	10,7	2	15,4	3	20,0	2	16,7
Pres. Com. Parl.	2	8,7	10	35,7	3	23,1	8	53,3	4	33,3
Líder Partido	4	17,4	13	46,4	6	46,2	5	33,3	8	66,7
L. Partido no leg.	3	13,0	11	39,3	7	53,4	9	60,0	5	41,7
L. Estudantil	5	21,7	8	28,6	1	7,7	7	46,7	5	41,7
L. Sindicato	1	4,3	6	21,4	2	15,4	2	13,3	2	16,7
L. Órgão Prof.	5	21,7	13	46,4	4	30,8	8	53,3	4	33,3
Nenhum	9	39,1	1	3,6	1	7,7	-	-	-	-
Total	40	-	83	-	36	-	49	-	40	-

Norte (N=23), Nordeste (N=28), Centro-Oeste (N=13), Sudeste (N=15), Sul (N=12)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 82 - Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)

Atividade	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Secretário	11	31,4	20	44,4	9	45,0	7	35,0	6	40,0
Ministro	2	5,7	6	13,3	5	25,0	1	5,0	6	40,0
Pres. Legisl.	2	5,7	5	11,1	3	15,0	6	30,0	3	20,0
Pres. Com. Parl.	3	8,6	16	35,6	6	30,0	12	60,0	5	33,3
Líder Partido	5	14,3	21	46,7	10	50,0	7	35,0	9	60,0
L. Partido no leg.	4	11,4	18	40,0	10	50,0	14	70,0	6	40,0
L. Estudantil	8	22,9	13	28,9	1	5,0	9	45,0	6	40,0
L. Sindicato	1	2,9	10	22,2	3	15,0	3	15,0	3	20,0
L. Órgão Prof.	8	22,9	18	40,0	4	20,0	10	50,0	5	33,3
Nenhum	13	37,1	5	11,1	2	10,0	-	-	-	-
Total	57	-	132	-	53	-	69	-	49	-

Norte (N=35), Nordeste (N=45), Centro-Oeste (N=20), Sudeste (N=20), Sul (N=15)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na separação por regiões há ligeiras diferenças entre elas, mas entre os critérios. A mais notável é a dos políticos da região Norte que foram os que tiveram os menores índices em praticamente todas as funções analisadas, ou seja, apresentaram o currículo menos recheado de cargos não eletivos. Eles só lideram, o

que confirma a situação, no quesito não ter experiência alguma (39,1% ou 37,1%, sendo que nas demais o índice mais alto fica abaixo de 15%).

Os secretários municipais e estaduais foram presença significativa em todas as regiões, o que se sobressaiu mais foi a Nordeste, na qual exatamente metade dos governadores teve passagem por este cargo em algum momento da trajetória política no quesito indivíduos que foram eleitos pela primeira vez. O exercício de ministério é mais frequente no Sul e no Centro-Oeste, com 41,7% e 30,8%, respectivamente, superando largamente a média nacional, registrada em 16,5%. Aqueles que foram líderes partidários apareceram em maior número no Sul (66,7%) e os das bancadas nos legislativos, no Sudeste (60%). Sudeste foi a região que apresentou os maiores índices de governadores com alguma passagem como lideranças estudantis (53,3%).

Tabela 83 - Atividades da carreira política não eletiva dos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Atividade	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Secretário	7	43,8	19	46,3	13	38,2
Ministro	4	25,0	5	12,2	6	17,6
Pres. Legisl.	2	12,5	8	19,5	2	5,9
Pres. Com. Parl.	3	18,8	15	36,6	9	26,5
Líder Partido	4	25,0	20	48,8	12	35,3
L. Partido no leg.	3	18,8	23	56,1	9	26,5
L. Estudantil	1	6,3	12	29,3	13	38,2
L. Sindicato	-	-	2	4,9	11	32,4
L. Órgão Prof.	7	43,8	17	41,5	10	29,4
Nenhum	4	25,0	2	4,9	5	14,7
Total	35	-	123	-	90	-

Direita (N=16), Centro (N=41), Esquerda (N=34)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 84 - Atividades da carreira política não eletiva dos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Atividade	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Secretário	8	36,4	27	40,9	18	38,3
Ministro	4	18,2	7	10,6	9	19,1
Pres. Legisl.	2	9,1	14	21,2	3	6,4
Pres. Com. Parl.	3	13,6	26	39,4	13	27,7
Líder Partido	4	18,2	33	50,0	15	31,9
L. Partido no leg.	3	13,6	36	54,5	13	27,7
L. Estudantil	2	9,1	18	27,3	17	36,2
L. Sindicato	-	-	4	6,1	16	34,0
L. Órgão Prof.	9	40,9	23	34,8	13	27,7
Nenhum	7	31,8	5	7,6	8	17,0
Total	42	-	193	-	125	-

Direita (N=22), Centro (N=66), Esquerda (N=47)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

A diferença mais nítida é percebida na divisão por blocos partidários. Conforme apontado pela literatura, alguns cargos relacionados à política foram característicos de partidos de esquerda, como a ocupação de cargos de liderança estudantil e sindical. A liderança estudantil esteve presente em 38,2% ou 36,2%, conforme o critério, nos membros de partidos de esquerda, sendo o maior índice dos três espectros ideológicos. Em contraponto, apenas 6,3% ou 9,1% dos governadores de direita tiveram esse tipo de experiência. A passagem por sindicatos também foi marcante nos partidos de esquerda, tendo atingido 32,4% ou 34%, enquanto nos outros blocos apenas 4,9% ou 6% dos filiados do centro tinham no currículo este segmento e os de direita sequer exerceram tal função. Como contrapartida, os governadores eleitos por partidos de direita registram significativa passagem por órgãos profissional (43,8% ou 40,9%), índices não encontrados nos de centro (41,5% ou 34,8%) e muito menos nos de esquerda (29,4% ou 27,7%).

Outro ponto a ser ressaltado refere-se aos 25% ou 31,8% dos partidários de direita que não exerceram nenhum tipo de experiência analisado. Índice bastante superior aos 14,7% ou 17% dos chefes executivos de esquerda e aos 4,9% ou 7,6% dos de centro.

4.8 Migração partidária

O fenômeno da migração partidária é um bom indicador a fim de configurar padrões de carreiras políticas. Segundo Melo (2000), a migração partidária que ocorre no Brasil é mais intensa do que em outras democracias. Tal fenômeno, inclusive, era raramente observado na primeira experiência democrática brasileira (1945-1964). Durante o regime autoritário a infidelidade partidária era passível de punição com a perda do mandato. Segundo uma lei instaurada, perderiam o mandato os detentores de mandato eletivo que se opusessem às diretrizes partidárias, seja trocando de legenda, seja votando contra a indicação das lideranças partidárias.

Segundo Freitas (2008), durante o período que sucedeu a criação dos novos partidos (1979) até 1995, as trocas partidárias foram fortemente vinculadas à instabilidade política típica de um período de transição. Com a disputa eleitoral de 1989, foi possível notar um maior movimento nas trocas partidárias, além da criação de mais partidos, como PSDB e PRN.

A partir da eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, as migrações não podem mais ser explicadas pelo processo de transição institucional. Os estudos agora partem da hipótese de que a migração partidária é um mecanismo utilizado pelos políticos para aumentarem as chances de se reelegerem. Deste modo, a fim de manter a própria sobrevivência política, trocam para legendas melhor posicionadas junto ao governo.

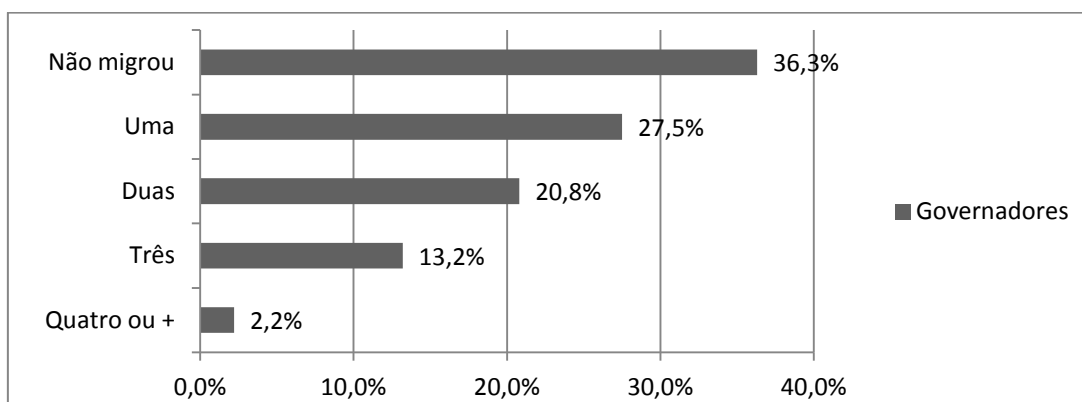
O exame a respeito das trocas partidárias e dos efeitos sobre as carreiras políticas foi realizado por Melo (2000) e Messemberg (2009). Para esta autora, embora tenha analisado somente os deputados federais, é possível interpretar a fidelidade partidária como critério relevante para ingresso e para ascensão na carreira parlamentar. Segundo ela (2009, p.14): “uma vida de dedicação e devoção a um mesmo partido, garante ao político vantagens na mobilização das redes sociais e de financiamento vinculadas à instituição, além do prestígio e reconhecimento entre os seus pares, militância e eleitores”.

A partir dessas indicações, buscou-se identificar como o fenômeno da migração partidária ocorreu entre os governadores.

Tabela 85 - Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos (Brasil, 1994-2010)

Migração	Indivíduos	%	Vagas	%
Não migrou	33	36,3	46	34,1
Uma	25	27,5	38	28,1
Duas	19	20,8	31	23,0
Três	12	13,2	17	12,6
Quatro ou +	2	2,2	3	2,2
Total	91	100	135	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Gráfico 12 - Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador (Brasil, 1994-2010)

Os dados sugerem que dois terços dos governadores já trocaram de partido em algum momento da carreira. Aqueles que não trocaram de partido atingem 36,3% dos que chegaram ao cargo pela primeira vez e 34,1% dos que ocuparam as vagas existentes no período¹⁵. Porém, dentre os que trocaram, o mais comum é ter ocorrido uma mudança (cerca de 43% dos que realizaram migração e entre 27%-28% do conjunto de casos analisados). Em contraste os que mudaram de partidos quatro ou mais vezes é 2,2% nos dois critérios.

Tais índices diminuem progressivamente conforme aumenta o número de trocas partidárias, ou seja, quanto maior é o número trocas de partido menor é o índice efetivo de governadores que o faz. Estes percentuais são próximos dos

¹⁵ Não foram considerados os casos em que a mudança do partido se deu apenas na nomenclatura. Por exemplo, a situação de partidos com o PFL que mudou apenas de denominação para Democratas, bem como algumas dissidências ocorridas na transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo, como o caso da ARENA, que se transformou no PDS, e do MDB que veio a ser o PMDB. As dissidências que dividiam um partido em dois foram consideradas como troca partidária, como no caso do PSDB que, apesar de ser dissidente do PMDB, hoje se configuram como dois partidos distintos e separados entre si.

encontrados no cargo de deputado federal, em estudo sobre o período correspondente ao ano de 1985 a 1998, pois cerca de 30% dos mais de dois mil parlamentares trocava de partido a cada legislatura (MELO, 2000). Em termos comparativos equivalentes aos dos governadores, para os anos de 1995 a 2004, a maioria dos deputados federais, 35% não havia trocado nenhuma vez de legenda, os que trocaram apenas uma vez corresponde a 23,6%. A diferença mais significativa, contudo, diz respeito aos migrantes que trocaram de agremiações por quatro vezes: os governadores, conforme mencionado anteriormente, apresentaram o percentual próximo aos 2%, já os deputados, 12%. Tal fato demonstra que estes são mais propícios a muitas mudanças partidárias do que os governadores.

Tabela 86 - Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por pleito (Brasil, 1994-2010)

Migração	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	11	40,7	6	22,2	10	37,0	10	37,0	9	33,3
Uma	7	25,9	6	22,2	7	25,9	7	25,9	11	40,7
Duas	6	22,2	9	33,3	5	18,5	6	22,2	5	18,5
Três	3	11,1	6	22,2	4	14,8	3	11,1	1	3,7
Quatro ou +	-	-	-	-	1	3,7	1	3,7	1	3,7
Total	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9	27	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

A análise por eleição não mostra um padrão. O mais alto índice de governadores eleitos que não haviam trocado de partido foi registrado em 1994 (40,7%) e o mais baixo no pleito seguinte (22,2%). Nas disputas mais recentes, o índice tem permanecido na faixa dos 30% (37% em 2002 e em 2006, 33,3% em 2010). Ao inverso, o mais alto índice de governadores que migraram uma vez foi registrado no pleito mais recente (40,7%), significativamente superior ao patamar existente até então, que ficou na ordem dos 20% (25,9% em 1994, 2002 e 2006, e 22,2% em 1998). Por fim, aqueles que registram quatro trocas ou mais conquistaram a chefia do executivo estadual somente a partir de 2002 (3,7%), mantendo-se o mesmo índice nos pleitos seguintes.

Tabela 87 - Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por região (Brasil, 1994-2010)

Migração	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	9	39,1	9	32,1	4	30,8	4	26,7	7	58,3
Uma	3	13,0	10	35,7	4	30,8	6	40,0	2	16,7
Duas	6	26,1	4	14,3	2	15,4	4	26,7	3	25,0
Três	3	13,0	5	17,9	3	23,1	1	6,7	-	-
Quatro	2	8,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	23	99,9	28	100	13	100,1	15	100,1	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 88 - Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por região (Brasil, 1994-2010)

Migração	Norte		Nordeste		C-Oeste		Sudeste		Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	11	31,4	16	35,6	6	30,0	4	20,0	9	60,0
Uma	7	20,0	15	33,3	5	25,0	8	40,0	3	20,0
Duas	10	28,6	9	20,0	3	15,0	6	30,0	3	20,0
Três	4	11,4	5	11,1	6	30,0	2	10,0	-	-
Quatro	2	5,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Cinco	1	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	35	100	45	100	20	100	20	100	15	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Na distribuição por regiões algumas diferenças são notáveis, a região Sul foi a que apresentou os maiores índices de fidelidade partidária: 58,3% ou 60% dos governadores não mudaram de partido durante a trajetória na política, destaque para o Rio Grande do Sul, que dos cinco governadores eleitos, quatro tiveram a vida política inteira apenas em um partido e o quinto governador apresentou apenas uma troca, mostrando o território como o mais resistente a trocas de legendas. Tais índices são equivalentes aos achados de Messemberg (2009), dentre os deputados federais da região Sul, pois 60% tinha no currículo a passagem por apenas um partido.

A região Sudeste foi a que apresentou o menor índice de governadores exclusivos em uma legenda, 26,7% ou 20% exerceu funções em apenas um partido índice praticamente igual ao de deputados federais.

As outras regiões apresentaram percentuais de acordo com a média, contudo a região norte foi a única a ter governadores com quatro trocas partidárias, apesar disso, foi a segunda região com mais executivos fiéis a um partido. Outra

região que mostrou um forte vínculo a um único partido, ou no máximo dois, foi a região nordeste, 32,1% e 35,7% foram militantes apenas de um ou dois partidos. O caso baiano foi o mais preciso, todos os três governadores eleitos no período analisado não trocaram uma vez sequer de legenda.

Tabela 89 - Quantidade de migração partidária realizada pelos indivíduos eleitos pela primeira vez governador por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Migração	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	6	37,5	13	31,7	15	44,1
Uma	4	25,0	12	29,3	12	35,3
Duas	3	18,8	10	24,4	5	14,7
Três	3	18,8	6	14,6	1	2,9
Quatro ou +	-	-	-	-	1	2,9
Total	16	100,1	41	100	34	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

Tabela 90 - Quantidade de migração partidária realizada pelos governadores eleitos por bloco ideológico partidário (Brasil, 1994-2010)

Migração	Direita		Centro		Esquerda	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	7	31,8	19	28,8	20	42,6
Uma	4	18,2	18	27,3	16	34,0
Duas	6	27,3	17	25,8	8	17,0
Três	5	22,7	10	15,2	2	4,3
Quatro ou +	-	-	2	3,0	1	2,1
Total	22	100	66	100,1	47	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de TSE e DHBB (2001)

A observação dos dados relativos à migração por bloco ideológico partidário mostra que os governadores eleitos pela esquerda são mais fiéis às legendas que os da direita e do centro. Nos dois critérios eles têm o maior índice de ausência de migração (44,1%, 42,6%) contra os 37,5%-31,8% da direita e os 31,7%-28,8% do centro, assim como o menor índice dentre aqueles que fizeram mais de uma migração (20,5%-23,4%) contra os 37,6%-50% da direita e os 39%-44% do centro.

4.9 Síntese

O quarto e último capítulo da dissertação teve como intuito desvendar as trajetórias percorridas pelos governadores desde o início da carreira política até a ocupação do cargo subnacional. Além das trajetórias, buscou-se identificar em que medida a profissionalização política atinge esses atores. Como se pode perceber através dos indicadores da pesquisa, os governadores são indivíduos já experientes na política e poucos podem ser considerados novatos.

Para se chegar ao posto em questão foi fundamental uma longa carreira configurada com anos de dedicação à vida política e de reconhecimento por parte dos eleitores. Salvo algumas exceções, é um cargo cujo acesso é bastante difícil para aqueles que nunca exerceram qualquer função prévia na política, prova disto é que ao comparar o índice de estreantes nos governos estaduais com os estreantes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o apresentado pelos governadores é o menor.

Deste modo, foi visto neste capítulo que o tempo de carreira prévio necessário para a conquista do cargo de governador gira em torno dos 15 a 20 anos. Também se pode notar que a região Norte se mostrou a mais aberta aos de carreiras mais breves, enquanto no Sul a carreira longa contou mais. As carreiras curtas foram percebidas mais em partidos de direita e as mais longevas nos partidos de centro. Quando a análise foi efetuada no decorrer do tempo, identificou-se que o índice de carreiras mais longas cresce ao longo dos anos.

Além do tempo de carreira, foi realizado o levantamento da quantidade efetiva de mandatos como outro importante indicador do nível de profissionalização dos governadores. Mais de 75% dos governadores ocuparam no mínimo três cargos eletivos antes da conquista do executivo subnacional. Novamente, quando analisado o índice de mandatos prévios dos governadores se mostrou superior aos índices dos senadores, por exemplo. E na região Sul o carreirismo foi o mais forte do país, em contraponto, as regiões Norte e Centro-Oeste foram as mais abertas àqueles com menos cargos no currículo. Na análise temporal, o número de mandatos exercidos cresceu nos últimos anos. Outro ponto a se destacar se refere ao índice mais alto de mandatos nos partidos de centro, para estes membros, o acúmulo de mandatos se sobressaiu diante dos outros espectros ideológicos.

O terceiro indicador da natureza dos cargos, mais uma vez manteve as tendências dos dois primeiros. Em primeiro lugar, a região Norte se apresentou como a localidade mais aberta aos inexperientes ou a aqueles com o acúmulo de apenas uma função na trajetória, seja executiva, seja legislativa. As carreiras mistas foram majoritárias nas regiões Sul e Nordeste do país. Do ponto de vista ideológico, os partidos de centro mais uma vez se destacaram como aqueles que detinham experiências tanto em cadeiras executivas quanto legislativas antes de assumirem o governo estadual, bem como foi o espectro que apresentou o menor índice de políticos sem qualquer experiência anterior.

Referente aos cargos ocupados, a grande maioria ocupara os de: prefeito municipais, deputado estadual e deputado federal. Em menor medida, os governadores tiveram trajetória no Senado Federal. Já os com menos passagem dos governadores foram os de vice nos executivos e nas câmaras de vereadores. Dentre estes cargos, foi notado que o de deputado estadual foi aquele em que iniciou a trajetória política a maioria das personagens estudadas.

Quando se toma o cargo prévio ao governo estadual daqueles que ingressaram pela primeira vez no cargo, o trampolim para o executivo estadual foi basicamente dois cargos: o de prefeito municipal e o de senador. Quando a análise considerou as reeleições, a maioria desta vez foi o próprio cargo de governador.

As duas últimas seções revelaram outros aspectos da trajetória política. A primeira tomou cargos não necessariamente eletivos, mas que constituíram importante fonte de capital político, reconhecimento por parte de eleitores e lideranças partidárias. Uma boa parcela dos governadores adquiriu experiência em secretarias municipais e estaduais, a liderança partidária nos âmbitos legislativos e também com a ocupação de cargos diretamente relacionados com as funções do campo político, como agremiações estudantis e de associações profissionais. A segunda se referiu à migração partidária, tendo sido percebida maior tendência à fidelidade partidária do que às trocas de legenda, pois a grande parte dos governadores se manteve fiel a um partido ou trocou no máximo uma ou duas vezes, sendo menos comum a incidência daqueles que se filiaram a quatro ou mais partidos.

Conclusão

Conforme evidenciado neste trabalho, são poucos os estudos na Ciência Política que abarcam a figura dos governadores de estado brasileiros. A grande maioria das pesquisas existentes voltam as atenções para os cargos legislativos, em especial os deputados federais, e em menor medida os senadores. A reduzida parcela que traz contribuições acerca dos chefes executivos subnacionais o faz sob outros prismas, quais sejam: a força política deles, o papel que desempenham no sistema político, as relações que estabelecem com as bancadas legislativas e o poder central. Deste modo a presente dissertação teve como intuito preencher uma parte desta lacuna, ou seja, identificar as particularidades do perfil social e das trajetórias políticas que constituem o universo destes importantes atores no cenário político nacional.

A proposta do trabalho foi identificar a configuração do perfil social e da carreira política dos governadores eleitos no período de 1994 a 2010, sejam eles os que pela primeira vez atingiram o cargo nesse recorte temporal, seja os que foram escolhidos para ocupar o cargo. Conforme a literatura apontava para outros cargos, o perfil encontrado correspondeu a indivíduos do sexo masculino, altamente escolarizados, com idade faixa dos 40-60 anos, com formação em cursos de Direito, Medicina e Engenharia, bem como o exercício de atividades como empresário e professor.

No que tange às carreiras políticas, o intuito foi desvendar se as exigências para o ingresso no cargo executivo estadual são equivalentes ou não a de outros cargos. Por se tratar de um cargo majoritário, para o qual se elege apenas um indivíduo por vez, esperava-se encontrar mais restrições, o que de fato ocorreu. O ingresso no cargo de governador de estado impõe mais exigências do que outros, no caso os de deputados federais e de senadores. Por meio dos indicadores da

pesquisa, foi revelado que o campo político brasileiro é menos aberto aos novatos e inexperientes para a obtenção do cargo em questão.

O capítulo 1 procurou identificar o fenômeno da profissionalização política. Apesar de a maior parte das considerações se referirem aos cargos legislativos, ainda assim foi possível identificar que boa parte da literatura acredita que o ingresso na arena política impõe barreiras àqueles mais inexperientes e novatos. O argumento é que, com o avanço do tempo, as democracias representativas se consolidam e estas impõem barreiras aos alheios ao campo político. Conforme aponta Oliveira (2009), tal campo passou a exigir de seus membros maior especialização, reduzindo a circulação de pessoas na elite parlamentar, embora não necessariamente restringindo a circulação da própria classe política.

Ainda neste capítulo, foi discutida a temática das carreiras políticas. Conforme percebido, existem vários condicionantes que afetam a configuração das trajetórias. São diversos os fatores que influenciam e resultam em um determinado tipo de carreira: a natureza do cargo, sistema político, partidário e eleitoral, regras que condicionam a eleição, frequência com que se disputam eleições, o número de cargos oferecidos, entre outros.

Outro ponto levantado se referiu à discussão acerca dos atrativos dos cargos executivos. Para alguns autores, com a promulgação da Constituição de 1988, os cargos executivos tiveram seus poderes ampliados, ganharam mais recursos decisórios, financeiros e políticos. Deste modo, os legisladores, por terem seus poderes reduzidos, estão utilizando estes cargos apenas como um trampolim, cujo objetivo maior é a ocupação de cargos executivos.

A questão mais importante do primeiro capítulo, de fato, tratou da questão específica das carreiras e da profissionalização política. Ou seja, a percepção de carreiras longas, identificadas nos políticos mais experientes sugere que se está diante de um cenário político estável, constituído por regras rígidas, por membros treinados e acostumados às funções do campo político. Por outro lado, carreiras breves apontam vínculos partidários frágeis, com uma precária estabilidade com frágeis hierarquias internas, cujos indivíduos são desprovidos das características típicas exigidas para o exercício da política profissional.

Deste modo, o sucesso dos inexperientes diminui conforme aumenta a hierarquia dos cargos. Mesmo não havendo impedimentos legais, o índice de estreantes, aqueles desprovidos de qualquer experiência política que ingressam em

cargos como governo estadual e senado federal é menor do que o índice de calouros nas câmaras municipais e legislativas, por exemplo. O cenário político nacional impõe determinadas exigências a quem almeja cargos eletivos de maior destaque. Nas eleições majoritárias os filtros do campo político agem com mais eficiência, uma vez que estas não têm a mesma amplitude de vagas dos cargos proporcionais.

No capítulo 2 a discussão teve como foco especificamente o governador na política nacional, tendo resenhado as interpretações sobre a importância do cargo no cenário brasileiro e o papel exercido pelos governadores durante o século passado até os dias de hoje. Conforme revisado, duas correntes teóricas concordam sobre a grande importância que os governadores exercem na política nacional contudo, há uma discordância quanto à relativa força política desses atores.

Conforme a tese de Abrucio, os governadores foram tão ou mais importantes que os presidentes, razão pela qual cunha o termo “ultrapresidencialismo estadual”. Na perspectiva do autor, os governadores foram o centro decisório do país, muitas das decisões passavam pelas mãos dos governadores de São Paulo e Minas Gerais, inclusive a indicação dos nomes preferenciais para a Presidente da República. Entretanto, os períodos ditatoriais foram desagradáveis para os governadores, durante estes períodos, tiveram reduzidos muitos de seus poderes, passaram a ser nomeados e escolhidos pelo poder central e não mais pelo povo. Neste sentido, os governadores tiveram papel fundamental na queda do regime autoritário. Com a volta das eleições diretas e a promulgação da Constituição de 1988, os líderes estaduais voltaram a ter papel influente na política nacional, principalmente controlando as ações dos parlamentares nas bancadas legislativas estaduais e na Câmara dos Deputados.

Em contraste, autores como Cheibub, Figueiredo, Limongi e Barrientos discordam da força efetiva dos governadores após o regime autoritário. Na visão destes autores o controle incontestável sobre as bancadas parlamentares não é tão forte como acredita Abrucio. Para eles, as orientações dos parlamentares seguem as preferências partidárias, tendo os governadores uma influência limitada sobre as ações dos deputados. Além disto, as reformas econômicas e o próprio jogo político após os anos 90 enfraqueceram o poderio das décadas passadas.

O capítulo 3 tratou da primeira das duas partes empíricas da pesquisa: o perfil social dos governadores eleitos no Brasil durante os anos de 1994 e 2010. Os resultados mostraram que não existem diferenças significativas entre o perfil dos governadores com os achados da literatura voltada para outros cargos. Observou-se a predominância maciça de homens em relação às mulheres (índice que ultrapassa os 90%), bem como que o baixo percentual de mulheres no espaço político é histórico, pois em praticamente todos os territórios, em todos os cargos, este espaço é dominado pelos homens. Apesar de mecanismos como as cotas partidárias para candidaturas do sexo feminino em cargos proporcionais o cenário não se alterou significativamente e no caso analisado aqui é ainda pior, por se tratar de um cargo onde tal mecanismo não é utilizado.

A faixa etária se mostrou condizente com outros trabalhos, com o predomínio da faixa dos 45 a 60 anos, a causa disto tem a ver com a própria exigência maior da idade mínima para candidatos ao executivo estadual e também pelo fato dos políticos terem alcançado o tempo necessário para adquirir a experiência política necessária para o ingresso no cargo.

O terceiro atributo analisado neste capítulo tratou da escolaridade dos governadores, variável que se apresenta quase sem mudanças nas pesquisas sobre perfil político. No caso dos governadores, mais uma vez os achados vão de acordo com a literatura: a alta escolaridade é marca da classe política, tanto na verificação por bloco ideológico, por região do país e por pleitos. Os diplomados se sobressaem, porém o índice não condiz com o grau de escolaridade da população em geral, apesar de não haver impedimentos (exceto para analfabetos) o campo político é muito restrito aos menos escolarizados.

O último atributo de análise no perfil social foi a profissão prévia dos governadores. Segmentos vinculados à advocacia, engenharia, medicina, assim como professores e empresários se sobressaíram. Algumas respostas para estes setores terem mais sucesso recaem em fatos como a proximidades de algumas destas atividades com as funções do campo político, a segurança financeira adquirida ao longo da trajetória profissional, a facilidade de retorno à profissão antiga em caso de derrota eleitoral ou, até mesmo, a conciliação delas com a política.

No capítulo final foi feito o levantamento das carreiras políticas dos governadores brasileiros. O intuito foi descrever e analisar a configuração das trajetórias políticas desde o momento da conquista do primeiro cargo eletivo até a

conquista do cargo executivo estadual. A questão principal a ser levantada dizia respeito à profissionalização destes políticos, ou seja, revelar em que medida se pode considerar a política como sendo uma profissão, que também requer treinamento e experiência para o avanço na carreira.

A partir dos indicadores elencados, pode-se afirmar que o profissionalismo político é notável entre os governadores brasileiros. O levantamento apontou que grande parte dos eleitos chegou ao cargo após um longo tempo dedicado à vida política, com a ocupação de cargos eletivos prévios, de cargos administrativos e o exercício de funções em atividades relacionadas à política, como a chefia de cargos em órgãos vinculados a setores profissionais, a agremiações estudantis e a sindicatos, por exemplo.

Deste modo, salvo poucas exceções, os governadores estaduais não são indivíduos que chegaram a este cargo sem alguma experiência política. Ao contrário do que se observa nos estudos sobre os cargos legislativos, neste o índice dos novatos é bastante restrito. Se a profissionalização e o acúmulo de experiência são importantes e necessários para os que almejam uma cadeira na Câmara dos Deputados, aqui elas se mostram fundamentais. Como já fora traçado por Miguel (2003), o campo político brasileiro impõe mais restrições àqueles que almejam cargos considerados da alta hierarquia política. A partir da perspectiva de Marengo dos Santos (2000), este é um cenário político que pode ser considerado rígido e estável.

Neste último capítulo foi possível notar que há diferenças no nível de profissionalização política dos governadores quando tomadas de modo separado. A mais clara se refere à região Norte do país, que é aquela onde a profissionalização não se fez tão intensa quanto nas demais: o tempo de carreira política, o número de cargos políticos exercidos prévios ao governo e também a ocupação de cargos não eletivos ou relacionados à política, apresentaram os menores índices do país. Isso pode se justificar pelo fato do índice relativamente baixo de eleitorado nesta região, em alguns estados o número de eleitores é menor do que uma cidade de porte médio com cerca de 250 mil eleitores. Neste caso, a votação exigida não é tão expressiva, e também não há a grande concorrência com adversários de localidades com muitos eleitores. Em contraponto, as regiões Sul e Nordeste foram aquelas onde o carreirismo político se mostrou mais forte. Nelas, a profissionalização política se mostrou crucial para a conquista do cargo.

Na análise temporal, os dados também apontaram para o crescimento dos índices de profissionalização, restringindo cada vez mais esta esfera para os mais novatos ou inexperientes. Já na análise por blocos partidários, as diferenças foram menos evidentes, mas perceptíveis. Segundo o levantamento, os partidos do centro se apresentaram como os mais profissionalizados e mais restritos aos inexperientes do que os partidos de direita e esquerda.

Enfim, como foi visto no trabalho, o nível de profissionalização política foi notado na ampla maioria dos governadores estudados. Poucos conquistaram o posto sem antes ter exercido qualquer mandato político eletivo, e, mesmo estes poucos haviam tido algum tipo de experiência em cargos públicos anteriormente, sendo secretários municipais/estaduais, ocupado cargos de confiança ou liderado órgãos profissionais vinculados à atividade de trabalho prévia ao ingresso na política. Neste sentido, pode-se considerar que o campo político brasileiro impõe exigências para aqueles que almejam cargos eletivos de alto poder hierárquico, caso dos governadores no recorte temporal da pesquisa.

Como foi possível notar a partir da análise por eleições, nos pleitos disputados nos anos 1990 o índice de profissionalização destes personagens se mostrou menor do que aqueles que ocorreram nas eleições mais recentes. Embora os níveis da profissionalização tenham sofrido algumas variações de acordo com o bloco ideológico dos partidos ou de acordo com as regiões – principalmente na região Norte, onde os indicadores mostraram que a profissionalização é menor – o acúmulo de experiência com as funções do campo político foi fundamental para a chegada dos atores ao governo do estado.

Desse modo, considera-se que a dissertação cumpriu a tarefa a que se propôs, pode investigar a figura dos governadores eleitos no país no período 1994-2010 e ampliar o conhecimento sobre o perfil social e a carreira política dessas personagens.

Referências

1. Artigos, livros, dissertações e teses

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação. **Lua Nova**, São Paulo, n.33, ago. 1994, p.165-183.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação – os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec; Departamento de Ciência Política USP, 1998.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O Ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, Régis de (Org.). **Processo de governo no município e no estado**. São Paulo: Edusp, 1998a.

ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. A Nova Política dos Governadores. **Lua Nova**, São Paulo, n.40-41, ago. 1997, p.137-166.

ALTMANN, Cristina. **Política local e seleção de candidato a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008**. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v.51, n.4, 2008, p.895-939.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGHELLO, Rachel (Org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

ANDRADE, Régis de (Org.). **Processo de governo no município e no estado**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, maio-ago. 2010, p.567-584.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impacto de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, 2007, p.535-577.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O Bicameralismo no Brasil: as bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989-2004)**. 2009. 279f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995**. Dissertação. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARONE, Leonardo Sangali. **Responsabilização políticas nos estados brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador**. 2009. 105f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

BARRETO, Alvaro. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.1, 2008, p.123-148.

BARRIENTOS, Miguel. **Federalismo comparado entre Brasil e Argentina: o poder dos governadores desde a redemocratização**. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOHN, Simone. Mulheres e qualidade das candidaturas nas eleições para o Senado. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte**. Brasília: Unilegis, 2008.

BOLOGNESI, Bruno. **Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOLOGNESI, Bruno; TRIBESS, Camila (2010). Uma Guinada à esquerda? Um estudo da elite política federal paranaense nos governos FHC/Lerner (1999/2003) e Lula/Requião (2003/2006). **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/BrunoBolognesi_CamilaTribess.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política – recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006**. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: Idem. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDOUKAN, Adla Y. Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas. **5º Encontro da ABCP**. Belo Horizonte, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organização partidária e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.2, nov., 2008, p.454-486.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.70, jun, 2009, p.123-142.

CARDARELLO, Antonio. **La Reelection inmediata del ejecutivo a nivel subnacional: un estudio de tres casos**. 2009. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CARREIRÃO, Yan; PERONDI, Eduardo. Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999-2006). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.71, 2009, p.121-141.

CASTRO, Mônica Mata Machado; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.4, 2009, p.961-1001.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, 1998-2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, p.263-299.

CODATO, Adriano. A Formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30, jun. 2008, p.89-105.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.41, 2012, p.109-122.

COSTA, Luiz Domingos. **Os Representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros (1987-2007)**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAP (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR); CONGRESSO EM FOCO. **O Que Esperar do novo Congresso: perfil e agenda da legislatura 2007/2001**. Brasília: DIAP; Congresso em Foco, 2007.

DHHB (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-30. 2ed. 5v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DOGAN, Mattei. Les Professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (dir.). **La Profession politique: XIX^e-XX^e siècles**. Paris: Belin, 1999.

FELISBINO, Riberti de Almeida. Corrida eleitoral de 2008: vencedores e perdedores nas disputas para Prefeitura das capitais brasileiras. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/RibertiFilisbino.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. **Cadernos de Pesquisa Cebrap**. São Paulo: Entrelinhas, n.5, out., 1996.

FLEISCHER, David. A Bancada federal mineira: trinta anos de recrutamento político 1945-1975. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.45, 1976, p.7-58.

FREIRE, André (Ed.). **Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura**. Lisboa: Stape, 2001.

FREITAS, Andréa Marcondes de. **Migrações partidárias na Câmara dos Deputados**. 2008. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GABIATI, Osvaldo Leandro. **O Poder de veto dos governadores na política nacional. Uma comparação a partir dos sistemas de partido na Argentina e no Brasil**. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília.

GRILL, Igor. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.10, n.2, ago. 2004, p. 159-197.

GRILL, Igor. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul**. São Luis: UFMA, 2008.

GROHMANN, Luis Gustavo. A Polarização política no RS e a relação Executivo-Legislativo (1995-2001). **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, v.2, n.2, dez. 2006, p.272-309.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n.2, out. 2005, p.337-365.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; NUAP, 2000.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEMONS, Leany Barreiro; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 1990. In: LEMONS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte**. Brasília: Unilegis, 2008.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Os Partidos políticos na Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995, p.497-526.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Conse Sul. In: LEMONS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte**. Brasília: Unilegis, 2008.

LODOLA, Germán. La Estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil. **Desarrollo Económico**, v.49, n.194, jul.-sep. 2009, p.247-286.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas; Mercado Aberto, 2001.

MALUF, Rui Tavares. **A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)**. 2006. 180f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARENCO DOS SANTOS, André. Comparando legislativos: recrutamento parlamentar na Argentina, no Brasil, no Chile e no México. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.11, n.2, jul.-dez. 2003, p.42-69.

MARENCO, André. No futuro do pretérito: as profecias não cumpridas para a democracia brasileira. In: SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter (Org.). **Brasil Contemporâneo: crônicas de um país incógnito**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, jun. 2007, p.93-113.

MARQUES, José Elias Domingos. **Na Busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso**. 2007. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MATOS, Vera Lúcia de Campos. **O Impacto das eleições municipais na representação da Câmara dos Deputados: deputados federais candidatos às eleições municipais para as prefeituras dos municípios**. 2010. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; Centro de Formação, Treinamento e Formação da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v.43, n.2, 2000, p.207-239.

MESSEMBERG, Débora. O “Alto” e o “Baixo Clero” do Parlamento brasileiro. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/DeboraMessenberg1.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.20, 2003, p.115-134.

MOTA, Regys Rodrigues da. **Mudanças e continuidade na elite parlamentar de Goiás. 1982-2010.** 2011. 98f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os "Doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista Sociologia e Política**, vol.20, n.41, 2012, p.171-192.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, 2006, p.689-720.

NOLL, Maria Izabel; LEAL, Carine de Souza. A Política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). **6º Encontro da ABCP**. Campinas, 2008. Disponível em: <http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_18_59.pdf>. Acesso em 23 abr. 2013.

NUNES, Edson. Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, n.17, 1978, p.53-78.

NUNES, Felipe. **Governos de coalizão e resultados de soma positiva em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, 1999-2006.** 2009, 118f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Mayla di Martino Ferreira. **A Política como profissão. Uma análise de circulação parlamentar na Câmara de Deputados (1946-2007).** 2009. 141p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEGURIER, Fabiano José Horcades. **Carreiras políticas e a Câmara de Deputados brasileira.** 2009. 124f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, 11, n.22, jul.-dez. 2009, p.280-313.

PERISSINOTTO, Renato M.; COSTA, Luiz Domingos. O Perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002). In: PERISSINOTTO, Renato et al. (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, p.301-333.

PERISSINOTTO, Renato et al. (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo. Introdução: o desenho da pesquisa. In: PERISSINOTTO, Renato et al. (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2007.

PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/_resources/files/_modules/files/files_105_201111171514476bd8.pdf>. Acesso em 23 abr. 2013.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves. Padrões de recrutamento e trajetórias das elites políticas nos Inhamuns. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/RaulinoChaves.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **36º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7959&Itemid=76>. Acesso em: 23 abr. 2013.

POWER, Timothy; MOCHEL, Marília. Political Recruitment in an Executive-Centric System: Presidents, Ministers, and Governors in Brazil. In: SIAVELIS, Peter; MORGENSTERN, Scott (Ed.). **Pathway to power. Political recruitment and candidate selection in Latin America**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.

RESENDE, Claudio Lobenwein. Background e a construção da carreira política de deputados estaduais brasileiros. **Revista Todavia**, Porto Alegre: UFRGS, n.1, jul. 2010, p.81-102.

RODRIGUES, Leônicio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, David. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **The Journal of Politics**, v.62, n.1, feb. 2000, p.240-253.

SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jul.-dez. 2008, p.130-155.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999 In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SANTOS, Fabiano. Recruitment and retention of legislators in Brazil In: LOEWENBERG, Gerhard; SQUIRE, Peverill; KIEWIET, D. Roderick (Ed.). **Legislatures – comparative perspectives on representative assemblies**. Michigan: University of Michigan, 2002.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, Brasília, n.40, maio-ago. 2010, p.109-126.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores militares. **Dados**, Rio de Janeiro, v.8, 1971, p.123-128.

SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally, 1966.

SEIDL, Ernesto. Liderança associativa e lógicas de investimento em carreiras políticas. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/ErnestoSeidl.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

SERNA, Miguel, DUARTE, Maximiliano e PEREZ, Lucía. Uma elite em transição: as carreiras dos parlamentares uruguaiois em perspectiva comparada. **34º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/MSerna.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2013.

SILVA, Fábio Lacerda Martins da. **Presidencialismo estadual e participação legislativa em São Paulo (1999-2010)**. 2012, 97f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Rodrigo Santos da. **Casa de senhores? Os Perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, Leandro Eduardo de. **As Especificidades do federalismo brasileiro: o papel dos governadores no cenário político nacional**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TOMIO, Fabrício R. L. Medidas provisórias, iniciativas e decisões legislativas no processo decisório estadual catarinense. In: CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. (Org.). **Os Partidos na política catarinense**. Florianópolis: Insular, 2006.

TOMIO, Fabrício R. L.; RICCI, Paolo. O Governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.21, n.41, fev. 2012, p.193-217.

VEIGA, Luciana Fernandes; PERISSINOTTO, Renato. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise de percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para deputado federal de 2010. **35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2011. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/veiga_perissinotto.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

YOSHIDA, Ivo Fernando. **Governadores estaduais e partidos políticos na reforma administrativa do Governo FHC: negociação e análise da votação**. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

2. Sites consultados e/ou citados

BLOG AMIGOS DO ANASTASIA. **Biografia**. Disponível em: <<http://amigosdoanastasia.blog.br/biografia/>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BLOG DO OMAR AZIZ. **Omar Aziz – Governador do Amazonas**. 13 maio 2010. Disponível em: <<http://blogdoomaraziz.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2013>. Acesso em: 23 abr. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

CLIC-RBS. **Eleições 2010. Candidatos Governador**. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes-2010/77,Candidato-Governador.html?act=candidato-governador&ano=2010&cargo=3&estado=7&id=96936>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

DHBB (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-30). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Eleições 2008. Perfil dos candidatos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/eleicoes/prefeitos/am-manaus-33-1.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Eleições 2010. Candidatos - Governador**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/fichadecandidatos/governador/silval_barbosa.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2013.

G1. **Eleições 2006. Rio Grande do Norte. Wilma Faria (PSB)**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1251045-6303-274,00.html>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Governador Wilson Nunes Martins**. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/governador/biografia>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SENADO FEDERAL. **Senadores - Legislaturas anteriores**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

TERRA. **Eleições 2006. Estaduais. Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1210040-EI6677,00.html>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE. **Busca avançada por conteúdo. Orleir Messias Cameli**. Disponível em: <http://www.tre-ac.jus.br/@@busca_avancada?SearchableText=ORLEIR%20MESSIAS%20CAMELI>. Acesso em: 23 abr. 2013.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Eleições**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Estatísticas de eleitorado**. 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>>. Acesso em 19 out. 2012.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Estatísticas**. Disponível em: <<http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:844056372561616>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Antonio Anastasia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Anastasia>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Camilo Capiberibe**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Camilo_Capiberibe>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Lista de governadores das unidades federativas do Brasil**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_das_unidades_federativas_do_Brasil>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Sinval Barbosa**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinval_Barbosa>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Wilma de Faria**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilma_de_Faria>. Acesso em: 23 abr. 2013.

WIKIPEDIA. **Wilson Martins**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_Martins>. Acesso em: 23 abr. 2013.